UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ODAIR JOSÉ PEREIRA DE NEGREIROS

Percepções sobre a Formação Acadêmica-Profissional no Programa de Estágio Interno da UFCG: Um Estudo de Abordagem Mista

SOUSA/PB
2025

ODAIR JOSÉ PEREIRA DE NEGREIROS

Percepções sobre a Formação Acadêmico-Profissional no Programa de Estágio Interno da UFCG: Um Estudo de Abordagem Mista

Projeto de Trabalho de Conclusão Final (TCF) apresentado a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, na área de Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Jardel de Freitas Soares

SOUSA/PB

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

N385p Negreiros, Odair José Pereira de.

Percepções sobre a formação acadêmica-profissional no Programa de Estágio Interno da UFCG: um estudo de abordagem mista / Odair José Pereira de Negreiros - Sousa, 2025.

133 p. :il. Col.

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Jardel de Freitas Soares.

1. Estágio acadêmico. 2. Formação superior. 3. Programa de estágio interno. 4. Percepção dos estudantes estagiários. 5. Desenvolvimento de competências. 6. Atividades práticas. I. Soares, Jardel de Freitas. II. Título.

Biblioteca CCJS - UFCG CDU 35(043.2)

Elaborada por MARLY FELIX DA SILVA – Bibliotecária-Documentalista CRB 15/855.

ODAIR JOSÉ PEREIRA DE NEGREIROS

Percepções sobre a Formação Acadêmico-Profissional no Programa de Estágio Interno da UFCG: Um Estudo de Abordagem Mista

Projeto de Trabalho de Conclusão Final (TCF) apresentado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como exigência do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, na área de Administração Pública.

Aprovada em: ___/___/_____

_____

Prof. Dr. Jardel de Freitas Soares
Orientador/a e Presidente da banca examinadora
PROFIAP/UFCG

_____

Profa. Dra. Edna Torres de Araújo
Examinador interno
PROFIAP/UFRA

_____

Prof. Dr. Paulo Abrantes de Oliveira
Examinador externo
PPGEGRN /UFCG

AGRADECIMENTO

A conclusão deste trabalho representa o fim de uma trajetória exigente, repleta de dedicação intensa ao estudo e à pesquisa. Este êxito, contudo, não seria alcançável sem o suporte daqueles que me são próximos.

Primeiramente, sou grato a Deus pela dádiva da vida e pela presença constante, que me forneceu ânimo e resiliência nos momentos de maior dificuldade.

Minha profunda gratidão à minha esposa, Clevânia Mendes de Negreiros, por ser o alicerce e o apoio inabalável desta jornada, Igualmente, agradeço ao meu filho, Samuel Mendes de Negreiros, cuja paciência e compreensão foram essenciais durante minhas ausências. O afeto de ambos foi crucial para manter meu foco e perseverança. Estendo meus agradecimentos aos meus colegas de turma pela valiosa troca de experiências e pelo aprendizado mútuo.

Por último, mas não menos importante, expresso meu reconhecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Jardel de Freitas Soares, por sua orientação dedicada, por seus ensinamentos precisos e pela acessibilidade demonstrada. Seu apoio foi decisivo para a materialização desta dissertação.

RESUMO

O estágio acadêmico, conforme a Lei n.º 11.788/2008, é crucial na formação de estudantes de nível superior, promovendo a integração entre teoria e prática. O Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) proporciona aos alunos a chance de aplicar seus conhecimentos em um contexto real. Busca-se responder ao seguinte questionamento: quais são as percepções dos estudantes acerca da formação acadêmico-profissional proporcionada pelo Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande, e de que maneira essas experiências contribuem para o desenvolvimento de competências e para a construção da identidade profissional? A pesquisa proposta visa analisar a percepção dos estudantes estagiários sobre o impacto do Programa de Estágio Interno da UFCG na sua formação acadêmico-profissional, seguindo as diretrizes da legislação e da Resolução 16/2022. Os objetivos da pesquisa incluem identificar os principais aspectos formativos valorizados pelos estudantes no contexto do Programa de Estágio Interno, verificar as contribuições do estágio para o desenvolvimento de competências técnicas, socioemocionais e profissionais, compreender a influência das experiências de estágio na construção da identidade discente e apresentar sugestões de melhorias para o Programa de Estágio Interno. Além disso, busca identificar as dificuldades enfrentadas pelos estagiários. A metodologia adotada será mista (qualitativa e quantitativa), utilizando questionários para coletar as experiências dos alunos. Compreender a relação entre estágio e formação acadêmica é essencial para aprimorar as práticas pedagógicas e preparar melhor os estudantes para o mercado de trabalho. O programa é valorizado por seu potencial em fortalecer o aprendizado e promover a imersão em atividades práticas.

Palavras-chave: Estágio acadêmico, formação superior, Programa de Estágio Interno, UFCG, prática profissional, legislação.

ABSTRACT

Academic internships, as defined by Law No. 11,788/2008, are crucial for higher education students, fostering the integration of theory and practice. The Federal University of Campina Grande (UFCG) Internship Program provides students with the opportunity to apply their knowledge in a real-world context. The study seeks to answer the following question: What are students' perceptions of the academic and professional development provided by the Federal University of Campina Grande Internship Program, and how do these experiences contribute to skill development and the development of professional identity? The proposed research aims to analyze student interns' perceptions of the impact of the UFCG Internship Program on their academic and professional development, following the guidelines of the law and Resolution 16/2022. The research objectives include identifying the main formative aspects valued by students in the context of the Internship Program, verifying the internship's contributions to the development of technical, socio-emotional, and professional skills, understanding the influence of internship experiences on the development of student identity, and presenting suggestions for improvements to the Internship Program. Furthermore, it seeks to identify the difficulties faced by interns. The methodology adopted will be a mixed method (qualitative and quantitative), using questionnaires to collect student experiences. Understanding the relationship between internships and academic development is essential to improving pedagogical practices and better preparing students for the job market. The program is valued for its potential to strengthen learning and promote immersion in practical activities.

Keywords: Academic Internship, Higher Education, Internal Internship Program, UFCG, Professional Practice, Legislation.

Lista de Abreviaturas e Siglas

CCJS	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CPE	Coordenação de Programas e Estágios
PRE	Pró-Reitoria de Ensino
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SODS	Câmara Superior de Ensino
ONU	Organização das Nações Unidas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento
CRA	Coeficiente de Rendimento Acadêmico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....11
1.2 OBJETIVOS.....12
1.2.1 Objetivo Geral.....12
1.2.2 Objetivos Específicos.....13
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....13
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....14
1.5 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....18
2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ESTÁGIO.....18
2.2 CONCEITO DE ESTÁGIO.....22
2.2.1 Perspectiva pedagógica.....22
2.2.2 Perspectiva legal e institucional.....23
2.2.3 Perspectiva formativa e desenvolvimento de competências.....25
2.2.4 Dimensão social e identitária do estágio.....28
2.3 LEI Nº 11.788/2008: "LEI DO ESTÁGIO".....29
2.3.1 Contexto histórico e objetivos da Lei do Estágio.....30
2.3.2 Estrutura normativa e principais dispositivos.....31
2.3.3 Impactos na formação acadêmico-profissional.....33
2.3.4 Avanços, desafios e perspectivas contemporâneas.....35
2.4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG): TRAJETÓRIA, ESTRUTURA E IMPACTO REGIONAL.....38
2.4.1 Trajetória histórica da UFCG.....38
2.4.2 Estrutura acadêmica e administrativa.....40
2.4.3 Impacto regional e nacional.....42
2.4.4 Contribuições para a formação profissional e os estágios.....44
2.5 INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ANUAL DE ESTÁGIO INTERNO -RESOLUÇÃO 16/2022.....46
2.5.1 Contexto e fundamentos legais.....46
2.5.2 Objetivos e diretrizes do Programa Anual de Estágio Interno.....48
2.5.3 Importância pedagógica e impactos na formação profissional.....50
2.6 REGULAMENTAÇÃO- RESOLUÇÃO Nº 11/2024, DA CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG 52

2.7 SEÇÃO IV DOS ESTÁGIOS - RESOLUÇÃO Nº 11/2024 DA CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO....54
3 METODOLOGIA....61
3.1 Abordagem metodológica....61
3.1.1 Tipo e abordagem da pesquisa....61
3.1.2 Revisão bibliográfica....61
3.1.3 Análise documental....62
3.1.4 Participantes e amostra....62
3.1.5 Procedimentos de coleta de dados....63
3.1.6 Procedimentos de análise dos dados....63
3.1.7 Considerações éticas....64
3.2 JUSTIFICATIVA PARA O USO E ADAPTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO INTERNO DA UFCG....64
3.3 HIPÓTESES....66
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO....69
4.1 TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS NAS RESPOSTAS OBJETIVAS....69
4.2 NARRATIVAS E REFLEXÕES A PARTIR DAS RESPOSTAS SUBJETIVAS…95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS....100
REFERÊNCIAS....104
ANEXO I....107
ANEXO II....112
APÊNDICE....114

1 INTRODUÇÃO

A formação acadêmico-profissional no ensino superior representa um processo complexo e multifacetado, que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos teóricos e envolve a construção de saberes, competências e identidades ao longo da trajetória universitária. No contexto atual, caracterizado por rápidas transformações sociais, científicas e tecnológicas, torna-se imprescindível que as instituições de ensino superior adotem estratégias formativas que articulem teoria e prática, promovam o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais e preparem os estudantes para os desafios do mundo do trabalho (Tardif, 2014; Perrenoud, 2013). Dentro dessa perspectiva, o estágio assume papel central no processo formativo, constituindo-se como um espaço privilegiado de integração entre conhecimento acadêmico e prática profissional, de construção de saberes experienciais e de desenvolvimento da autonomia e da identidade profissional (Schön, 2000; Kolb, 2015).

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais reafirmam o estágio como componente obrigatório e indispensável à formação profissional, visto que possibilita ao discente vivenciar contextos reais de atuação, aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e desenvolver habilidades essenciais ao exercício da profissão. Nessa perspectiva, o estágio não se limita a um momento de aplicação prática do que foi aprendido, mas se configura como uma etapa formativa que contribui de maneira significativa para o processo de aprendizagem, possibilitando que o estudante ressignifique seus saberes, desenvolva a reflexão crítica e construa sua identidade profissional (Pimenta; Lima, 2017; Nóvoa, 2020).

No âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o Programa de Estágio Interno surge como uma estratégia institucional relevante para potencializar a formação acadêmico-profissional. O programa busca aproximar os estudantes dos contextos reais de prática, ampliando as oportunidades de aplicação dos conhecimentos adquiridos na graduação e fortalecendo a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Ao proporcionar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e contextualizado, o estágio interno favorece a aquisição de competências técnicas e interpessoais, estimula a autonomia intelectual e contribui para a formação de profissionais mais críticos, reflexivos e preparados para os desafios do mercado de trabalho contemporâneo.

Apesar de sua relevância, observa-se que ainda são escassos os estudos acadêmicos voltados à compreensão das percepções discentes sobre a formação acadêmico-profissional no âmbito dos programas de estágio interno. Grande parte das pesquisas concentra-se em

aspectos pedagógicos ou curriculares do estágio supervisionado tradicional, negligenciando a análise do estágio como espaço de construção de identidades profissionais, de reflexão sobre a prática e de desenvolvimento de competências transversais. Essa lacuna teórica e empírica revela a necessidade de investigações que aprofundem a compreensão sobre as experiências dos estudantes nesses programas e sobre como tais vivências contribuem para sua formação integral (Silva; Costa, 2021; Ghedin; Oliveira, 2020).

Nesse contexto, compreender as percepções dos discentes sobre o processo formativo vivenciado no Programa de Estágio Interno da UFCG torna-se fundamental para avaliar a efetividade dessa política institucional e identificar potencialidades e desafios relacionados à formação profissional. As percepções dos estudantes oferecem subsídios importantes para a melhoria contínua do programa, possibilitando ajustes pedagógicos, curriculares e organizacionais que tornem o processo de formação mais coerente com as demandas sociais e do mundo do trabalho. Além disso, tais percepções permitem compreender de que maneira o estágio contribui para o desenvolvimento da identidade profissional, para a consolidação dos saberes e para a construção da autonomia dos futuros profissionais (Tardif, 2014; Nóvoa, 2020).

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as percepções dos estudantes acerca da formação acadêmico-profissional proporcionada pelo Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande. Para alcançar esse objetivo, a investigação propõe-se a identificar os principais aspectos formativos valorizados pelos discentes, compreender os impactos do estágio em sua trajetória acadêmica e profissional e refletir sobre as potencialidades e limitações do programa enquanto espaço formativo. Ao adotar uma abordagem mista, que combina métodos quantitativos e qualitativos, o estudo pretende oferecer uma análise abrangente e aprofundada do fenômeno, contribuindo para o avanço do conhecimento científico na área da educação superior e para a melhoria das práticas institucionais voltadas à formação profissional.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A formação acadêmico-profissional no ensino superior tem sido objeto de constantes debates e transformações, especialmente diante das mudanças sociais, tecnológicas e econômicas que demandam profissionais cada vez mais qualificados, reflexivos e capazes de integrar saberes teóricos e práticos. Nesse contexto, o estágio se apresenta como um

componente essencial no processo formativo, ao possibilitar que os estudantes vivenciem situações reais de atuação e desenvolvam competências necessárias para sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, apesar de sua relevância reconhecida na literatura e nas diretrizes curriculares, ainda são escassos os estudos que investigam de maneira aprofundada as percepções dos discentes sobre a formação acadêmico-profissional proporcionada por programas institucionais de estágio interno.

A ausência de pesquisas nessa perspectiva gera uma lacuna no campo acadêmico, pois compreender as percepções dos estudantes é fundamental para avaliar a efetividade das estratégias formativas, identificar fragilidades e potencialidades dos programas e orientar a elaboração de políticas institucionais mais coerentes com as necessidades formativas. Além disso, a análise dessas percepções pode contribuir para aprimorar a integração entre teoria e prática, favorecer o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais e fortalecer a construção da identidade profissional dos futuros egressos (Nóvoa, 2020; Tardif, 2014).

No âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o Programa de Estágio Interno tem se configurado como uma iniciativa estratégica para potencializar a formação acadêmica, ao aproximar os estudantes dos contextos profissionais e promover experiências que ampliam a compreensão sobre a realidade do trabalho. Contudo, permanece pouco explorado o modo como os discentes percebem o impacto desse programa em sua trajetória formativa, em seus processos de aprendizagem e em sua preparação para a atuação profissional.

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão norteadora desta pesquisa: quais são as percepções dos estudantes acerca da formação acadêmico-profissional proporcionada pelo Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande, e de que maneira essas experiências contribuem para o desenvolvimento de competências e para a construção da identidade profissional?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as percepções dos estudantes acerca da formação acadêmico-profissional proporcionada pelo Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina

Grande, compreendendo de que maneira essas experiências contribuem para o desenvolvimento de competências e para a construção da identidade profissional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais aspectos formativos valorizados pelos estudantes no contexto do Programa de Estágio Interno.
- Verificar as contribuições do estágio para o desenvolvimento de competências técnicas, socioemocionais e profissionais.
- Compreender a influência das experiências de estágio na construção da identidade profissional discente.
- Apresentar sugestões de melhorias para o Programa de Estágio Interno.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Neste trabalho, a pesquisa se concentrará no Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), especificamente nas percepções dos estudantes estagiários sobre o impacto do programa em sua formação acadêmico-profissional. A escolha deste programa se dá pela sua relevância no contexto acadêmico da UFCG e pelo papel que desempenha na integração entre o ensino superior e as práticas do mercado de trabalho.

A pesquisa será restrita aos alunos que participam do Programa de Estágio Interno da UFCG, contemplando diferentes cursos e áreas do conhecimento. Os alunos ingressam no programa por meio de um edital de seleção que oferta vagas para estágio não obrigatório. Há oferta de bolsa e auxílio-transporte, uma vez que a modalidade exige tal oferta, conforme a legislação que trata do tema.

O estudo buscará compreender a experiência de estudantes de diversas áreas, sem se restringir a um único curso ou departamento, o que permitirá uma análise mais ampla e representativa do impacto do estágio na formação acadêmica e profissional dos estagiários. A pesquisa incluirá alunos de diferentes períodos da graduação, proporcionando uma visão diversificada sobre as etapas de formação e os diferentes estágios de desenvolvimento acadêmico.

O foco principal estará na percepção dos estudantes sobre a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, o desenvolvimento de competências profissionais e a adequação das atividades realizadas durante o estágio. A pesquisa não pretende avaliar aspectos administrativos ou operacionais do programa, como a gestão de estágios ou as parcerias institucionais, mas sim a vivência dos estagiários e como esses aspectos influenciam sua formação acadêmica e profissional.

Além disso, o estudo será realizado no contexto atual do Programa de Estágio Interno da UFCG, observando a realidade do programa em 2025, ano de realização da pesquisa. As mudanças e adaptações que o programa possa ter sofrido ao longo do tempo serão consideradas, mas o foco estará na análise da experiência dos alunos no período recente, de modo a refletir as condições e os desafios enfrentados pelos estagiários no momento presente.

A pesquisa será de natureza qualitativa e quantitativa, com coleta de dados por meio questionários direcionados aos estudantes estagiários. A análise dos dados se concentrará nas percepções e experiências dos alunos, buscando identificar como o estágio contribui para sua formação acadêmica e profissional, e as possíveis melhorias que poderiam ser implementadas no Programa de Estágio Interno da UFCG.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A formação acadêmico-profissional no ensino superior tem passado por profundas transformações nas últimas décadas, impulsionadas por mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e culturais que exigem profissionais cada vez mais qualificados, reflexivos, críticos e capazes de responder aos desafios contemporâneos do mundo do trabalho. Nesse cenário, a universidade assume um papel estratégico não apenas na transmissão de conhecimentos teóricos, mas também na formação integral dos estudantes, contemplando dimensões cognitivas, técnicas, éticas e socioemocionais. Para que isso ocorra de maneira efetiva, é fundamental que os cursos de graduação articulem teoria e prática de forma dinâmica e contextualizada, oferecendo oportunidades formativas que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais à atuação profissional (Tardif, 2014; Pimenta; Lima, 2017).

O estágio, nesse contexto, destaca-se como um dos componentes curriculares mais relevantes do processo formativo, pois possibilita ao estudante vivenciar situações reais de trabalho, aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação e desenvolver

competências profissionais em um ambiente supervisionado. Mais do que um requisito curricular, o estágio constitui um espaço de aprendizagem experiencial que estimula a reflexão crítica, a tomada de decisão, a autonomia e a construção da identidade profissional (Schön, 2000; Kolb, 2015). Além disso, permite ao discente confrontar saberes acadêmicos com a realidade concreta, ressignificando conhecimentos e desenvolvendo novas perspectivas sobre a profissão e seu papel social.

No âmbito da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), o Programa de Estágio Interno representa uma iniciativa institucional de grande relevância, uma vez que amplia as oportunidades de inserção dos estudantes em contextos de prática profissional e potencializa a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Ao possibilitar experiências diversificadas em diferentes setores e projetos, o programa contribui não apenas para a aquisição de competências técnicas, mas também para o fortalecimento de habilidades interpessoais, socioemocionais e organizacionais, preparando os discentes para lidar com as demandas complexas do exercício profissional. Além disso, ao ser realizado em ambiente institucional, o estágio interno permite um acompanhamento pedagógico mais próximo, promovendo reflexões constantes sobre a prática e favorecendo a formação crítica e transformadora.

Apesar de sua importância, ainda são limitadas as investigações científicas que se dedicam a analisar a percepção dos estudantes sobre a formação acadêmico-profissional vivenciada em programas de estágio interno. A maior parte dos estudos concentra-se em estágios supervisionados obrigatórios ou em práticas externas, deixando lacunas importantes quanto à compreensão das especificidades, potencialidades e desafios dos programas desenvolvidos no interior das próprias instituições de ensino superior (Silva; Costa, 2021; Ghedin; Oliveira, 2020). Compreender como os discentes percebem esse processo formativo é essencial para avaliar a efetividade das estratégias pedagógicas adotadas, identificar fragilidades e propor melhorias que tornem o estágio mais coerente com as demandas profissionais atuais.

Além da relevância científica e acadêmica, esta pesquisa também apresenta forte pertinência social e institucional. Ao investigar as percepções dos estudantes sobre o Programa de Estágio Interno da UFCG, o estudo busca oferecer subsídios para a formulação de políticas educacionais e ações pedagógicas voltadas ao aperfeiçoamento do processo formativo. As informações produzidas poderão orientar a revisão de projetos pedagógicos de curso, a criação de novas estratégias de acompanhamento e avaliação dos estágios, e a elaboração de propostas que favoreçam o desenvolvimento integral dos discentes. A análise

das experiências relatadas pelos estudantes também pode contribuir para a reflexão sobre as práticas institucionais e para a construção de ambientes de aprendizagem mais inclusivos, participativos e transformadores.

Dessa forma, a relevância desta pesquisa se justifica tanto pela contribuição científica ao campo dos estudos sobre formação acadêmico-profissional e estágio quanto pelo potencial impacto prático de seus resultados, que poderão subsidiar decisões pedagógicas e institucionais voltadas à melhoria da qualidade da educação superior. Ao trazer à tona as percepções dos discentes sobre o estágio interno, esta investigação pretende fortalecer o papel da universidade como espaço de formação integral e transformadora, capaz de preparar profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com a realidade social em que estão inseridos.

1.5 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

A presente pesquisa apresenta contribuições significativas em diferentes níveis — científico, pedagógico, institucional e social — ao investigar as percepções dos estudantes sobre a formação acadêmico-profissional no contexto do Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A relevância do estudo se manifesta não apenas na ampliação do conhecimento científico acerca da temática, mas também na produção de subsídios que podem orientar práticas educacionais, políticas institucionais e estratégias formativas mais coerentes com as demandas contemporâneas da educação superior e do mundo do trabalho.

No campo científico e acadêmico, a pesquisa contribui para preencher uma lacuna teórica ainda presente na literatura sobre estágio e formação profissional. Apesar da relevância atribuída ao estágio curricular nas diretrizes curriculares e nos estudos sobre desenvolvimento de competências, ainda são escassos os trabalhos que exploram as percepções dos discentes acerca dos impactos formativos dos programas institucionais de estágio interno. Ao trazer à tona as experiências, percepções e reflexões dos estudantes, este estudo amplia a compreensão sobre o papel do estágio na construção de saberes, competências e identidades profissionais, enriquecendo o debate acadêmico e fornecendo bases teóricas para pesquisas futuras. Além disso, contribui para o avanço do campo da educação ao integrar discussões sobre aprendizagem experiencial, desenvolvimento de competências e formação crítica no ensino superior (Tardif, 2014; Nóvoa, 2020).

Do ponto de vista pedagógico e formativo, os resultados obtidos oferecem importantes subsídios para a reflexão e o aprimoramento das práticas educativas vinculadas ao estágio. Ao compreender as percepções dos estudantes, é possível identificar quais estratégias pedagógicas são mais eficazes na promoção da aprendizagem significativa, no desenvolvimento da autonomia e na construção da identidade profissional. Tais informações podem orientar docentes e supervisores de estágio na elaboração de propostas formativas mais contextualizadas, reflexivas e alinhadas às reais necessidades dos discentes. Os achados podem contribuir para a reformulação de currículos, metodologias de ensino e processos avaliativos, tornando-os mais coerentes com os desafios da atuação profissional contemporânea e mais conectados às demandas sociais e laborais.

No âmbito institucional e político-educacional, a pesquisa também oferece contribuições relevantes ao fornecer subsídios para a avaliação e o aperfeiçoamento do Programa de Estágio Interno da UFCG. A análise das percepções dos estudantes possibilita a identificação de potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria no desenho e na execução do programa, orientando decisões estratégicas relacionadas à sua gestão e expansão. Os resultados podem, por exemplo, embasar a formulação de políticas institucionais voltadas ao acompanhamento pedagógico, à ampliação de oportunidades de estágio e à criação de mecanismos de avaliação contínua da formação profissional. Ademais, podem estimular o desenvolvimento de parcerias entre universidade, comunidade e setores produtivos, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e mercado de trabalho.

Por fim, no plano social e profissional, o estudo contribui ao promover reflexões sobre a importância do estágio como instrumento de transformação social e de inserção qualificada dos futuros profissionais. Ao destacar a relevância das experiências vivenciadas no estágio para a construção de competências técnicas, éticas e socioemocionais, a pesquisa reforça o papel da universidade na formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a realidade social em que estão inseridos. Dessa forma, o trabalho fortalece a compreensão da formação acadêmico-profissional como um processo integral e contínuo, que transcende a dimensão técnica e contribui para a construção de uma prática profissional mais humanizada, ética e socialmente responsável.

Assim, as contribuições desta pesquisa extrapolam o campo acadêmico, ao oferecer conhecimentos aplicáveis à melhoria das práticas pedagógicas, ao desenvolvimento institucional e ao fortalecimento do papel social da universidade. Ao analisar de forma aprofundada as percepções dos estudantes sobre o Programa de Estágio Interno da UFCG, o estudo reafirma a importância do estágio como espaço de aprendizagem, transformação e

construção de identidades profissionais, oferecendo caminhos concretos para o avanço das políticas formativas e para a consolidação de uma educação superior mais crítica, inovadora e conectada às demandas contemporâneas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO ESTÁGIO

O estágio, enquanto prática formativa, possui raízes históricas profundas e está intrinsecamente relacionado à evolução dos processos educacionais e às transformações sociais, econômicas e culturais que marcaram a trajetória do ensino superior. Originalmente concebido como uma forma de aprendizagem prática associada ao trabalho artesanal e ao modelo de mestre e aprendiz, o estágio era, na Antiguidade e na Idade Média, um espaço de transmissão empírica de saberes, onde o conhecimento era repassado por meio da observação, da prática direta e da repetição de tarefas (Dewey, 2011). Esse modelo, embora rudimentar, representava o cerne da formação profissional, pois possibilitava aos aprendizes desenvolverem habilidades técnicas essenciais ao exercício de suas funções.

Com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, nos séculos XVIII e XIX, a educação passou por profundas mudanças estruturais. O conhecimento técnico e científico passou a ocupar lugar central na formação de profissionais e, consequentemente, as instituições educacionais começaram a incorporar em seus currículos espaços voltados à aplicação prática dos saberes teóricos. Nesse contexto, o estágio se transformou em um elo fundamental entre educação e mundo do trabalho, permitindo ao estudante não apenas aplicar os conteúdos aprendidos, mas também compreender as demandas reais do mercado e desenvolver competências indispensáveis à sua atuação (Kolb, 2015).

A partir do século XX, com o avanço das teorias educacionais e a consolidação das universidades modernas, o estágio começou a ser concebido não apenas como um espaço de treinamento técnico, mas como um ambiente formativo complexo, que articula saberes teóricos e práticos e contribui diretamente para a construção da identidade profissional. Dewey (2011), ao propor a pedagogia da experiência, destacou que a aprendizagem significativa ocorre por meio da interação entre conhecimento e ação, e que o espaço educativo deve propiciar experiências concretas capazes de gerar reflexão crítica e transformação pessoal. Nesse sentido, o estágio passou a ser compreendido como um

momento privilegiado de aprendizagem experiencial, permitindo ao estudante atuar como sujeito ativo na construção do próprio conhecimento.

Schön (2000) também contribuiu significativamente para a compreensão do estágio como espaço reflexivo. Ao propor a noção do "profissional reflexivo", o autor defende que a prática profissional não é apenas aplicação mecânica de conhecimentos teóricos, mas um processo contínuo de reflexão sobre a ação, no qual o sujeito interpreta, avalia e reconstrói suas práticas a partir das experiências vividas. Essa perspectiva ressignifica o estágio, ampliando sua função para além do campo da execução e situando-o como ambiente de produção de saberes, de problematização da realidade e de desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

No cenário europeu e norte-americano, especialmente a partir da segunda metade do século XX, o estágio passou a ser incorporado aos currículos universitários como componente obrigatório, reconhecido como espaço pedagógico fundamental para a formação integral dos estudantes. Universidades norte-americanas e europeias adotaram modelos de formação que integravam teoria e prática desde os primeiros anos dos cursos, enfatizando a importância da vivência em contextos reais como elemento estruturante da aprendizagem profissional (Kolb, 2015; Schön, 2000). Esse movimento influenciou diretamente os sistemas educacionais de diversos países, incluindo o Brasil, que passou a reconhecer o estágio como um direito do estudante e um dever das instituições de ensino.

No Brasil, as discussões sobre a importância do estágio ganharam relevância a partir da década de 1930, com a expansão do ensino técnico-profissionalizante e a criação das primeiras escolas industriais e comerciais. No entanto, foi apenas na segunda metade do século XX que o estágio começou a ser reconhecido legalmente como parte integrante da formação acadêmica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidou o estágio como componente essencial do currículo dos cursos de graduação, definindo-o como atividade educativa supervisionada, desenvolvida no ambiente de trabalho e que visa à preparação para o exercício profissional. Posteriormente, a promulgação da Lei nº 11.788/2008, conhecida como Lei do Estágio, representou um marco na regulamentação da prática, ao estabelecer direitos e deveres de estudantes, instituições de ensino e organizações concedentes, reforçando a importância do estágio na formação integral do discente.

Ao longo das últimas décadas, o estágio passou por uma profunda ressignificação no contexto educacional brasileiro, deixando de ser compreendido apenas como uma etapa final do curso destinada à aplicação dos conteúdos aprendidos e tornando-se um processo formativo contínuo e articulador entre teoria e prática. A literatura especializada tem

enfatizado que essa transformação está diretamente relacionada ao reconhecimento do estágio como um espaço pedagógico privilegiado para a produção de saberes e para o desenvolvimento de competências profissionais (Pimenta; Lima, 2017; Tardif, 2014). Nesse novo paradigma, o estágio deixa de ser um momento de simples observação e execução de tarefas para se constituir como uma atividade formadora, na qual o estudante atua como sujeito ativo, reflexivo e produtor de conhecimento.

Autores como Pimenta e Lima (2017) destacam que o estágio deve ser compreendido como um espaço de investigação e de construção de saberes que dialoga com a realidade concreta e com as demandas sociais. Essa perspectiva reforça a importância do estágio na formação crítica e ética dos futuros profissionais, pois possibilita que eles problematizem situações reais, reflitam sobre suas práticas e desenvolvam uma postura propositiva diante dos desafios da profissão. A aprendizagem que ocorre nesse espaço é, portanto, de natureza complexa e multifacetada, uma vez que envolve a articulação entre dimensões cognitivas, técnicas, éticas, sociais e afetivas do processo formativo.

Outro aspecto relevante na evolução do estágio é a sua função no processo de construção da identidade profissional. Ao vivenciar situações reais de trabalho, o estudante não apenas aplica conhecimentos adquiridos ao longo da formação, mas também desenvolve novas habilidades, amplia sua compreensão sobre a atuação profissional e ressignifica seu papel social (Nóvoa, 2020). A identidade profissional, nesse contexto, é construída na interseção entre teoria e prática, entre saberes acadêmicos e saberes experienciais, entre a reflexão e a ação. O estágio, portanto, não se limita a preparar o estudante para o mercado de trabalho, mas o insere em um processo de autoconhecimento e de construção de sentido em relação à profissão escolhida.

Além de sua importância formativa, o estágio também cumpre uma função social essencial ao aproximar a universidade das realidades sociais, econômicas e culturais. Essa aproximação favorece a formação de profissionais comprometidos com a transformação social e com a promoção da cidadania. A vivência em contextos reais, muitas vezes marcados por desigualdades e desafios estruturais, contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma postura ética voltada ao enfrentamento de problemas coletivos (Pimenta; Lima, 2017; Ghedin; Oliveira, 2020). Assim, o estágio consolida-se como um espaço estratégico não apenas para a formação de competências técnicas, mas também para a formação de sujeitos críticos, éticos e socialmente engajados.

Nos últimos anos, as políticas públicas e as diretrizes curriculares nacionais têm reforçado a centralidade do estágio no processo formativo. Documentos oficiais, como as

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação, enfatizam a necessidade de que o estágio seja planejado de maneira integrada ao projeto pedagógico do curso e articulado com os demais componentes curriculares. Essa integração busca assegurar que a prática profissional não seja dissociada da reflexão teórica, mas constitua um espaço dialógico e formador (Brasil, 2019). Nesse sentido, o estágio deixa de ser um momento isolado no percurso acadêmico e passa a ser compreendido como um eixo estruturante da formação profissional, presente desde os primeiros semestres e desenvolvido progressivamente ao longo do curso.

A Lei nº 11.788/2008 também consolidou o papel do estágio como direito do estudante e dever das instituições de ensino, ao estabelecer normas que garantem a qualidade das experiências formativas e a supervisão pedagógica adequada. Entre os avanços promovidos pela legislação, destacam-se a obrigatoriedade de acompanhamento por professores orientadores, a definição clara dos objetivos formativos e a exigência de relatórios que documentem o processo de aprendizagem (Brasil, 2008). Tais medidas contribuem para que o estágio seja efetivamente um espaço de formação, e não apenas de exploração da mão de obra estudantil.

No contexto contemporâneo, marcado por rápidas mudanças tecnológicas e pelo surgimento de novas demandas no mundo do trabalho, o estágio assume um papel ainda mais estratégico. Ele possibilita que o estudante desenvolva competências complexas, como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação, trabalho em equipe e adaptabilidade, consideradas essenciais para o exercício profissional no século XXI (Perrenoud, 2013; Nóvoa, 2020). Além disso, ao aproximar o ambiente acadêmico das realidades práticas, o estágio contribui para a formação de profissionais capazes de atuar de forma criativa, inovadora e comprometida com as transformações sociais.

Assim, o percurso histórico do estágio revela um movimento contínuo de ampliação de sua função e de ressignificação de seu papel no ensino superior. O que antes era entendido apenas como um momento final de aplicação dos conhecimentos passou a ser reconhecido como um espaço formativo essencial, onde se articulam teoria e prática, saber e ação, reflexão e intervenção. O estágio, hoje, representa um dos principais instrumentos para a formação integral do estudante, contribuindo para a construção de sua identidade profissional, para o desenvolvimento de competências complexas e para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a sociedade.

2.2 CONCEITO DE ESTÁGIO

O estágio é um componente essencial no processo de formação acadêmico-profissional e ocupa posição estratégica no projeto pedagógico dos cursos de ensino superior. Mais do que um requisito curricular, ele representa uma prática educativa complexa, dinâmica e multifacetada, que integra teoria e prática, conhecimento científico e saber experiencial, reflexão e ação. Em seu sentido mais amplo, o estágio constitui-se como um espaço privilegiado de aprendizagem situada, onde o estudante vivencia experiências concretas que possibilitam o desenvolvimento de competências técnicas, cognitivas, éticas e socioemocionais indispensáveis ao exercício profissional (Pimenta; Lima, 2017; Tardif, 2014).

Historicamente, a compreensão do estágio passou por diversas transformações. Inicialmente concebido como um momento de aplicação dos conteúdos teóricos aprendidos ao longo da formação, ele foi gradualmente ressignificado e passou a ser entendido como um ambiente de construção ativa de saberes, um espaço investigativo e formador, que favorece a articulação entre os conhecimentos científicos e a realidade concreta (Schön, 2000; Dewey, 2011). Nesse contexto, o estágio se caracteriza como um processo dialógico e reflexivo, que estimula o protagonismo do estudante na construção do próprio percurso formativo e o prepara para enfrentar os desafios e as complexidades do mundo do trabalho.

Ao possibilitar o contato direto com situações reais de atuação profissional, o estágio contribui não apenas para a aquisição de habilidades práticas, mas também para a formação da identidade profissional. Esse processo envolve a apropriação de saberes técnicos e teóricos, o desenvolvimento de capacidades reflexivas, a internalização de valores éticos e o fortalecimento de competências socioemocionais. Dessa forma, o estágio transcende o caráter instrumental e assume uma função formativa integral, tornando-se um eixo estruturante da formação universitária (Nóvoa, 2020).

2.2.1 Perspectiva pedagógica

Sob a perspectiva pedagógica, o estágio é compreendido como um espaço de aprendizagem ativa e significativa, que favorece a construção de saberes por meio da experiência prática e da reflexão sobre a ação. Essa concepção encontra respaldo em teorias educacionais clássicas e contemporâneas que defendem a importância da experiência no

processo de aprendizagem. Dewey (2011) argumenta que o conhecimento não se limita à transmissão de conteúdos, mas se constrói a partir da interação entre o sujeito e a realidade, em um processo contínuo de ação e reflexão. Essa abordagem valoriza o estágio como oportunidade para que o estudante enfrente situações reais, formule hipóteses, teste soluções e construa significados a partir de sua prática.

Kolb (2015), ao desenvolver a teoria da aprendizagem experiencial, reforça essa perspectiva ao afirmar que a aprendizagem ocorre quando o indivíduo vivencia experiências concretas, reflete sobre elas, conceitualiza os resultados e aplica o que aprendeu em novos contextos. Nesse sentido, o estágio não deve ser entendido apenas como um momento de aplicação de conhecimentos prévios, mas como um ambiente que gera novos conhecimentos a partir da prática. Ele permite que o estudante estabeleça conexões entre teoria e realidade, identifique lacunas no seu aprendizado e desenvolva estratégias para superá-las.

Schön (2000) amplia essa compreensão ao introduzir o conceito de "profissional reflexivo", segundo o qual a prática profissional é um processo de construção contínua de saberes que ocorre por meio da reflexão na e sobre a ação. No contexto do estágio, isso significa que o estudante não apenas executa tarefas, mas também analisa criticamente suas ações, avalia suas decisões e reconstrói seus saberes com base nas experiências vividas. Essa dimensão reflexiva é fundamental para a formação de profissionais capazes de lidar com situações complexas e imprevisíveis, que exigem pensamento crítico, autonomia e capacidade de tomada de decisão.

A perspectiva pedagógica do estágio também enfatiza seu papel no desenvolvimento da autonomia intelectual e da capacidade investigativa dos estudantes. Ao serem desafiados a resolver problemas concretos e a tomar decisões em contextos reais, os discentes aprendem a construir conhecimento de forma ativa e contextualizada, superando a posição passiva de receptores de informação. Pimenta e Lima (2017) defendem que o estágio deve ser concebido como um processo investigativo, no qual a prática se torna fonte de produção de conhecimento e de transformação social. Essa concepção rompe com a visão tradicional de estágio como mero campo de aplicação de saberes e o reconhece como um espaço de construção crítica e criativa do conhecimento.

2.2.2 Perspectiva legal e institucional

A compreensão contemporânea do estágio no contexto do ensino superior brasileiro está intimamente relacionada à sua institucionalização como componente curricular previsto em legislação específica e regulamentado pelas políticas educacionais nacionais. A evolução do marco legal que regula o estágio reflete o reconhecimento de sua importância como parte integrante do processo formativo e evidencia um movimento crescente de valorização dessa prática como eixo estruturante da formação acadêmico-profissional (Brasil, 2008).

O primeiro marco legal relevante para a regulamentação do estágio no Brasil foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que consolidou o estágio como atividade curricular obrigatória ou opcional, voltada à preparação para o trabalho e à integração do estudante ao mundo profissional. Ao definir a educação superior como processo destinado à formação de cidadãos críticos e à preparação de profissionais aptos a atuar em diferentes contextos sociais e produtivos, a LDB estabeleceu a base legal para a inserção do estágio nos currículos dos cursos de graduação. Essa inclusão não apenas reconheceu a importância da prática no desenvolvimento de competências, mas também reforçou a necessidade de articulação entre teoria e prática no processo formativo (Brasil, 1996).

Um avanço significativo ocorreu com a publicação da Lei nº 11.788/2008, conhecida como Lei do Estágio, que regulamentou de forma mais detalhada essa prática e definiu direitos e deveres tanto dos estudantes quanto das instituições de ensino e das organizações concedentes. A lei caracteriza o estágio como "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior" (Brasil, 2008, p. 1). Ao enfatizar sua natureza educativa, a legislação afasta a ideia de estágio como mero treinamento profissional e o reconhece como espaço pedagógico que integra e complementa a formação acadêmica.

A Lei nº 11.788/2008 também estabelece critérios para a realização do estágio, como a obrigatoriedade de supervisão por profissionais qualificados, a elaboração de um plano de atividades compatível com o curso e a necessidade de avaliação periódica dos resultados obtidos. Além disso, determina que as atividades desenvolvidas durante o estágio devem estar alinhadas aos objetivos do projeto pedagógico do curso, garantindo a coerência entre a formação teórica e a prática profissional (Brasil, 2008). Essas diretrizes visam assegurar que o estágio cumpra sua função formativa e evitem sua utilização indevida como forma de exploração de mão de obra estudantil.

Outro instrumento normativo relevante são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que reforçam a necessidade de integração entre teoria e prática desde o início da formação acadêmica. As DCNs estabelecem que o estágio deve ser planejado de forma articulada ao currículo e desenvolvido de maneira progressiva, possibilitando ao estudante o contato com diferentes contextos profissionais ao longo do curso (Brasil, 2019). Essa orientação busca assegurar que a prática não seja tratada como um componente isolado ou acessório, mas como elemento constitutivo da formação e do desenvolvimento de competências.

Do ponto de vista institucional, as universidades desempenham papel fundamental na implementação e na supervisão do estágio. Elas são responsáveis por garantir que essa prática ocorra em conformidade com os princípios legais e pedagógicos, por acompanhar o desenvolvimento das atividades e por avaliar o impacto do estágio na formação dos estudantes. Nesse contexto, a figura do professor orientador assume grande importância, pois atua como mediador entre o ambiente acadêmico e o campo profissional, orientando o estudante em sua trajetória formativa e promovendo reflexões críticas sobre as experiências vivenciadas (Pimenta; Lima, 2017).

Além disso, o estágio institucionaliza a relação entre universidade e sociedade, ao criar espaços de interação que favorecem a transferência de conhecimento e a construção de soluções para demandas reais. Essa aproximação fortalece o papel social das instituições de ensino superior e contribui para a formação de profissionais comprometidos com a transformação social. Ao mesmo tempo, possibilita que as organizações recebam contribuições acadêmicas relevantes e atualizadas, promovendo um intercâmbio benéfico entre os saberes científico e prático (Ghedin; Oliveira, 2020).

A perspectiva legal e institucional do estágio, portanto, revela que sua função vai além da dimensão pedagógica. Trata-se de uma prática regulada e planejada, que exige compromisso das instituições de ensino, supervisão qualificada e alinhamento às políticas educacionais. Ao consolidar o estágio como componente curricular obrigatório e estratégico, o marco legal brasileiro contribui para sua valorização e assegura que ele se realize como um espaço formativo efetivo, comprometido com a formação integral do estudante e com as demandas sociais e profissionais contemporâneas.

2.2.3 Perspectiva formativa e desenvolvimento de competências

No contexto contemporâneo da educação superior, o estágio tem sido amplamente reconhecido como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências profissionais complexas, indo muito além da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso. A formação acadêmico-profissional não se limita ao domínio de conteúdos teóricos, mas requer o desenvolvimento de habilidades cognitivas, técnicas, éticas e socioemocionais que possibilitem ao futuro profissional atuar com autonomia, criticidade e responsabilidade em contextos diversos e em constante transformação (Perrenoud, 2013; Tardif, 2014). Nesse sentido, o estágio emerge como um ambiente formativo essencial, no qual a teoria se concretiza na prática e a prática se torna fonte de produção de novos saberes.

A noção de competência, amplamente discutida na literatura educacional, refere-se à capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver problemas e enfrentar situações complexas em contextos reais (Perrenoud, 2013). Essa definição implica compreender que a formação profissional não pode ser reduzida à simples aquisição de saberes técnicos. É necessário que o estudante desenvolva a capacidade de articular diferentes tipos de saberes — teóricos, práticos, procedimentais e reflexivos — para intervir de maneira eficaz e inovadora em seu campo de atuação. O estágio, ao colocar o discente diante de desafios concretos, estimula a mobilização desses saberes e promove o desenvolvimento de competências essenciais à prática profissional.

Tardif (2014) argumenta que o saber profissional é composto por diferentes dimensões, incluindo saberes disciplinares, curriculares, experienciais e práticos. O estágio, nesse contexto, desempenha papel decisivo ao articular essas dimensões em um processo formativo contínuo. Ele permite ao estudante consolidar os conhecimentos disciplinares adquiridos na universidade, adaptá-los às exigências do campo profissional, construir saberes experienciais a partir da vivência cotidiana e transformar essas experiências em conhecimento prático aplicável. Esse processo contribui para a formação de profissionais mais completos, capazes de compreender a complexidade de sua atuação e de responder às demandas da sociedade.

A aprendizagem experiencial no estágio também está diretamente ligada ao desenvolvimento de competências socioemocionais, fundamentais para o exercício profissional no século XXI. Habilidades como comunicação, empatia, pensamento crítico, resolução de conflitos, trabalho em equipe e adaptabilidade são cada vez mais valorizadas em contextos organizacionais e sociais. Kolb (2015) destaca que a vivência em ambientes reais de trabalho favorece a aprendizagem dessas competências, pois confronta o estudante com situações que exigem tomada de decisão, negociação, liderança e responsabilidade ética. Ao

enfrentar desafios concretos e interagir com diferentes sujeitos e contextos, o estagiário desenvolve não apenas sua capacidade técnica, mas também sua inteligência emocional e relacional.

Outro aspecto relevante da perspectiva formativa do estágio é a sua contribuição para a construção da identidade profissional. Essa identidade não é algo dado ou pré-determinado, mas resulta de um processo de socialização e de reflexão sobre as práticas e os papéis desempenhados no campo profissional (Nóvoa, 2020). O estágio atua como um espaço privilegiado para esse processo, pois possibilita ao estudante experimentar diferentes funções, compreender a cultura organizacional, refletir sobre seus valores e expectativas e construir uma compreensão mais profunda sobre o significado de sua profissão. Esse processo de construção identitária fortalece o sentimento de pertencimento e responsabilidade profissional, aspectos fundamentais para a atuação ética e comprometida.

Além disso, a inserção em contextos reais proporciona ao estudante uma compreensão mais ampla das relações entre teoria e prática e do papel social de sua profissão. Schön (2000) enfatiza que a prática profissional envolve lidar com situações "indeterminadas, únicas e conflitantes", que exigem reflexão constante e capacidade de adaptação. O estágio, ao expor o estudante a essa complexidade, desenvolve sua competência para lidar com a incerteza, formular diagnósticos e propor soluções inovadoras. Ao mesmo tempo, possibilita que ele reconheça as dimensões éticas, políticas e sociais de sua atuação, reforçando o compromisso com a transformação da realidade e com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Por fim, a perspectiva formativa do estágio também se relaciona com a empregabilidade e a inserção profissional dos egressos. Ao proporcionar experiências concretas e oportunidades de desenvolvimento de competências, o estágio amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e fortalece a empregabilidade dos futuros profissionais. Entretanto, mais do que preparar o estudante para ocupar um posto de trabalho, o estágio o capacita para atuar de forma crítica, criativa e transformadora em diferentes contextos, contribuindo para o avanço de sua área de atuação e para a melhoria das condições sociais (Ghedin; Oliveira, 2020).

Assim, o estágio se consolida como um espaço formativo estratégico, capaz de promover o desenvolvimento de competências múltiplas, articular diferentes saberes, fortalecer a identidade profissional e preparar o estudante para atuar de maneira reflexiva e transformadora no mundo do trabalho. Ao integrar teoria e prática e ao aproximar a formação acadêmica das demandas concretas da realidade, o estágio potencializa a formação integral e

contribui para a construção de profissionais preparados para enfrentar os desafios e as complexidades do século XXI.

2.2.4 Dimensão social e identitária do estágio

A dimensão social do estágio está diretamente relacionada ao papel da educação superior na formação de cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a transformação da realidade. O estágio, nesse contexto, extrapola sua função pedagógica e profissionalizante, tornando-se um espaço estratégico de mediação entre universidade e sociedade. Ele permite que o estudante vivencie contextos sociais complexos, compreenda a diversidade de realidades existentes no campo profissional e desenvolva uma consciência ética e política sobre sua atuação (Pimenta; Lima, 2017). Essa dimensão amplia o sentido do estágio para além da mera aplicação técnica, transformando-o em um instrumento de intervenção social e de promoção da cidadania.

A aproximação entre formação acadêmica e realidade social é um dos elementos mais potentes dessa prática. Ao atuar em ambientes profissionais reais, muitas vezes marcados por desigualdades, vulnerabilidades e desafios estruturais, o estagiário é levado a problematizar os saberes aprendidos e a refletir sobre as implicações sociais de suas ações (Nóvoa, 2020). Essa vivência contribui para a formação de uma postura ética e responsável, orientada por princípios de justiça social, equidade e respeito à diversidade. Ao mesmo tempo, possibilita o desenvolvimento de uma visão mais ampla e contextualizada da profissão, que não se restringe ao espaço técnico, mas reconhece seu papel na construção de soluções coletivas e transformadoras.

O estágio, ao promover o contato direto com diferentes contextos e realidades, representa uma oportunidade privilegiada de vivência dessa perspectiva emancipadora. Ele possibilita ao estudante não apenas aplicar conhecimentos, mas também participar de processos de mudança social, contribuindo para o enfrentamento de problemas coletivos e para a construção de práticas profissionais comprometidas com a justiça e com os direitos humanos.

A dimensão identitária do estágio, por sua vez, está intimamente relacionada à construção do ser profissional. A identidade profissional não é um atributo estático, mas um processo dinâmico e contínuo, construído na interação entre a formação acadêmica, as experiências práticas e as reflexões sobre a atuação (Nóvoa, 2020). O estágio desempenha

papel central nesse processo, pois é por meio dele que o estudante tem a oportunidade de experimentar papéis profissionais, compreender a cultura da profissão, internalizar valores éticos e consolidar um projeto de atuação. Essa construção identitária envolve a integração entre saberes, práticas, valores e significados, permitindo ao futuro profissional reconhecer seu lugar no mundo do trabalho e compreender a relevância social de sua atuação.

Além disso, o estágio contribui para a superação da dicotomia entre teoria e prática, frequentemente presente nos processos formativos. Ao articular o conhecimento acadêmico com a realidade concreta, o estudante desenvolve uma compreensão mais integrada e crítica da profissão, fortalecendo sua identidade e seu compromisso com a prática social. Schön (2000) destaca que a identidade profissional é construída a partir da reflexão sobre a ação e da capacidade de aprender com a experiência. O estágio, ao proporcionar situações complexas e desafiadoras, favorece esse processo reflexivo e possibilita o desenvolvimento de competências identitárias fundamentais, como autonomia, responsabilidade, compromisso social e postura ética.

A inserção em contextos sociais diversos também contribui para o desenvolvimento de uma identidade profissional mais sensível às demandas contemporâneas e às transformações do mundo do trabalho. Em um cenário marcado por mudanças tecnológicas, diversidade cultural e desafios globais, espera-se que o profissional não apenas domine técnicas e conhecimentos específicos, mas também seja capaz de atuar com sensibilidade social, empatia e consciência cidadã (Perrenoud, 2013). O estágio, ao proporcionar experiências concretas em ambientes reais, estimula a construção dessa identidade ampliada, preparando o estudante para responder de maneira criativa e comprometida às demandas do século XXI.

Dessa forma, a dimensão social e identitária do estágio evidencia que sua relevância transcende a esfera pedagógica e técnica, alcançando aspectos éticos, políticos e humanos da formação profissional. Ao promover a aproximação entre universidade e sociedade, ao estimular a consciência crítica e ao favorecer a construção da identidade profissional, o estágio consolida-se como um dos instrumentos mais potentes da formação integral. Ele contribui não apenas para a preparação de profissionais competentes e qualificados, mas também para a formação de cidadãos comprometidos com a transformação social e com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

2.3 LEI Nº 11.788/2008: “LEI DO ESTÁGIO”

2.3.1 Contexto histórico e objetivos da Lei do Estágio

A promulgação da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, conhecida como "Lei do Estágio", representa um marco fundamental na história da educação superior brasileira e na regulamentação das práticas formativas no país. A criação dessa legislação foi impulsionada pela necessidade de estabelecer normas claras e consistentes para a realização do estágio, de modo a garantir sua função pedagógica e evitar distorções que vinham comprometendo a sua natureza educativa. Antes da vigência da lei, o estágio era muitas vezes tratado de forma secundária pelas instituições de ensino e empresas, sendo utilizado, em muitos casos, como um mecanismo de exploração de mão de obra barata, sem supervisão adequada ou objetivos formativos definidos (Pimenta; Lima, 2017).

No final do século XX e início do século XXI, a expansão do ensino superior e a crescente demanda por profissionais qualificados evidenciaram a importância do estágio como componente curricular indispensável à formação acadêmico-profissional. Nesse contexto, a ausência de regulamentação específica criava um cenário de fragilidade institucional e pedagógica, no qual estudantes frequentemente desempenhavam funções desvinculadas de seus cursos e sem acompanhamento técnico. Esse cenário comprometia o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício profissional e reduzia a experiência de estágio a uma simples inserção no mercado de trabalho (Silva; Costa, 2021).

A necessidade de superar essas distorções levou à formulação de um marco legal que reconhecesse o estágio como ato educativo escolar supervisionado, em consonância com os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que já havia estabelecido a importância da prática como elemento integrante do currículo. A nova lei buscou consolidar a concepção de estágio como prática formativa, garantindo direitos aos estudantes, estabelecendo responsabilidades às instituições de ensino e às organizações concedentes, e reforçando o papel do estágio na articulação entre teoria e prática (Brasil, 2008).

A Lei nº 11.788/2008 define o estágio como uma atividade pedagógica supervisionada, realizada no ambiente de trabalho e diretamente relacionada à área de formação do estudante. Seu objetivo principal é proporcionar experiências concretas que favoreçam a aplicação dos conhecimentos teóricos, o desenvolvimento de competências profissionais e a construção da identidade profissional. Ao mesmo tempo, a lei pretende assegurar que o estágio não seja utilizado como substituto do trabalho formal, mas sim como instrumento de formação e de qualificação para o exercício profissional (Brasil, 2008).

Além de sua função pedagógica, a lei também tem objetivos sociais e regulatórios importantes. Ela busca aproximar a educação superior das demandas do mundo do trabalho, promovendo a inserção dos estudantes em contextos reais de atuação e contribuindo para sua empregabilidade. Ao mesmo tempo, estabelece mecanismos de controle que evitam a precarização das relações laborais e protegem os direitos dos estagiários, como a exigência de termo de compromisso, plano de atividades e acompanhamento pedagógico por parte da instituição de ensino (Carvalho; Almeida, 2020). Dessa forma, a Lei do Estágio atua em duas frentes: ao mesmo tempo em que potencializa o caráter formativo da prática, também protege o estudante contra formas de exploração e uso indevido da mão de obra estudantil.

O contexto de sua promulgação também reflete uma mudança paradigmática na concepção de estágio. Se antes a prática era vista como etapa final e acessória da formação acadêmica, a nova legislação a reconhece como um processo formativo contínuo, que deve estar presente ao longo do percurso educacional e contribuir para a construção de saberes complexos e competências integradas (Tardif, 2014). Essa perspectiva reforça a necessidade de que o estágio seja planejado e supervisionado de forma criteriosa, articulando-se ao projeto pedagógico do curso e dialogando com as demandas sociais, econômicas e tecnológicas contemporâneas.

Assim, a Lei nº 11.788/2008 surge como resposta a um conjunto de desafios históricos e pedagógicos enfrentados pela educação superior brasileira. Sua promulgação representou não apenas a regulamentação de uma prática já existente, mas a consolidação de um novo paradigma formativo, que reconhece o estágio como espaço essencial de construção do conhecimento, desenvolvimento de competências e formação integral do estudante. Ao estabelecer normas claras e promover uma maior integração entre ensino e prática, a lei fortalece o papel do estágio como eixo estruturante da formação profissional e como instrumento de mediação entre universidade, mercado de trabalho e sociedade.

2.3.2 Estrutura normativa e principais dispositivos

A Lei nº 11.788/2008 organiza-se em torno de um conjunto de dispositivos que definem com clareza os direitos e deveres de todos os envolvidos no processo de estágio — estudantes, instituições de ensino e organizações concedentes — além de estabelecer critérios que asseguram o caráter educativo e formativo dessa prática. Ao detalhar a estrutura normativa, a legislação busca garantir que o estágio cumpra sua função essencial no processo

de formação profissional, evitando que seja reduzido a um simples instrumento de inserção no mercado de trabalho.

O artigo 1º da lei define o estágio como "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior" (Brasil, 2008, p. 1). Essa definição reflete a perspectiva pedagógica que orienta a legislação, ao enfatizar que o estágio deve estar diretamente articulado ao processo formativo e à área de conhecimento do estudante. A partir dessa concepção, a lei estabelece que o estágio pode ser obrigatório ou não obrigatório, dependendo das exigências curriculares de cada curso, e determina que ambas as modalidades devem seguir as mesmas regras de supervisão, acompanhamento e avaliação.

Um dos dispositivos centrais da lei é a exigência de um termo de compromisso de estágio, firmado entre o estudante, a instituição de ensino e a parte concedente. Esse documento funciona como instrumento jurídico que formaliza a relação de estágio e define direitos, deveres e responsabilidades de cada parte envolvida. Ele deve conter, obrigatoriamente, informações como o plano de atividades a ser desenvolvido, a duração do estágio, a carga horária, a forma de acompanhamento e os critérios de avaliação. Essa exigência visa garantir a transparência do processo e assegurar que as atividades desempenhadas estejam alinhadas aos objetivos pedagógicos e ao projeto pedagógico do curso (Brasil, 2008).

Outro ponto fundamental é a obrigatoriedade da supervisão pedagógica, realizada por um professor orientador da instituição de ensino e por um profissional designado pela parte concedente. Essa dupla supervisão garante que o estágio seja acompanhado de forma contínua e que o estudante receba orientação técnica e pedagógica adequada ao longo da experiência. O acompanhamento não apenas qualifica a formação, mas também previne a execução de atividades desvinculadas da área de estudo, o que comprometeria o caráter formativo da prática (Pimenta; Lima, 2017).

A lei também estabelece limites para a jornada de atividades, que não pode exceder seis horas diárias e trinta horas semanais no caso de estudantes do ensino superior. Essa medida busca assegurar que o estágio não interfira negativamente no rendimento acadêmico e que o estudante possa conciliar suas atividades práticas com as exigências do curso. Além disso, prevê a concessão de recesso remunerado proporcional ao tempo de duração do estágio, reforçando a proteção aos direitos dos estagiários (Brasil, 2008).

Entre os dispositivos mais importantes está a obrigatoriedade da compatibilidade das atividades com a área de formação do estudante. A legislação determina que as funções desempenhadas durante o estágio devem estar diretamente relacionadas aos conteúdos e objetivos do curso, evitando a exploração da mão de obra estudantil em funções alheias à sua formação. Essa regra representa um avanço significativo em relação ao cenário anterior à lei, quando era comum que estagiários fossem designados para atividades administrativas ou operacionais sem relação com sua área de estudo (Carvalho; Almeida, 2020).

A lei ainda trata de aspectos como a duração máxima do estágio, limitada a dois anos na mesma parte concedente, e a obrigatoriedade de seguro contra acidentes pessoais durante o período da experiência. Também prevê a concessão de bolsa e auxílio-transporte para os estágios não obrigatórios, garantindo condições mínimas de permanência e participação dos estudantes. Essas disposições demonstram uma preocupação com a proteção social dos estagiários e com a criação de condições adequadas para o desenvolvimento da prática formativa (Brasil, 2008).

Do ponto de vista institucional, a Lei nº 11.788/2008 impõe às instituições de ensino a responsabilidade de integrar o estágio ao projeto pedagógico do curso, acompanhar seu desenvolvimento e avaliar seus resultados. Essa exigência reforça a centralidade do estágio no processo formativo e obriga as universidades a planejarem essa prática de maneira intencional e articulada com os objetivos educacionais. Ao mesmo tempo, atribui às organizações concedentes a obrigação de oferecer ambientes adequados e supervisionados, garantindo que as atividades proporcionem aprendizado efetivo e contribuam para a formação profissional dos estudantes (Silva; Costa, 2021).

A estrutura normativa da lei reflete, portanto, uma concepção ampliada de estágio, que não se restringe ao espaço de prática, mas envolve planejamento pedagógico, acompanhamento institucional e garantia de direitos. Ao estabelecer regras claras e mecanismos de controle, a legislação busca equilibrar a relação entre formação acadêmica e demandas do mundo do trabalho, promovendo um ambiente formativo que respeite a dignidade do estudante e assegure a qualidade da experiência educacional.

2.3.3 Impactos na formação acadêmico-profissional

A promulgação da Lei nº 11.788/2008 trouxe impactos significativos para a formação acadêmico-profissional no Brasil, redefinindo o papel do estágio dentro dos cursos de

graduação e promovendo uma mudança substancial na forma como essa prática é concebida, estruturada e desenvolvida. Ao reconhecer o estágio como um ato educativo e ao estabelecer diretrizes para sua execução, a legislação contribuiu para que a prática deixasse de ser um complemento secundário do currículo e passasse a ocupar lugar central no processo formativo, atuando como eixo articulador entre teoria e prática (Pimenta; Lima, 2017).

Um dos principais impactos da lei diz respeito à valorização da dimensão pedagógica do estágio. Ao estabelecer que as atividades desenvolvidas devem estar diretamente relacionadas à área de formação do estudante e alinhadas ao projeto pedagógico do curso, a legislação fortalece a função educativa da prática e evita que ela se reduza a uma experiência meramente laboral. Essa exigência garante que o estágio contribua efetivamente para a consolidação dos saberes teóricos, para a aquisição de habilidades técnicas e para o desenvolvimento de competências profissionais, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada (Tardif, 2014).

Outro efeito importante da lei foi a ampliação das oportunidades de vivência profissional ao longo do percurso acadêmico. A obrigatoriedade de supervisão pedagógica e a definição de critérios claros para a realização do estágio possibilitaram uma aproximação mais consistente entre o ambiente universitário e o mundo do trabalho. Essa aproximação não apenas facilita a transição dos estudantes para a vida profissional, mas também contribui para que eles compreendam as demandas e desafios de sua área de atuação ainda durante a graduação. Essa experiência precoce com a realidade do trabalho promove uma formação mais crítica, reflexiva e alinhada às exigências contemporâneas do mercado (Kolb, 2015).

A legislação também teve impacto positivo na qualidade da formação, ao exigir planejamento pedagógico, acompanhamento sistemático e avaliação contínua do estágio. A obrigatoriedade de elaboração de planos de atividades, relatórios e supervisão qualificada estimula uma prática mais estruturada e coerente com os objetivos formativos, além de possibilitar a identificação de lacunas e o aprimoramento dos processos pedagógicos. Essa sistematização contribui para a construção de um percurso formativo mais coeso e para a consolidação de competências complexas, como pensamento crítico, resolução de problemas, tomada de decisão e trabalho colaborativo (Perrenoud, 2013).

Outro impacto relevante refere-se à promoção da equidade e da inclusão no acesso às experiências formativas. A lei prevê direitos como recesso remunerado, jornada máxima de trabalho e obrigatoriedade de seguro contra acidentes pessoais, medidas que visam proteger os estudantes e garantir condições adequadas para a realização do estágio. Além disso, ao determinar a obrigatoriedade de concessão de bolsa e auxílio-transporte para estágios não

obrigatórios, a legislação contribui para a democratização do acesso a essas oportunidades, reduzindo barreiras socioeconômicas que poderiam impedir a participação de estudantes em situação de vulnerabilidade (Carvalho; Almeida, 2020).

Do ponto de vista institucional, a lei impulsionou as universidades a repensarem seus projetos pedagógicos e suas estratégias de integração entre ensino e prática. Ao atribuir às instituições a responsabilidade de acompanhar, avaliar e supervisionar o estágio, a legislação estimula a criação de estruturas internas específicas para a gestão dessa atividade, como núcleos de estágio e coordenações pedagógicas. Essa reorganização institucional fortalece a relação entre universidade e sociedade e amplia o potencial do estágio como espaço de inovação, pesquisa e intervenção social (Ghedin; Oliveira, 2020).

A lei também teve impactos significativos na construção da identidade profissional dos estudantes. Ao vivenciarem experiências concretas de atuação em suas áreas de formação, eles não apenas aplicam seus conhecimentos, mas também constroem representações mais complexas e realistas sobre sua futura profissão. Essa vivência possibilita a reflexão sobre valores, papéis e responsabilidades profissionais, contribuindo para a formação de uma identidade sólida, crítica e comprometida com a realidade social (Nóvoa, 2020).

Por fim, a Lei do Estágio contribuiu para a valorização do estágio como instrumento de inserção profissional. A experiência prática adquirida durante o curso amplia a empregabilidade dos egressos e aumenta suas chances de inserção no mercado de trabalho, além de proporcionar uma visão mais ampla e estratégica sobre sua área de atuação. Mais do que preparar o estudante para ocupar um cargo, o estágio o capacita para atuar de forma inovadora, criativa e socialmente responsável, respondendo aos desafios de um mundo profissional em constante transformação (Schön, 2000).

Assim, os impactos da Lei nº 11.788/2008 vão muito além da regulamentação jurídica da prática. Ela transformou profundamente a maneira como o estágio é concebido e desenvolvido nas instituições de ensino superior, promovendo uma formação mais completa, contextualizada e alinhada às demandas sociais e profissionais contemporâneas. Ao fortalecer a integração entre teoria e prática e ao garantir direitos e condições adequadas aos estudantes, a lei consolida o estágio como um dos pilares fundamentais da formação acadêmico-profissional no Brasil.

2.3.4 Avanços, desafios e perspectivas contemporâneas

A promulgação da Lei nº 11.788/2008 representou um avanço significativo no processo de institucionalização do estágio no Brasil, consolidando-o como um componente curricular essencial à formação acadêmico-profissional. Entretanto, mais de uma década após sua implementação, o cenário educacional e o mundo do trabalho passaram por profundas transformações, exigindo uma análise crítica dos avanços alcançados, das lacunas ainda existentes e das perspectivas futuras para essa prática formativa. Essa reflexão é fundamental para compreender os caminhos que o estágio precisa trilhar para continuar desempenhando seu papel estratégico na educação superior.

Entre os avanços mais significativos trazidos pela Lei do Estágio está a consolidação de uma base legal robusta que reconhece o caráter educativo dessa prática e estabelece parâmetros claros para sua execução. A definição do estágio como ato formativo supervisionado, a obrigatoriedade de alinhamento com o projeto pedagógico do curso e a exigência de supervisão pedagógica qualificada foram medidas que elevaram a qualidade das experiências formativas e reduziram práticas abusivas recorrentes em décadas anteriores (Brasil, 2008). Tais avanços contribuíram para uma maior articulação entre teoria e prática, aproximando o ambiente acadêmico do mundo profissional e garantindo que o estágio se tornasse um espaço efetivo de desenvolvimento de competências (Pimenta; Lima, 2017).

Outro avanço importante diz respeito à valorização da dimensão social e inclusiva do estágio. Ao prever direitos como recesso remunerado, jornada reduzida e concessão de bolsa para estágios não obrigatórios, a legislação ampliou o acesso às experiências formativas, beneficiando especialmente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Carvalho; Almeida, 2020). Essa democratização do acesso ao estágio tem impacto direto na redução das desigualdades educacionais e na promoção da equidade, permitindo que um número maior de estudantes vivencie oportunidades concretas de aprendizagem profissional.

Apesar dos avanços, a efetivação plena da lei ainda enfrenta desafios consideráveis. Um dos principais refere-se à distância que ainda persiste entre a teoria e a prática em muitos cursos de graduação. Em diversas instituições, o estágio continua sendo concebido como atividade complementar, sem a devida integração com o currículo e sem um projeto pedagógico claro que oriente seu desenvolvimento. Essa lacuna compromete o potencial formativo da prática e reduz suas contribuições para o desenvolvimento de competências complexas (Silva; Costa, 2021).

Outro desafio relevante está relacionado à supervisão pedagógica. Em muitos casos, a falta de estrutura institucional e a sobrecarga docente dificultam o acompanhamento sistemático e a orientação adequada dos estudantes, prejudicando a qualidade da experiência

formativa. Além disso, a falta de articulação entre as instituições de ensino e as organizações concedentes limita a diversidade e a relevância das oportunidades de estágio, concentrando-as em áreas específicas e restringindo o contato dos estudantes com diferentes contextos de atuação (Ghedin; Oliveira, 2020).

As transformações recentes no mundo do trabalho também colocam novos desafios para o estágio. A revolução digital, a automação, a economia do conhecimento e a crescente demanda por competências socioemocionais exigem que as práticas formativas sejam constantemente atualizadas e repensadas. Nesse contexto, torna-se necessário ampliar as oportunidades de estágio em áreas emergentes, como tecnologia da informação, inovação, empreendedorismo e sustentabilidade, garantindo que os estudantes estejam preparados para atuar em um mercado em rápida evolução (Nóvoa, 2020). Além disso, a expansão do trabalho remoto e das modalidades híbridas de atuação demanda novas estratégias de supervisão, acompanhamento e avaliação, que ainda não estão plenamente contempladas na legislação atual.

Diante desse cenário, as perspectivas futuras para o estágio envolvem a necessidade de um aperfeiçoamento contínuo da legislação e das práticas pedagógicas. Isso inclui a revisão periódica das diretrizes legais, a incorporação de dispositivos que contemplem as novas formas de trabalho e aprendizagem e o fortalecimento da parceria entre universidades, setor produtivo e sociedade civil. Também é fundamental investir na formação continuada de professores orientadores e supervisores, garantindo que eles estejam preparados para atuar em contextos complexos e dinâmicos e para orientar os estudantes em processos de aprendizagem cada vez mais diversificados (Tardif, 2014).

Além disso, é necessário que as instituições de ensino desenvolvam estratégias para tornar o estágio um espaço de inovação pedagógica, promovendo experiências que integrem ensino, pesquisa e extensão e que estimulem o protagonismo estudantil na construção de soluções para problemas reais. O estágio pode e deve ser um espaço de experimentação, onde o estudante não apenas aplica conhecimentos, mas também cria, transforma e contribui ativamente para a sociedade (Perrenoud, 2013).

Em síntese, a Lei nº 11.788/2008 representou um avanço expressivo na consolidação do estágio como instrumento de formação integral. No entanto, os desafios atuais indicam a necessidade de atualização e aprimoramento constante dessa legislação e de suas práticas associadas. A construção de um estágio mais inclusivo, inovador e alinhado às demandas do século XXI requer esforços conjuntos de instituições de ensino, órgãos reguladores, empresas e sociedade. Somente assim será possível garantir que o estágio continue a desempenhar sua

função estratégica na formação de profissionais críticos, reflexivos, criativos e comprometidos com a transformação social.

2.4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG): TRAJETÓRIA, ESTRUTURA E IMPACTO REGIONAL

2.4.1 Trajetória histórica da UFCG

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é uma das instituições de ensino superior mais importantes do Nordeste brasileiro, destacando-se pela relevância de sua atuação acadêmica, científica e social ao longo de mais de seis décadas de história. Sua trajetória está intimamente ligada ao desenvolvimento educacional, econômico e tecnológico da região, desempenhando papel estratégico na formação de profissionais qualificados, na produção de conhecimento e na promoção do desenvolvimento regional.

As origens da UFCG remontam à década de 1950, quando foi criado o primeiro curso de Engenharia em Campina Grande, então vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ao longo das décadas seguintes, a expansão dos cursos e a consolidação de estruturas acadêmicas em diferentes áreas do conhecimento impulsionaram a transformação do antigo campus em um polo universitário de relevância crescente no cenário educacional do país. Esse processo culminou na criação oficial da Universidade Federal de Campina Grande, por meio da Lei nº 10.419, sancionada em 9 de abril de 2002, que desmembrou o antigo campus da UFPB e instituiu a UFCG como uma universidade autônoma e independente (Brasil, 2002).

Desde então, a UFCG consolidou-se como um centro de excelência acadêmica, assumindo a missão de promover ensino, pesquisa e extensão de qualidade, pautados pela indissociabilidade entre essas dimensões e pelo compromisso com o desenvolvimento regional e nacional. Sua criação representou não apenas um marco institucional, mas também uma resposta às demandas sociais, políticas e econômicas de uma região historicamente marcada por desigualdades estruturais e carências educacionais. Ao longo dos anos, a universidade passou a desempenhar papel fundamental na interiorização do ensino superior público no Nordeste, ampliando o acesso à educação e contribuindo para a redução das desigualdades regionais (Lima; Alves, 2019).

A trajetória da UFCG é marcada por importantes avanços e conquistas no campo da educação superior. A instituição passou por um processo contínuo de expansão e diversificação de sua oferta acadêmica, incorporando novas áreas do conhecimento e ampliando significativamente seu corpo docente e discente. Desde sua fundação, a universidade tem investido fortemente na criação de cursos de graduação e programas de pós-graduação, fortalecendo sua atuação científica e sua capacidade de formar profissionais aptos a atuar nos mais diversos setores da sociedade (UFCG, 2023).

Outro marco importante na trajetória da UFCG foi sua consolidação como centro de referência em pesquisa e inovação tecnológica. A instituição desenvolveu projetos de destaque nacional e internacional em áreas estratégicas como engenharia, tecnologia da informação, ciências agrárias, saúde e ciências sociais aplicadas, contribuindo de forma significativa para o avanço do conhecimento científico e para a solução de problemas complexos que afetam a sociedade brasileira (Santos; Araújo, 2021). Esses esforços reforçam o papel da universidade como agente ativo na promoção do desenvolvimento sustentável e no fortalecimento das capacidades produtivas e científicas do país.

A expansão da UFCG também se refletiu na criação de múltiplos campi distribuídos em diferentes regiões do estado da Paraíba, o que ampliou seu alcance geográfico e seu impacto social. Atualmente, a instituição conta com campi em Campina Grande, Cajazeiras, Cuité, Patos, Pombal, Sousa e Sumé, cada um com vocações acadêmicas específicas e alinhadas às demandas socioeconômicas locais (UFCG, 2023). Essa estrutura multicampi tem permitido à universidade atender a um público diversificado, promover a interiorização do ensino superior e estreitar suas relações com diferentes setores da sociedade civil e do mercado.

Ao longo de sua trajetória, a UFCG também se destacou pela sua inserção em redes acadêmicas nacionais e internacionais, estabelecendo parcerias estratégicas com outras instituições de ensino e pesquisa. Essas colaborações têm ampliado sua capacidade de produção científica, fomentado a troca de conhecimentos e possibilitado a participação de seus docentes e discentes em projetos de cooperação técnica e científica em escala global. Essa dimensão internacional reforça a posição da universidade no cenário acadêmico e contribui para a formação de profissionais com uma visão globalizada e sensível aos desafios contemporâneos (Lima; Alves, 2019).

Portanto, a trajetória histórica da Universidade Federal de Campina Grande evidencia seu papel central na consolidação da educação superior no Nordeste e sua contribuição decisiva para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Brasil. Desde sua origem

como campus vinculado à UFPB até sua transformação em uma instituição autônoma e reconhecida nacional e internacionalmente, a UFCG tem desempenhado um papel essencial na formação de profissionais qualificados, na produção de conhecimento e na promoção do desenvolvimento regional.

2.4.2 Estrutura acadêmica e administrativa

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) possui uma estrutura acadêmica e administrativa complexa e diversificada, projetada para atender às demandas contemporâneas do ensino superior e promover a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. Sua organização institucional reflete o compromisso com a formação integral dos estudantes e com a produção de conhecimento científico de excelência, além de assegurar a gestão eficiente dos recursos e o cumprimento de sua função social.

Administrativamente, a UFCG é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme previsto no artigo 207 da Constituição Federal. Essa autonomia permite que a instituição defina suas políticas acadêmicas e científicas, organize seus cursos, estabeleça parcerias com outras instituições e desenvolva projetos estratégicos em consonância com suas vocações regionais e nacionais (Brasil, 1988).

A estrutura organizacional da universidade é composta por diversos órgãos colegiados e executivos que desempenham funções complementares e interdependentes. O Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) são os principais órgãos deliberativos e normativos, responsáveis por formular políticas institucionais, aprovar regulamentos acadêmicos e orientar as diretrizes pedagógicas da instituição. Já a Reitoria, juntamente com as pró-reitorias, responde pela gestão administrativa e acadêmica, coordenando ações estratégicas em áreas como graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, inovação, planejamento e assistência estudantil (UFCG, 2023).

Do ponto de vista acadêmico, a UFCG está estruturada em centros e unidades acadêmicas que abrangem as mais diversas áreas do conhecimento. Atualmente, a instituição conta com sete campi distribuídos em diferentes regiões do estado da Paraíba — Campina Grande, Cajazeiras, Cuité, Patos, Pombal, Sousa e Sumé — e cada um desses campi abriga centros que reúnem cursos de graduação e pós-graduação em áreas específicas. Entre os principais centros destacam-se: o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), o Centro de Humanidades (CH), o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), o Centro de

Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), o Centro de Educação e Saúde (CES), o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA) e o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) (UFCG, 2023).

Atualmente, a UFCG oferece mais de 100 cursos de graduação distribuídos em diversas áreas do conhecimento, como ciências humanas, sociais aplicadas, engenharias, ciências exatas, biológicas, da saúde e agrárias. Essa diversidade curricular reflete o compromisso da instituição com a formação de profissionais qualificados para diferentes setores da economia e da sociedade, atendendo tanto às demandas locais quanto às exigências do mercado nacional e global (Lima; Alves, 2019). A universidade também tem se destacado pelo fortalecimento de seus programas de pós-graduação stricto sensu, que incluem mestrados e doutorados em áreas estratégicas e de relevância científica. Esses programas têm contribuído para a consolidação da UFCG como centro de referência em pesquisa e produção científica no Nordeste (Santos; Araújo, 2021).

A estrutura institucional da UFCG também inclui uma ampla rede de laboratórios, núcleos de pesquisa e centros de inovação tecnológica, que desempenham papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico. Esses espaços não apenas apoiam atividades de ensino e pesquisa, mas também fomentam parcerias com empresas, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, contribuindo para a transferência de conhecimento e para a inovação em diferentes setores produtivos (UFCG, 2023). A universidade tem investido na criação de ambientes inovadores, como incubadoras de empresas e parques tecnológicos, que fortalecem a cultura empreendedora e ampliam as oportunidades de inserção profissional para seus estudantes e egressos.

Além da estrutura acadêmica e científica, a UFCG mantém políticas institucionais voltadas à assistência estudantil, inclusão social e permanência, reconhecendo que o acesso à educação superior precisa ser acompanhado de condições que garantam a conclusão dos estudos. Programas de bolsas, auxílios financeiros, moradia estudantil, restaurante universitário e serviços de apoio psicossocial fazem parte das estratégias implementadas para promover a equidade e combater a evasão escolar. Essas iniciativas evidenciam o compromisso da instituição com a democratização do ensino superior e com a formação de cidadãos socialmente responsáveis (Lima; Alves, 2019).

A universidade também desempenha um papel fundamental na internacionalização da educação superior, mantendo convênios e parcerias com instituições acadêmicas de diversos países. Essas iniciativas possibilitam a mobilidade estudantil e docente, o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e a participação em redes internacionais de conhecimento. Essa dimensão

internacional amplia a inserção acadêmica da UFCG no cenário global e contribui para a formação de profissionais com visão intercultural e competências globais (Santos; Araújo, 2021).

Portanto, a estrutura acadêmica e administrativa da UFCG reflete um projeto institucional comprometido com a excelência acadêmica, a inclusão social e a inovação. Ao articular ensino, pesquisa, extensão e inovação em uma organização complexa e bem estruturada, a universidade consolida sua posição como uma das principais instituições públicas do Nordeste e do Brasil, desempenhando papel estratégico na formação de profissionais, na produção de conhecimento e no desenvolvimento socioeconômico regional e nacional.

2.4.3 Impacto regional e nacional

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) tem exercido, desde sua criação, um papel estratégico no desenvolvimento econômico, científico, social e cultural do Nordeste brasileiro. Sua atuação transcende o campo acadêmico ao se consolidar como um vetor de transformação social e inovação, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas e desafios estruturais. Ao articular ensino, pesquisa e extensão com demandas regionais e nacionais, a UFCG contribui diretamente para a formação de capital humano qualificado, a dinamização da economia local e a promoção do desenvolvimento sustentável.

No campo educacional, a UFCG desempenha um papel fundamental na democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito no interior do país. A presença da universidade em múltiplos municípios paraibanos possibilita que milhares de jovens, sobretudo de famílias de baixa renda e oriundos de escolas públicas, tenham acesso à educação superior de qualidade (Lima; Alves, 2019). Essa interiorização da educação contribui significativamente para a redução das desigualdades regionais e para a formação de profissionais capacitados para atender às demandas específicas de suas comunidades, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e descentralizado.

O impacto econômico da UFCG também é expressivo. A presença da universidade impulsiona diversos setores da economia regional, gerando empregos diretos e indiretos, movimentando o comércio local e atraindo investimentos públicos e privados. Estudos indicam que, em muitas cidades do interior nordestino, a instalação de campi universitários representa um dos principais motores de crescimento econômico e social, estimulando a criação de empresas, serviços e oportunidades de negócios (Ghedin; Oliveira, 2020). Além

disso, a formação de profissionais altamente qualificados contribui para o fortalecimento dos setores produtivos e para a modernização das práticas empresariais e tecnológicas da região.

Outro aspecto de grande relevância é o papel da UFCG na produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico. A instituição tem se destacado pela pesquisa aplicada e pela inovação em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, como energias renováveis, agricultura sustentável, engenharia, tecnologias da informação, saúde pública e ciências sociais. Projetos desenvolvidos em parceria com órgãos governamentais, empresas e organizações sociais resultaram em soluções práticas para problemas regionais, como a escassez hídrica, a desertificação, o manejo de recursos naturais e a promoção da saúde pública (Santos; Araújo, 2021). Essas iniciativas não apenas fortalecem a capacidade científica do país, mas também impactam diretamente a qualidade de vida da população.

A atuação da UFCG no campo da extensão universitária amplia ainda mais seu impacto social. Por meio de programas, projetos e ações extensionistas, a universidade se aproxima da realidade das comunidades, atuando em áreas como educação, saúde, cultura, meio ambiente, direitos humanos e desenvolvimento comunitário. Essa interação promove a troca de saberes entre universidade e sociedade, fortalece o protagonismo social das populações atendidas e contribui para a construção de soluções inovadoras e contextualizadas para problemas locais (Pimenta; Lima, 2017). A extensão universitária também potencializa a formação cidadã dos estudantes, preparando-os para atuar de forma ética e comprometida com a transformação social.

A dimensão cultural também representa um importante vetor do impacto da UFCG. A universidade tem se destacado na promoção da cultura local e regional, valorizando as identidades nordestinas e incentivando a produção artística e cultural. Por meio de eventos, publicações, grupos de pesquisa e programas culturais, a instituição contribui para a preservação do patrimônio imaterial e para a difusão de manifestações artísticas e literárias, fortalecendo o papel da cultura como instrumento de inclusão e desenvolvimento (Carvalho; Almeida, 2020).

Além disso, a UFCG desempenha papel relevante no contexto nacional ao formar profissionais capazes de atuar em diferentes regiões do país e ao participar de redes de pesquisa e cooperação científica de alcance global. A mobilidade acadêmica e a inserção internacional da universidade ampliam seu alcance e potencializam seus impactos, projetando sua produção científica e suas práticas pedagógicas para além das fronteiras regionais (Nóvoa, 2020). Essa atuação fortalece a posição da UFCG no cenário acadêmico brasileiro e a consolida como uma das instituições de referência no ensino superior público do país.

Por fim, o impacto social da universidade se manifesta na transformação concreta da vida de milhares de pessoas e comunidades. A presença da UFCG tem contribuído para o aumento da escolaridade, a melhoria dos indicadores sociais, a redução das desigualdades e a promoção de oportunidades para populações historicamente excluídas. Ao formar profissionais críticos, reflexivos e socialmente comprometidos, a instituição reafirma sua missão pública e seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática (Perrenoud, 2013).

Portanto, o impacto regional e nacional da Universidade Federal de Campina Grande vai muito além da esfera acadêmica. Ele se estende à economia, à ciência, à cultura, à política e à transformação social, reafirmando a universidade como uma instituição estratégica para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Sua atuação multifacetada fortalece não apenas a região em que está inserida, mas também o sistema educacional e científico do país como um todo.

2.4.4 Contribuições para a formação profissional e os estágios

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) exerce papel estratégico na formação acadêmico-profissional dos estudantes, atuando como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências técnicas, científicas, éticas e sociais necessárias ao exercício profissional contemporâneo. Sua contribuição vai além da transmissão de conteúdos teóricos: envolve a criação de ambientes formativos integrados e experiências práticas que permitem aos discentes compreender a realidade social, intervir em contextos concretos e consolidar sua identidade profissional.

Uma das principais formas pelas quais a UFCG contribui para a formação dos estudantes é por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Essa tríade, princípio constitucional da educação superior brasileira (Brasil, 1988), constitui a base do processo formativo da instituição e garante que os estudantes sejam inseridos em atividades que articulam saberes teóricos com práticas aplicadas, favorecendo uma aprendizagem significativa e contextualizada (Pimenta; Lima, 2017). Projetos de pesquisa científica e tecnológica, programas de extensão universitária e práticas laboratoriais permitem ao discente desenvolver uma postura investigativa e crítica, bem como compreender a complexidade dos problemas sociais e profissionais com os quais irá se deparar no exercício da sua carreira.

Nesse contexto, o estágio ocupa um lugar central no processo de formação acadêmico-profissional promovido pela UFCG. Compreendido como um ato educativo supervisionado e orientado, o estágio constitui um elo fundamental entre a teoria e a prática, permitindo ao estudante aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em situações reais de trabalho (Tardif, 2014). A universidade, em consonância com a Lei nº 11.788/2008, garante que os estágios estejam alinhados aos objetivos pedagógicos dos cursos, contem com supervisão qualificada e estejam inseridos em contextos profissionais que favoreçam a aquisição de habilidades técnicas e o desenvolvimento de competências socioemocionais.

O Programa de Estágio Interno da UFCG (PEI/UFCG) é um exemplo emblemático dessa integração. Criado com o objetivo de ampliar as oportunidades de vivência profissional e fortalecer a formação prática dos estudantes, o programa oferece vagas em diferentes setores administrativos, laboratórios, bibliotecas, centros de pesquisa e projetos de extensão da universidade. Essa iniciativa não apenas aproxima o discente do funcionamento institucional, mas também possibilita o desenvolvimento de competências essenciais, como responsabilidade, trabalho em equipe, resolução de problemas e tomada de decisão em contextos reais (UFCG, 2023).

A realização de estágios internos e externos também contribui para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, aumentando sua empregabilidade e facilitando a transição entre a vida acadêmica e a vida profissional. Ao vivenciarem situações reais de atuação, os discentes não apenas consolidam seus conhecimentos técnicos, mas também constroem uma rede de contatos profissionais, desenvolvem habilidades de comunicação e liderança e adquirem uma compreensão mais ampla das exigências e dinâmicas do mundo do trabalho (Carvalho; Almeida, 2020). Essas experiências enriquecem o perfil profissional do egresso e ampliam suas possibilidades de inserção e progressão na carreira.

Outro aspecto relevante é o papel do estágio na construção da identidade profissional dos estudantes. Ao atuarem em contextos reais, os discentes entram em contato com os dilemas éticos, as responsabilidades sociais e os desafios inerentes ao exercício da profissão. Essa vivência possibilita reflexões sobre valores, princípios e práticas, contribuindo para a formação de profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação social (Schön, 2000). A UFCG, ao fomentar essas experiências, promove uma formação que vai além da dimensão técnica, englobando aspectos éticos, políticos e sociais da atuação profissional.

A integração entre estágio e extensão universitária representa outro diferencial importante da UFCG. Muitos programas e projetos de extensão envolvem a participação de

estudantes em atividades práticas junto a comunidades locais, organizações sociais e instituições públicas, o que potencializa o impacto social da formação e amplia a compreensão dos estudantes sobre a realidade socioeconômica e cultural da região (Ghedin; Oliveira, 2020). Essa aproximação com a sociedade fortalece o compromisso social da universidade e contribui para a formação de profissionais sensíveis às demandas coletivas e capazes de atuar de forma transformadora em seus contextos de trabalho.

Além disso, a UFCG tem investido na ampliação de parcerias com empresas, órgãos públicos e organizações não governamentais para a oferta de estágios supervisionados, fortalecendo a relação universidade-sociedade e criando oportunidades diversificadas de formação prática. Essas parcerias possibilitam que os estudantes atuem em ambientes dinâmicos e multifacetados, ampliando sua visão de mundo e sua capacidade de adaptação a diferentes contextos profissionais (Nóvoa, 2020).

Em síntese, as contribuições da UFCG para a formação profissional e para o desenvolvimento de estágios são múltiplas e interdependentes. Ao articular teoria e prática, promover experiências formativas diversificadas e fortalecer a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, a universidade consolida seu papel como agente de transformação social e como referência em educação superior de qualidade. O estágio, nesse contexto, não é apenas um requisito curricular, mas um processo formativo essencial que prepara o discente para os desafios contemporâneos do mundo do trabalho e para o exercício ético, crítico e socialmente comprometido da profissão.

2.5 INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ANUAL DE ESTÁGIO INTERNO -RESOLUÇÃO 16/2022

2.5.1 Contexto e fundamentos legais

A criação do Programa Anual de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (PEI/UFCG), instituído pela Resolução nº 16/2022, representa um marco relevante na consolidação das políticas institucionais voltadas à formação acadêmico-profissional dos estudantes de graduação. Essa resolução foi elaborada com o objetivo de regulamentar e organizar de forma sistemática as oportunidades de estágio dentro da própria estrutura da

universidade, fortalecendo o elo entre a formação teórica e a prática profissional, conforme previsto nas diretrizes educacionais brasileiras e na Lei nº 11.788/2008.

O contexto que levou à formulação da Resolução nº 16/2022 está relacionado à necessidade de ampliar e qualificar as experiências formativas dos discentes, criando mecanismos institucionais que possibilitem a vivência prática em ambientes reais de atuação profissional, mesmo dentro do espaço universitário. Historicamente, as instituições de ensino superior brasileiras enfrentam o desafio de articular teoria e prática de maneira efetiva, garantindo que os estudantes possam aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação em situações concretas, desenvolvendo competências técnicas, científicas e socioemocionais essenciais ao exercício da profissão (Pimenta; Lima, 2017).

Nesse cenário, a criação do Programa de Estágio Interno surge como uma resposta estratégica da UFCG às demandas contemporâneas da educação superior e às transformações do mundo do trabalho. A iniciativa reconhece que o estágio não deve ser apenas um requisito curricular ou uma exigência legal, mas uma oportunidade pedagógica de formação integral, capaz de preparar o estudante para os desafios profissionais e sociais do século XXI (Tardif, 2014). Ao institucionalizar a oferta de estágios internos, a universidade amplia a diversidade de experiências práticas e promove um ambiente formativo mais dinâmico, reflexivo e conectado às realidades profissionais.

Do ponto de vista jurídico e normativo, a Resolução nº 16/2022 está fundamentada em um conjunto de marcos legais que regulam o estágio no Brasil. A Constituição Federal de 1988 assegura a autonomia didático-científica e administrativa das universidades, possibilitando a criação de programas específicos para atender às suas finalidades institucionais (Brasil, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça o papel do estágio como componente curricular que deve articular teoria e prática, contribuindo para a formação plena do estudante (Brasil, 1996). Por sua vez, a Lei nº 11.788/2008, conhecida como Lei do Estágio, estabelece normas gerais para a realização dessa atividade, definindo-a como ato educativo supervisionado e regulando direitos, deveres e responsabilidades das partes envolvidas (Brasil, 2008).

Ao se alinhar a esse arcabouço normativo, a Resolução nº 16/2022 busca não apenas garantir a legalidade do programa, mas também adequá-lo às especificidades institucionais da UFCG, atendendo às demandas acadêmicas, científicas e sociais da universidade. A criação de um programa anual de estágios internos representa, portanto, uma evolução no entendimento do papel do estágio na formação profissional, colocando-o no centro das estratégias pedagógicas e institucionais da universidade (Carvalho; Almeida, 2020).

Outro aspecto importante do contexto de criação do PEI/UFCG refere-se ao cenário socioeconômico e educacional contemporâneo. As transformações nas dinâmicas produtivas e a crescente complexidade das demandas profissionais exigem que as instituições formadoras desenvolvam estratégias inovadoras para preparar seus egressos. A ampliação das oportunidades de estágio interno, nesse sentido, permite que a universidade ofereça experiências formativas diversificadas e adaptadas a diferentes áreas do conhecimento, contemplando desde a atuação em setores administrativos até o envolvimento em projetos de pesquisa, extensão e inovação (Nóvoa, 2020). Essa diversidade de espaços formativos contribui para o desenvolvimento de competências múltiplas e para a construção de um perfil profissional mais versátil e competitivo.

Assim, a Resolução nº 16/2022 reflete um movimento institucional estratégico, alinhado às diretrizes legais e pedagógicas nacionais, que visa fortalecer o compromisso da UFCG com a formação de profissionais qualificados, críticos e socialmente engajados. Ao regulamentar o Programa Anual de Estágio Interno, a universidade não apenas amplia o acesso a experiências práticas significativas, mas também reafirma seu papel como agente ativo no processo de desenvolvimento humano, social e econômico.

2.5.2 Objetivos e diretrizes do Programa Anual de Estágio Interno

O Programa Anual de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (PEI/UFCG), instituído pela Resolução nº 16/2022, foi concebido com o propósito de potencializar a formação acadêmico-profissional dos discentes por meio de experiências práticas supervisionadas no interior da própria instituição. Seus objetivos e diretrizes refletem uma concepção pedagógica que compreende o estágio como um processo formativo contínuo, articulador de saberes teóricos e práticos e essencial para a construção da identidade profissional dos estudantes.

O principal objetivo do programa é oferecer aos discentes oportunidades de vivência profissional em ambientes institucionais reais, promovendo a aplicação dos conhecimentos adquiridos no percurso acadêmico e estimulando o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e socioemocionais necessárias ao exercício da profissão. Nesse sentido, o PEI/UFCG busca integrar ensino, pesquisa e extensão de maneira orgânica, transformando o estágio em um espaço de experimentação e inovação pedagógica (Pimenta; Lima, 2017).

Outro objetivo central do programa é aproximar os estudantes das diferentes dimensões que compõem a estrutura organizacional e funcional da universidade. Ao possibilitar que os discentes atuem em setores administrativos, laboratórios, bibliotecas, núcleos de extensão, centros de pesquisa e projetos estratégicos, o programa amplia a compreensão dos estudantes sobre a complexidade das instituições públicas e sobre as múltiplas áreas de atuação profissional relacionadas à sua formação (Carvalho; Almeida, 2020). Essa diversidade de experiências contribui não apenas para a aquisição de competências técnicas específicas, mas também para o desenvolvimento de habilidades de gestão, comunicação, liderança, trabalho em equipe e resolução de problemas.

O PEI/UFCG também tem como objetivo fomentar a formação de profissionais críticos, reflexivos e comprometidos com a realidade social. Ao proporcionar experiências práticas que envolvem o contato direto com a comunidade acadêmica e com a sociedade, o programa estimula a consciência ética e política dos estudantes e promove o desenvolvimento de uma postura profissional pautada pela responsabilidade social e pelo compromisso com a transformação da realidade (Nóvoa, 2020). Esse aspecto é particularmente relevante no contexto das universidades públicas brasileiras, cujo papel vai além da formação técnica e envolve a promoção da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Além dos objetivos gerais, a Resolução nº 16/2022 estabelece diretrizes que orientam a execução do programa e asseguram sua coerência pedagógica e institucional. Entre as principais diretrizes destacam-se:

- Integração com o projeto pedagógico dos cursos: o estágio interno deve estar alinhado às competências e habilidades previstas nos currículos, de modo a contribuir para a consolidação dos objetivos formativos e para o desenvolvimento das competências profissionais esperadas em cada área de conhecimento (Brasil, 2008).
- Supervisão e acompanhamento qualificados: todas as atividades desenvolvidas pelos estagiários devem ser acompanhadas por professores orientadores e servidores técnicos-administrativos capacitados, garantindo a qualidade do processo formativo e a segurança das atividades desempenhadas (UFCG, 2023).
- Planejamento e avaliação sistemática: o programa prevê a elaboração de planos de atividades detalhados, a produção de relatórios periódicos e a realização de avaliações formativas e somativas, assegurando o monitoramento constante do processo e a retroalimentação das práticas pedagógicas (Tardif, 2014).
- Diversificação de espaços formativos: a universidade busca disponibilizar vagas de estágio em diferentes setores e projetos, garantindo que os estudantes tenham acesso

a experiências variadas e contextualizadas, de acordo com seus interesses e áreas de formação (Ghedin; Oliveira, 2020).

- Promoção da inclusão e da equidade: o programa adota políticas que visam democratizar o acesso às oportunidades de estágio, priorizando critérios transparentes e estimulando a participação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Lima; Alves, 2019).

Essas diretrizes refletem a preocupação institucional em assegurar que o estágio seja mais do que uma atividade pontual: ele deve constituir-se como uma experiência pedagógica intencional, planejada e supervisionada, com potencial de transformar a trajetória acadêmica e profissional dos estudantes. Ao alinhar seus objetivos às demandas do mercado de trabalho, às exigências sociais e às diretrizes curriculares nacionais, o PEI/UFCG consolida-se como uma ferramenta estratégica de formação integral, contribuindo para a formação de profissionais competentes, éticos e socialmente comprometidos.

Portanto, o Programa Anual de Estágio Interno não se limita a criar oportunidades de prática profissional; ele representa uma política institucional voltada à excelência formativa. Por meio de seus objetivos e diretrizes, reafirma o compromisso da Universidade Federal de Campina Grande com a construção de uma educação superior transformadora, capaz de preparar sujeitos críticos, criativos e aptos a atuar em contextos complexos e desafiadores da sociedade contemporânea.

2.5.3 Importância pedagógica e impactos na formação profissional

O Programa Anual de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (PEI/UFCG), regulamentado pela Resolução nº 16/2022, representa um instrumento pedagógico de grande relevância no processo de formação acadêmico-profissional dos estudantes. Sua importância transcende o cumprimento de requisitos curriculares, pois está ancorado em uma concepção formativa que entende o estágio como espaço de integração entre teoria e prática, de desenvolvimento de competências e de construção de identidades profissionais comprometidas com as transformações sociais contemporâneas.

A importância pedagógica do programa decorre, primeiramente, de sua capacidade de articular os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação com situações reais de atuação profissional. Essa articulação promove uma aprendizagem ativa e contextualizada, que estimula o pensamento crítico e reflexivo e possibilita ao estudante compreender como os saberes científicos podem ser aplicados para solucionar problemas concretos da sociedade

(Pimenta; Lima, 2017). A vivência prática em ambientes institucionais reais permite ao discente ressignificar os conteúdos aprendidos em sala de aula, identificar lacunas de conhecimento e desenvolver competências técnicas e socioemocionais que dificilmente seriam adquiridas em contextos puramente teóricos (Tardif, 2014).

Além disso, o estágio interno contribui significativamente para a construção da identidade profissional. Ao vivenciar experiências que envolvem responsabilidades, tomadas de decisão, trabalho em equipe e interações com diferentes públicos, o estudante passa a construir representações mais complexas sobre sua futura profissão. Esse processo de socialização profissional é essencial para a formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seu papel social, preparados para atuar em contextos marcados por diversidade, complexidade e constantes transformações (Nóvoa, 2020).

Outro aspecto pedagógico relevante do PEI/UFCG é seu potencial de promover a interdisciplinaridade. Ao participar de atividades em diferentes setores da universidade — administrativos, técnicos, laboratoriais, de extensão ou de pesquisa — os estudantes têm a oportunidade de dialogar com saberes de distintas áreas do conhecimento e compreender a importância do trabalho colaborativo na resolução de problemas complexos. Essa experiência amplia sua capacidade de análise, fortalece sua visão sistêmica e estimula o desenvolvimento de competências transversais, como comunicação, liderança, criatividade e pensamento crítico (Perrenoud, 2013).

O programa também exerce impacto direto na empregabilidade e na inserção profissional dos egressos. A experiência adquirida durante o estágio contribui para a construção de um perfil profissional mais completo, diferenciado e adaptável às demandas do mercado de trabalho. Pesquisas indicam que estudantes que participam de programas de estágio supervisionado têm maiores chances de inserção e ascensão profissional, uma vez que já chegam ao mercado com experiência prática, redes de contatos profissionais e competências desenvolvidas (Carvalho; Almeida, 2020). Nesse sentido, o PEI/UFCG atua como ponte entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, facilitando a transição do ambiente universitário para a atuação profissional.

Outro impacto importante diz respeito ao fortalecimento do compromisso social e ético dos futuros profissionais. Ao atuar em espaços institucionais públicos e participar de projetos voltados para o atendimento das demandas sociais, os estudantes desenvolvem um olhar sensível às desigualdades, às vulnerabilidades e às necessidades da população. Essa experiência contribui para a formação de profissionais comprometidos com os princípios da justiça social, da ética e da responsabilidade cidadã, preparados para atuar como agentes

transformadores da realidade (Ghedin; Oliveira, 2020). Essa dimensão ética e política do estágio interno reafirma o papel social das universidades públicas e sua função estratégica na formação de cidadãos críticos e participativos.

O PEI/UFCG também tem relevância institucional, pois fortalece a cultura organizacional e aproxima os estudantes das dinâmicas administrativas e acadêmicas da universidade. Essa imersão possibilita que os discentes compreendam o funcionamento interno da instituição, reconheçam os desafios da gestão pública e participem ativamente de processos decisórios, ampliando sua compreensão sobre políticas públicas, legislação e administração educacional. Tal experiência é particularmente valiosa para aqueles que pretendem seguir carreiras em instituições públicas, organizações sociais ou órgãos governamentais (UFCG, 2023).

Em síntese, a importância pedagógica e os impactos do Programa Anual de Estágio Interno são múltiplos e abrangem dimensões cognitivas, técnicas, sociais, éticas e políticas da formação profissional. Ao integrar teoria e prática, promover a aprendizagem significativa, fortalecer a identidade profissional e estimular a responsabilidade social, o programa consolida-se como uma ferramenta essencial na formação de profissionais competentes e comprometidos com a transformação da realidade. Sua implementação reafirma o papel da Universidade Federal de Campina Grande como instituição formadora de excelência, capaz de preparar seus egressos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e contribuir de forma ativa para o desenvolvimento do país.

2.6 REGULAMENTAÇÃO- RESOLUÇÃO Nº 11/2024, DA CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

A Resolução nº 11/2024, aprovada pela Câmara Superior de Ensino da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), representa um marco importante na consolidação das políticas institucionais voltadas à prática de estágio e à formação acadêmico-profissional dos estudantes de graduação. Sua criação reflete o esforço contínuo da universidade em alinhar suas ações pedagógicas às transformações sociais, econômicas e educacionais contemporâneas, promovendo uma formação superior mais integrada, crítica e comprometida com as demandas da sociedade.

O objetivo central da Resolução nº 11/2024 é regulamentar e atualizar as diretrizes que norteiam a realização dos estágios supervisionados, obrigatórios e não obrigatórios, no âmbito

da UFCG. Ao estabelecer regras claras sobre a organização, execução, supervisão e avaliação dos estágios, a resolução assegura maior coerência pedagógica ao processo formativo, garantindo que essas atividades sejam efetivamente reconhecidas como atos educativos e não meramente laborais (Brasil, 2008). Esse alinhamento com a Lei nº 11.788/2008 é fundamental para que o estágio cumpra sua função de mediação entre o conhecimento teórico produzido na universidade e a prática profissional desenvolvida em contextos reais de trabalho (Pimenta; Lima, 2017).

A regulamentação atualizada também responde a uma necessidade institucional de padronizar procedimentos e assegurar qualidade nas experiências formativas oferecidas aos estudantes. Entre os principais avanços trazidos pela Resolução nº 11/2024 está a definição de parâmetros mais rigorosos para a supervisão e acompanhamento dos estágios. Ao exigir a participação ativa de docentes orientadores e técnicos qualificados, a normativa garante que o processo de estágio seja conduzido de forma reflexiva e crítica, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a consolidação de competências profissionais essenciais (Tardif, 2014).

Outro aspecto relevante da resolução é a ênfase no planejamento e na avaliação dos estágios. O documento estabelece a obrigatoriedade de elaboração de planos de atividades detalhados, com objetivos pedagógicos claros e critérios de avaliação definidos. Essa exigência fortalece a intencionalidade formativa do estágio, permitindo que ele seja planejado como parte integrante do currículo e não como uma atividade complementar ou acessória. A avaliação contínua, por sua vez, possibilita o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e a identificação de lacunas formativas, orientando a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes (Carvalho; Almeida, 2020).

A Resolução nº 11/2024 também promove maior articulação entre os diferentes atores envolvidos no processo de estágio, universidade, concedentes e estudantes. Ao definir responsabilidades específicas para cada parte, a normativa fortalece as parcerias institucionais e amplia as possibilidades de inserção dos discentes em contextos diversificados de atuação profissional. Esse diálogo entre academia e mundo do trabalho potencializa as oportunidades de aprendizagem e contribui para a formação de profissionais mais preparados para enfrentar os desafios do mercado e das transformações sociais contemporâneas (Nóvoa, 2020).

Além disso, a regulamentação reforça o compromisso institucional da UFCG com a inclusão e a democratização do acesso às oportunidades formativas. A resolução estabelece diretrizes que incentivam a criação de vagas de estágio em diferentes setores, inclusive em áreas de pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo que estudantes de diferentes

cursos e perfis socioeconômicos possam vivenciar experiências práticas relevantes (UFCG, 2024). Essa perspectiva amplia o alcance social da universidade e fortalece seu papel como agente de transformação e desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo, a atualização normativa reflete um movimento de adaptação da instituição às novas demandas do mundo do trabalho, marcado pela globalização, pela digitalização e pela crescente valorização de competências socioemocionais e interdisciplinares. A Resolução nº 11/2024 incorpora essas exigências ao prever que os estágios contemplem, além das competências técnicas específicas, habilidades como pensamento crítico, criatividade, colaboração, comunicação e responsabilidade social. Essa abordagem amplia o escopo da formação profissional e prepara os estudantes para atuar em contextos complexos, dinâmicos e em constante transformação (Perrenoud, 2013).

Por fim, a resolução reforça a importância do estágio como espaço de construção de identidade profissional e de compromisso ético-político. Ao proporcionar experiências práticas supervisionadas, contextualizadas e socialmente relevantes, o estágio se torna um espaço privilegiado para que os estudantes reflitam sobre os valores, princípios e responsabilidades que orientam sua futura atuação profissional. Nesse sentido, a regulamentação não apenas normatiza procedimentos, mas também reafirma a função social da universidade e sua missão de formar profissionais críticos, éticos e comprometidos com a transformação da realidade (Ghedin; Oliveira, 2020).

Portanto, a Resolução nº 11/2024 da Câmara Superior de Ensino da UFCG não deve ser compreendida apenas como um instrumento jurídico-administrativo, mas como um marco pedagógico que consolida uma concepção de estágio alinhada aos princípios da educação superior contemporânea. Ao estruturar políticas e práticas que fortalecem a qualidade, a relevância e a intencionalidade formativa do estágio, a normativa reafirma o compromisso da universidade com a excelência acadêmica, a inovação e a responsabilidade social.

2.7 SEÇÃO IV DOS ESTÁGIOS - RESOLUÇÃO Nº 11/2024 DA CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO.

A Resolução 11/2024 da Câmara Superior de Ensino da Universidade Federal de Campina Grande dedica um capítulo específico à caracterização das atividades de estágio, buscando detalhar sua natureza acadêmica e as diferentes modalidades em que podem ser desenvolvidas. Neste sentido, o Artigo 107 apresenta a classificação formal do estágio,

distinguindo-o em formatos distintos para melhor organização e acompanhamento das experiências práticas dos discentes.

> Art. 107. O estágio é caracterizado como uma atividade acadêmica, classificado de acordo com *seu formato em:*
> I – atividade de orientação individual: quando o(a) discente realiza atividades de preparação ou prática para o exercício profissional, acompanhadas pelo(a) supervisor(a) de campo e orientadas por um(a) docente; e II – atividade coletiva: quando um grupo de discentes realiza atividades de preparação ou prática para o exercício profissional, sob a forma de aula e de orientação, acompanhadas por supervisores(as) de campo e orientadas por docentes. Publicada em Boletim de Serviço Eletrônica em 19/07/2024
> § 1º Na atividade coletiva, a orientação será realizada por um(a) docente da turma.
> § 2º A carga horária das atividades coletivas, do tipo estágio, deverá ser cumprida, pelos(as) discentes, na sua integralidade, inclusive a carga horária de aula.
> § 3º O ESO[1] realizado na forma de internato configura-se como atividade coletiva.

Observa-se que o estágio é uma prática educativa essencial, reconhecida oficialmente, que proporciona experiências práticas aos estudantes em ambientes de trabalho. Ele é dividido em duas categorias: as atividades de orientação individual, onde um estudante realiza tarefas profissionalmente com a supervisão direta de um docente e de um supervisor de campo; e as atividades coletivas, em que um grupo de estudantes participa de tarefas sob a orientação de um docente, também com supervisão dos profissionais envolvidos.

Essas atividades são fundamentais para a formação acadêmica, pois promovem a aplicação do conhecimento teórico adquirido em sala de aula. Para garantir a efetividade do aprendizado, a carga horária estabelecida, para esses estágios, deve ser integralmente cumprida, incluindo as horas de sala de aula.

Quanto aos tipos de estágio, estes são elencados na resolução, em especial no artigo 108, que distingue Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO), que é essencial para a conclusão do curso, e Estágio Supervisionado Não Obrigatório (ENO), que se insere na carga horária complementar.

Art. 108. O estágio pode ser do tipo:

> I – Estágio Supervisionado Obrigatório – ESO: previsto no PPC[2] como componente indispensável para integralização curricular; e II – Estágio Supervisionado Não Obrigatório – ENO: previsto no PPC no âmbito dos componentes que integralizam a carga horária complementar. Parágrafo único. Para integralização do ESO, o(a) discente deve cumprir, obrigatoriamente, 100% (cem por cento) da carga horária do componente curricular.

[1] Estágio Supervisionado Obrigatório – ESO
[2] Projeto Pedagógico de Curso – PPC

Já o artigo 109 estabelece que a execução do estágio deva estar alinhada com a grade horária das aulas e que as atividades realizadas devem ser pertinentes à formação do discente.

Art. 109. A realização do estágio deve obedecer, ainda, às seguintes determinações: I – as atividades cumpridas no estágio devem ser compatíveis com o horário de aulas; e II – o estágio deve ser desenvolvido na área de formação do (a) discente.

Por sua vez, o artigo 110 obriga os PPCs a regular as condições específicas para ambos os tipos de estágio, incluindo as atividades que podem ser realizadas.

Art. 110. Os PPCs devem regulamentar as especificidades relativas aos estágios obrigatório e não obrigatório, indicando as atividades que poderão ser desenvolvidas.

> § 1º O Colegiado do Curso, consultado o NDE, orientará a regulamentação do estágio no âmbito do PPC, dispondo sobre: I – carga horária, duração e jornada do estágio, respeitada a DCN[3] do Curso; II – condições para caracterização e definição dos campos de estágio; e III – sistemática de organização, orientação, supervisão e avaliação de estágio.
> § 2º O PPC deverá determinar a partir de que período o(a) discente poderá realizar os estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório.

Quanto ao artigo 111 da resolução, este, estabelece que as instituições de ensino e as partes que oferecem estágio têm a liberdade de utilizar serviços de agentes de integração, que podem ser tanto públicos quanto privados, desde que sejam feitas acordos formais. Além disso, quando há a utilização de recursos públicos, é necessário seguir a legislação relacionada a processos de licitação.

Art. 111. As instituições de ensino e as partes concedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado. Parágrafo único. No caso de contratação com recursos públicos, deve-se observar a legislação que estabelece as normas gerais de licitação. Subseção I Das Condições de Realização do Estágio Publicada em Boletim de Serviço Eletrônica em 19/07/2024

Já o Artigo 112 determina que o estágio possa ser realizado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e em vários setores, incluindo entidades públicas e privadas, sempre sob a supervisão e coordenação da universidade de acordo com as leis federais aplicáveis.

Art. 112. O estágio pode ser realizado na própria UFCG, em setores de pessoas jurídicas de direito público ou privado, e em entidades concedentes de estágio, sob a responsabilidade e coordenação da UFCG, observada a lei federal sobre a matéria.

---

[3] Diretriz Curricular Nacional – DCN

> § 1º São considerados campos de estágio as empresas públicas ou privadas nacionais, multinacionais, as que se enquadram no terceiro setor, instituições de governo nas esferas municipal, estadual e federal, IES internacionais ou empresas estrangeiras, com sede no exterior. § 2º São igualmente campos de estágios, as unidades administrativas e setores acadêmicos da UFCG. § 3º Para os estágios desenvolvidos junto a pessoas jurídicas de direito público e privado, faz-se necessária a formalização de convênio, a ser firmado diretamente com a UFCG ou com agentes de integração a ela conveniados.
> § 4º Em caso de estágios internos, além dos requisitos previstos no PPC, o(a) discente deverá ainda cumprir as disposições normativas específicas desta Instituição.§ 5º Discentes provenientes de outras instituições de ensino conveniadas, que pleiteiam estágios na UFCG ou por ela intermediados, estarão sujeitos(as) à análise preliminar para a concessão, conforme oferta do setor, campo de estágio.

Quanto às condições e termos gerais da realização do estágio, estas são observadas no artigo 113, da resolução.

> Art. 113. A realização de estágio dar-se-á mediante termo de compromisso, celebrado entre o(a) discente, a parte concedente e a UFCG, e plano de atividades do(a) estagiário(a) elaborado em acordo das três partes.
> § 1º Cabe à Coordenação de Programas e Estágios – CPE da PRE, no Campus Campina Grande, e às Direções de Centro, nos demais Campi, representar a UFCG, como Instituição de Ensino, na formalização do Termo de Compromisso de Estágio – TCE; § 2º Cabe ao(à) orientador(a) de estágio representar a UFCG na definição do plano de atividades do(a) estagiário(a). Art. 114. Constitui condição indispensável para o cumprimento do estágio, que o(a) discente esteja regularmente matriculado(a) e frequentando Cursos de Nível Superior, ou de Ensino Médio/Técnico, na UFCG.

O Art. 115 define que o estágio, enquanto atividade de orientação individual pode ser realizado em períodos que não coincidem com o calendário letivo.

> Art. 115. O estágio caracterizado como uma atividade de orientação individual poderá ser realizada fora do período letivo vigente, devendo ser respeitados os períodos de realização de matrícula e de consolidação, estabelecidos no Calendário Acadêmico, para fins de registro no Sistema de Gestão Acadêmica.

O Art. 116 especifica as condições para a realização do estágio, estabelecendo que ele deve acontecer em locais que possam oferecer experiências práticas relevantes para a formação do estagiário

Art. 116. O estágio somente pode ocorrer em unidades que tenham condições de:

> I – proporcionar experiências práticas na área de formação do (a) estagiário (a); e II – dispor de um(a) profissional dessa área, para assumir a supervisão do (a) estagiário (a). Publicada em Boletim de Serviço Eletrônica em 19/07/2024
> § 1º A celebração do TCE é condição obrigatória para o início das atividades de estágio. § 2º Não é permitido o encaminhamento para o estágio, nem a permanência em estágio já iniciado, de discente que esteja com o Curso suspenso, cancelado ou que já tenha cumprido a carga horária total mínima do componente curricular, conforme previsto no PPC.

No que concerne à regularidade do estágio:

> Art. 117. A regularidade do estágio supervisionado envolve:
> I – orientador (a) de estágio; e II – supervisor (a) de campo.
> § 1º O(A) orientador(a) do estágio é um(a) docente da UFCG, responsável pelo acompanhamento didático-pedagógico do(a) discente, durante a realização dessa atividade. § 2º O(A) supervisor(a) de campo é um(a) profissional lotado(a) na unidade de realização do estágio, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no Curso do estagiário, e será responsável, nesse local, pelo seu acompanhamento, durante o desenvolvimento dessa atividade. (destaque nosso)

A Resolução 11/2024 também prevê a possibilidade de designação de um(a) coordenador(a) para supervisionar o conjunto das atividades de estágio em uma determinada Unidade Acadêmica. Essa figura, quando julgada necessária, tem como objetivo auxiliar na organização e no bom funcionamento dos processos relacionados aos estágios. O Artigo 118 detalha essa possibilidade de nomeação.

O acompanhamento e a avaliação do desempenho do(a) estudante durante o período de estágio são elementos cruciais para garantir o aprendizado e a qualidade da experiência prática. Nesse sentido, a Resolução 11/2024 da Câmara Superior de Ensino, em seu Artigo 119, atribui responsabilidades específicas ao(à) docente orientador(a), ao mesmo tempo em que reconhece a importância da participação do(a) supervisor(a) nesse processo avaliativo.

Ao concluir a experiência de estágio, é fundamental que o discente formalize suas atividades e aprendizados por meio da elaboração de um relatório final. Este documento serve tanto para a instituição onde o estágio foi realizado quanto para o docente orientador, permitindo uma avaliação abrangente da experiência.

> Art. 120. O(A) discente tem a obrigação de entregar um relatório final individual à unidade onde se realiza o estágio e ao(à) docente orientador(a).
> § 1º Caso a duração do estágio seja superior a um semestre, o(a) discente também tem a obrigação de entregar relatórios parciais a cada 6 (seis) meses. § 2º O(A) docente orientador(a) deve receber também, da unidade onde se realiza o estágio, avaliações e frequência do(a) estagiário(a), assinadas pelo(a) supervisor(a) de campo. § 3º O relatório deverá ser avaliado, observando o disposto na Resolução de Estágio elaborada pelo Colegiado do Curso.

Insta salientar que, para a realização do estágio, a instituição de ensino deve garantir a supervisão adequada, e a atividade deve ser registrada conforme a legislação vigente. Os estudantes devem entregar um relatório final e, se o estágio se estender por mais de um semestre, devem também prestar contas periodicamente por meio de um relatório parcial. É

importante ressaltar que o estágio não estabelece um vínculo empregatício entre o estagiário e a instituição que o acolhe.

A Resolução Nº 11/2024, que regula os estágios nos cursos de graduação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), aborda de maneira detalhada as diretrizes para a realização das atividades de estágio, abrangendo tanto os estágios obrigatórios quanto os não obrigatórios. Um dos aspectos mais importantes da resolução é a distinção entre as atividades de estágio individuais e coletivas.

As atividades de orientação individual envolvem o acompanhamento personalizado do estudante por um docente e um supervisor de campo, enquanto as atividades coletivas envolvem grupos de discentes, com orientação acadêmica e supervisão de campo. Ambas as modalidades são essenciais para a formação do estudante, pois proporcionam uma vivência prática no ambiente profissional, fundamental para o aprendizado.

Vale salientar que a carga horária dos estágios deve ser cumprida de forma integral, incluindo tanto as atividades práticas quanto as aulas relacionadas, conforme previsto na resolução. Este requisito garante que os estudantes se envolvam de maneira completa com os processos de aprendizagem e aprimoramento prático, promovendo uma integração entre teoria e prática, essencial para a formação acadêmica e profissional. A resolução também estabelece que o Estágio Supervisionado Obrigatório (ESO) deve ser cumprido de acordo com as exigências do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), sendo considerado uma parte fundamental para a integralização curricular. Já o Estágio Supervisionado Não Obrigatório (ENO) serve para complementar a carga horária do aluno, proporcionando uma formação mais abrangente.

No tocante à execução dos estágios, a resolução exige que as atividades de estágio estejam compatíveis com a grade horária do curso e com a área de formação do estudante, garantindo que o estágio seja relevante para a futura carreira do discente. As condições para a realização do estágio, incluindo carga horária, duração, e supervisão, devem ser regulamentadas de forma clara pelo PPC de cada curso, com a colaboração do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), sempre observando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso em questão. Essa regulamentação visa assegurar que as atividades de estágio sejam realizadas de forma eficaz e coerente com os objetivos pedagógicos do curso.

Outro aspecto relevante da resolução é a possibilidade de as instituições de ensino recorrerem a agentes de integração, tanto públicos quanto privados, para facilitar a realização do estágio. Esses agentes atuam como intermediários, garantindo que as condições legais e administrativas sejam cumpridas, especialmente quando envolvem recursos públicos. É

importante ressaltar que, ao realizar convênios para estágios com essas entidades, a UFCG e as partes concedentes devem assegurar que os processos estejam de acordo com a legislação vigente, incluindo a necessidade de seguir as normas de licitação quando recursos públicos estão envolvidos.

A resolução também detalha as condições para o estágio interno, ou seja, aquele realizado dentro da própria UFCG, que pode ser realizado em unidades acadêmicas ou administrativas da instituição. Os estudantes que optarem por realizar estágios internos devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo PPC, assim como atender às disposições normativas específicas da universidade. Para os estudantes provenientes de outras instituições de ensino, que desejem realizar estágios na UFCG, será realizada uma análise prévia da oferta de estágios, garantindo que a atividade seja compatível com os requisitos da universidade e as necessidades do aluno.

A formalização do estágio é uma das condições fundamentais para a sua realização, e deve ser feita por meio de um Termo de Compromisso de Estágio (TCE), que deve ser assinado por todas as partes envolvidas: o estudante, a UFCG e a parte concedente. A coordenação dos programas de estágio da UFCG é responsável por formalizar esse termo, que deve ser elaborado em conjunto com um plano de atividades, garantindo que o estudante tenha clareza sobre suas responsabilidades e os objetivos a serem alcançados durante o estágio. A conclusão do estágio requer a entrega de relatórios finais, e, nos casos em que o estágio ultrapasse um semestre, relatórios parciais também deverão ser entregues. Isso assegura que o progresso do aluno seja monitorado e que o estágio seja cumprido conforme as expectativas pedagógicas.

Em última análise, a resolução esclarece que o estágio não cria vínculo empregatício entre o estagiário e a parte concedente, o que implica que, embora o estágio proporcione uma experiência prática valiosa, ele não estabelece uma relação de trabalho formal. Isso é importante para garantir que o estágio seja encarado como uma atividade educacional, e não como uma oportunidade de emprego. A regulamentação visa, assim, assegurar que os estudantes tenham uma formação acadêmica robusta, com a devida supervisão, e que os estágios sejam realizados de acordo com as normas legais, respeitando tanto os direitos dos estudantes quanto as exigências da universidade.

3 METODOLOGIA

3.1 Abordagem metodológica

Este estudo, que investiga o impacto do Programa de Estágio Interno na formação acadêmica dos estagiários da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), adota uma abordagem metodológica de natureza aplicada, com enfoque descritivo e exploratório, sustentada em um desenho de pesquisa mista (qualitativa e quantitativa). A escolha dessa abordagem se fundamenta na necessidade de captar tanto os aspectos objetivos e mensuráveis do fenômeno (quantitativos) quanto as percepções, significados e experiências subjetivas dos participantes (qualitativos). Conforme afirmam Creswell e Plano Clark (2018), a pesquisa mista permite uma compreensão mais abrangente e profunda de fenômenos sociais complexos, ao combinar as potencialidades das duas tradições metodológicas.

3.1.1 Tipo e abordagem da pesquisa

A pesquisa é de natureza aplicada, pois busca gerar conhecimento voltado à solução de problemas concretos relacionados à formação profissional dos estudantes por meio do estágio interno. Possui caráter exploratório e descritivo, uma vez que procura compreender a estrutura, os objetivos e os impactos do programa, bem como identificar desafios e oportunidades de aprimoramento (Gil, 2019). A opção por um desenho metodológico misto deve-se ao fato de que a investigação requer tanto a análise de dados numéricos, como frequência de participação e avaliação de impacto, quanto a compreensão dos significados atribuídos pelos participantes à experiência do estágio (Creswell; Plano Clark, 2018).

3.1.2 Revisão bibliográfica

A revisão bibliográfica fundamentou teoricamente a pesquisa, permitindo a construção de um arcabouço conceitual sólido sobre a importância do estágio na formação acadêmica e profissional. Foram consultadas bases de dados nacionais e internacionais, como SciELO, CAPES Periódicos e Google Scholar, utilizando descritores como “estágio acadêmico”, “formação profissional”, “ensino superior”, “políticas de estágio” e “aprendizagem

experiencial". Foram selecionados artigos publicados entre 2015 e 2024, priorizando estudos empíricos e revisões sistemáticas que analisassem os impactos e desafios do estágio universitário. Essa etapa possibilitou identificar lacunas na literatura e orientar a análise dos dados empíricos, além de embasar a discussão dos resultados à luz de referenciais teóricos contemporâneos (Pimenta; Lima, 2017; Tardif, 2014; Nóvoa, 2020).

3.1.3 Análise documental

A análise documental consistiu no exame de documentos institucionais da UFCG relacionados ao Programa de Estágio Interno, como regulamentos, editais, relatórios anuais de supervisão, planos de atividades e registros de avaliação. Esses documentos foram selecionados com base em sua relevância para a compreensão das diretrizes e do funcionamento do programa, bem como para a verificação de sua coerência com as políticas institucionais e as demandas formativas dos estudantes. Esse procedimento foi essencial para identificar avanços, lacunas e oportunidades de aperfeiçoamento no modelo atual de estágio interno (UFCG, 2023).

3.1.4 Participantes e amostra

A amostra deste estudo foi composta por 40 estagiários matriculados em diferentes cursos de graduação da UFCG, dos quais 35 responderam ao questionário, e que participaram do Programa de Estágio Interno entre os anos de 2022 e 2025. A seleção dos participantes seguiu critérios intencionais, de modo a garantir a representatividade de diferentes áreas do conhecimento (humanas, exatas, biológicas e tecnológicas) e estágios em distintas unidades institucionais (laboratórios, setores administrativos, bibliotecas e centros de pesquisa). O perfil socio acadêmico da amostra foi caracterizado por estudantes com idades entre 19 e 32 anos, com média de 23,4 anos, sendo 63% do sexo feminino e 37% do sexo masculino. A maioria dos participantes cursava do 5º ao 8º período e havia participado do programa por um período mínimo de seis meses**.**

3.1.5 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada em três etapas complementares: revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários mistos. Os questionários foram disponibilizados online por meio da plataforma Google Forms e continham questões fechadas (para análise quantitativa) e abertas (para análise qualitativa). As questões fechadas buscaram avaliar dimensões como satisfação com o programa, percepção de desenvolvimento de competências, relevância das atividades desempenhadas e relação com a futura inserção profissional. As questões abertas, por sua vez, foram elaboradas para captar percepções subjetivas sobre os impactos do estágio na trajetória acadêmica e profissional, desafios enfrentados e sugestões de melhorias.

3.1.6 Procedimentos de análise dos dados

A análise quantitativa dos dados foi conduzida por meio de estatísticas descritivas (média, moda, mediana, desvio padrão e frequências relativas), elaboradas com auxílio do software Microsoft Excel. Esses indicadores permitiram descrever o perfil dos participantes, identificar padrões de respostas e quantificar as percepções gerais sobre o programa.

A análise qualitativa seguiu a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016)**,** desenvolvida em três etapas: (a) pré-análise, leitura flutuante dos dados e definição de categorias iniciais; (b) exploração do material, codificação e categorização temática das respostas; e (c) tratamento e interpretação, articulação dos resultados empíricos com a literatura científica. Esse processo possibilitou a identificação de eixos temáticos centrais, como “aprendizagem prática”, “desenvolvimento de competências”, “relações interpessoais” e “desafios enfrentados no estágio”.

A triangulação dos dados quantitativos, qualitativos e documentais permitiu uma interpretação integrada dos resultados, aumentando a validade interna da pesquisa e proporcionando uma compreensão mais abrangente do impacto do programa (Creswell; Plano Clark, 2018).

3.1.7 Considerações éticas

A pesquisa respeitou todos os princípios éticos que regem estudos envolvendo seres humanos, conforme as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e concordaram em participar voluntariamente mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**.** As informações foram tratadas com confidencialidade e anonimato, e os dados obtidos foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande e aprovado conforme as normas vigentes.

3.2 JUSTIFICATIVA PARA O USO E ADAPTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO INTERNO DA UFCG

O questionário anexado, elaborado pelo autor, foi cuidadosamente desenvolvido para abordar as dimensões cruciais do Programa de Estágio Interno da UFCG. Sua estrutura abrange quatro temas principais, que se alinham diretamente com as lacunas de conhecimento e os objetivos desta pesquisa:

1. Percepção dos estudantes sobre o programa (questões 1-7): este tema inicial busca caracterizar a amostra e compreender os motivos de ingresso no programa, além de avaliar as etapas do processo seletivo (uso do CRA, carta de intenções e entrevistas). A inclusão destas questões é fundamental para contextualizar as percepções dos estudantes e identificar possíveis pontos de melhoria logo na entrada do programa.
2. Percepção quanto à formação (questões 8-12): este bloco explora a percepção dos estagiários sobre o alinhamento das atividades com seus objetivos acadêmicos e profissionais, a preparação para as tarefas, o impacto do estágio na formação acadêmica, a recomendação do programa a outros estudantes e as habilidades desenvolvidas. Tais informações são vitais para analisar a eficácia do programa na contribuição para o desenvolvimento dos estudantes.
3. Percepção das falhas na formação do estudante e execução do programa (questões 13-22): este segmento aprofunda a investigação sobre possíveis deficiências, abordando a clareza das responsabilidades, a suficiência da orientação inicial, a avaliação da

supervisão, a ocorrência de dificuldades técnicas e relacionadas ao ambiente, o suporte recebido para superá-las, a carga horária e a integração entre teoria e prática. Essa seção é crucial para identificar os gargalos e desafios enfrentados pelos estagiários.

4. Medidas corretivas para o programa (questões 23-30). Por fim, este tema de questões predominantemente abertas, como a questão 23 sobre sugestões no processo de seleção e a questão 25 sobre recursos para estagiários, permite que os participantes expressem suas opiniões e sugestões de melhoria para o programa. A inclusão dessas questões abertas é estratégica para coletar insights qualitativos ricos, que podem não ser capturados por questões de múltipla escolha, fornecendo subsídios valiosos para as recomendações da dissertação.

A adaptação e o uso deste questionário são justificadas pela sua relevância direta para o objeto de estudo – o Programa de Estágio Interno da UFCG – e pela sua capacidade de coletar dados abrangentes e específicos sobre a experiência dos estagiários. O fato de ter sido elaborado pelo autor sugere que o instrumento já passou por um processo inicial de customização para o contexto da pesquisa, o que minimiza a necessidades de adaptações mais profundas de conteúdo.

A amostra total de 35 estudantes participantes do programa de estágio da UFCG é um grupo específico, e o questionário foi concebido para ser compreendido por esse público. As questões com opções de resposta em escala Likert (e variações como “Excelente” a “Muito ruim”, ou “Sim”, “Parcialmente”, “Não”) e de múltipla escolha fechada facilitam a tabulação e análise quantitativa dos dados, enquanto as questões abertas oferecem a riqueza dos dados qualitativos.

Em suma, o questionário em anexo representa um instrumento de coleta de dados robusto e pertinente para esta dissertação, concebido para abordar as múltiplas facetas da experiência dos estagiários da UFCG. Seu uso, com as devidas validações e pré-teste, permitiu a obtenção de dados confiáveis e relevantes para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e a proposição de recomendações embasadas para o aprimoramento do programa.

3.3 HIPÓTESES

Com base nos objetivos gerais e específicos da pesquisa as seguintes hipóteses foram formuladas:

Quadro 1: Hipóteses para o estudo

A) HIPÓTESE	O Programa de Estágio Interno da UFCG contribui significativamente para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos pelos alunos em seus cursos, resultando em uma percepção positiva sobre a relevância do estágio na formação acadêmica.
B) HIPÓTESE	Os alunos que participam do Programa de Estágio Interno percebem um desenvolvimento significativo de competências profissionais (como habilidades técnicas, comportamentais e de relacionamento) em comparação aos alunos que não participam do programa, alinhando-se às diretrizes da Lei 11.788/2008.
C) HIPÓTESE	Há uma percepção entre os estagiários de que as atividades desenvolvidas no Programa de Estágio Interno estão adequadas aos princípios estabelecidos pela Resolução 16/2022 e do Regulamento de Ensino da UFCG, refletindo uma boa articulação entre teoria e prática.
D) HIPÓTESE	Os alunos enfrentam diversas dificuldades e desafios no contexto do Programa de Estágio Interno, como falta de supervisão adequada, inadequação das atividades às suas formações e sobrecarga de trabalho, o que impacta negativamente sua formação acadêmica e profissional.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

As hipóteses formuladas para esta pesquisa visam avaliar diferentes aspectos do impacto do Programa de Estágio Interno da UFCG na formação acadêmica dos alunos. A primeira hipótese: O Programa de Estágio Interno da UFCG contribui significativamente para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos pelos alunos em seus cursos, resultando em uma percepção positiva sobre a relevância do estágio na formação acadêmica, sugere que o estágio serve como uma ponte essencial entre a teoria aprendida em sala de aula e a prática no mercado de trabalho. Espera-se que, ao participar do programa, os estagiários desenvolvam uma visão mais clara da aplicação dos conceitos que estudaram, o que pode fortalecer sua percepção sobre a importância da experiência prática na educação superior.

A segunda hipótese: Os alunos que participam do Programa de Estágio Interno percebem um desenvolvimento significativo de competências profissionais (como habilidades técnicas, comportamentais e de relacionamento) em comparação aos alunos que não participam do programa, alinhando-se às diretrizes da Lei 11.788/2008, parte da premissa de que o estágio não se limita à aplicação de conhecimentos acadêmicos, mas também promove o desenvolvimento de competências essenciais para a vida profissional, como comunicação, capacidade de trabalhar em equipe, autonomia e resolução de problemas.

Nesse sentido, os alunos estagiários, em comparação aos que não têm a mesma experiência, devem apresentar um nível mais elevado dessas competências, o que reforça o impacto positivo do estágio na formação profissional.

A terceira hipótese: Há uma percepção entre os estagiários de que as atividades desenvolvidas no Programa de Estágio Interno estão adequadas aos princípios estabelecidos pela Resolução 16/2022 e do Regulamento de Ensino da UFCG, Resolução 11/2024, refletindo uma boa articulação entre teoria e prática, sugere que o estágio interno da UFCG está sendo conduzido de forma alinhada com as diretrizes acadêmicas e regulamentares da instituição.

A Resolução 16/2022, ao definir o estágio como parte integrante do currículo, busca assegurar que as atividades desenvolvidas pelos estagiários estejam diretamente relacionadas aos conteúdos e objetivos do curso, permitindo que a teoria aprendida em sala de aula seja efetivamente aplicada em contextos práticos e reais.

Por fim, a quarta hipótese: Os alunos enfrentam diversas dificuldades e desafios no contexto do Programa de Estágio Interno, como falta de supervisão adequada, inadequação das atividades às suas formações e sobrecarga de trabalho, o que impacta negativamente sua formação acadêmica e profissional, traz à tona possíveis dificuldades enfrentadas pelos estagiários no programa.

Essa hipótese sugere que, embora o estágio tenha o potencial de proporcionar benefícios significativos, alguns aspectos práticos do programa, como a supervisão insuficiente, a desarticulação entre as atividades realizadas e o conteúdo aprendido, ou a carga excessiva de tarefas, podem prejudicar a qualidade da experiência e o impacto do estágio na formação dos alunos. Este ponto será investigado para identificar áreas de melhoria no programa e garantir que o estágio seja uma experiência positiva e enriquecedora para os alunos.

Essas quatro hipóteses, ao serem analisadas, permitirão uma compreensão abrangente do impacto do Programa de Estágio Interno da UFCG, tanto sob a ótica dos benefícios

percebidos pelos alunos quanto dos desafios que possam comprometer sua eficácia. O objetivo é gerar informações que possam contribuir para a melhoria contínua do programa, alinhando-o ainda mais com as necessidades acadêmicas e profissionais dos estagiários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados desta pesquisa busca evidenciar como o Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande tem impactado a formação acadêmica e profissional dos estudantes participantes. Os dados obtidos por meio do questionário aplicado permitem uma análise abrangente tanto de aspectos quantitativos quanto qualitativos, oferecendo um panorama consistente sobre as percepções dos estagiários em relação às etapas do processo seletivo, às atividades desenvolvidas e aos benefícios alcançados.

A escolha por organizar esta seção em dois blocos distintos, correspondentes às respostas objetivas e subjetivas, visa proporcionar maior clareza na interpretação dos achados. As questões de caráter fechado permitem visualizar tendências gerais e identificar padrões entre os respondentes, enquanto as respostas abertas revelam experiências individuais, críticas e sugestões que enriquecem a compreensão do funcionamento do Programa. Essa combinação de dados contribui para um olhar mais completo e crítico sobre os pontos fortes e fragilidades percebidos.

Dessa forma, os resultados apresentados a seguir não apenas sistematizam informações relevantes sobre o Programa de Estágio Interno, mas também oferecem subsídios para refletir sobre a sua contribuição na integração entre teoria e prática, na aquisição de competências e no fortalecimento da trajetória acadêmica. Além disso, destacam os aspectos que necessitam de ajustes para tornar o Programa mais eficaz, equitativo e alinhado às demandas formativas dos estudantes.

4.1 4.1 TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS NAS RESPOSTAS OBJETIVAS

O questionário aplicado contou com um conjunto de perguntas objetivas voltadas a captar, de forma quantificável, a percepção dos estagiários acerca do Programa de Estágio Interno da UFCG. Ao todo, foram elaboradas 22 questões de múltipla escolha e de escala de avaliação, distribuídas em quatro eixos principais: percepção geral sobre o Programa, contribuição para a formação acadêmica, identificação de falhas na execução e integração, e avaliação de processos administrativos e pedagógicos. Esse recorte permitiu reunir dados consistentes e comparáveis, oferecendo uma visão ampla sobre como o Programa tem sido vivenciado pelos estudantes.

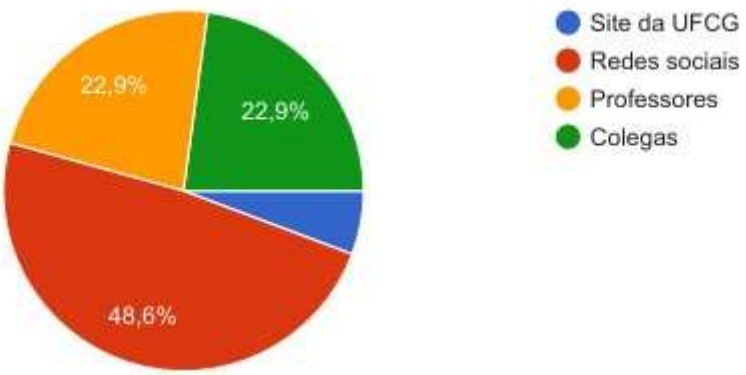
A análise dessas respostas possibilita identificar padrões de opinião que se repetem entre os participantes, revelando tanto os aspectos bem avaliados quanto aqueles que ainda suscitam críticas ou apontam para necessidade de melhorias. Os resultados aqui apresentados mostram tendências relevantes, como a satisfação com a contribuição do estágio para a formação acadêmica e profissional, o desenvolvimento de competências específicas, bem como percepções sobre o processo seletivo, supervisão e infraestrutura disponibilizada. Dessa forma, a sistematização dos dados objetivos fornece um panorama inicial e concreto do impacto do Programa sob a ótica de seus estagiários.

A análise da Figura 1 indica a predominância das redes sociais como principal canal de divulgação do Programa de Estágio Interno, evidenciando o papel central das plataformas digitais na circulação de informações acadêmicas. Esse resultado sugere que a comunicação digital rápida, acessível e com alto potencial de viralização tem maior poder de alcance e credibilidade entre os estudantes.

Outro ponto que chamou a atenção é o contato direto com professores na divulgação do programa. Os relatos qualitativos convergem com esse achado. Uma participante sintetiza: “Soube do programa pela minha professora, que explicou as etapas e incentivou a inscrição” (P12). Outra aponta a relevância do contato próximo: “Foi numa aula que o coordenador explicou como funcionava e tirou dúvidas” (P37). Tais depoimentos reforçam que a comunicação situada em espaços de ensino e orientação ativa a percepção de valor do estágio, favorecendo a adesão e o engajamento discente.

Como implicação prática, recomenda-se que a UFCG mantenha a divulgação via docentes e a estruture campanhas institucionais multicanais com calendário prévio, peças padronizadas e linguagem acessível, incluindo chamadas em sala, posts em redes, atualizações no site e disparo segmentado por curso e período. Essa estratégia integrada potencializa a difusão, reduz lacunas informacionais e qualifica o fluxo de entrada no Programa (Pimenta; Lima, 2017; Carvalho; Almeida, 2020).

Figura 1 – Como você ficou sabendo sobre o Programa de Estágio Interno da UFCG?



Fonte: o autor.

A predominância das redes sociais como principal canal de divulgação do Programa de Estágio Interno (com 48.6% das respostas) evidencia uma forte dependência e eficácia dos meios digitais e informais na comunicação com os discentes. Esse resultado sugere que as plataformas de interação se estabeleceram como o vetor mais eficiente para a difusão de oportunidades, superando os canais interpessoais.

A comunicação pessoal, seja por meio de professores ou de colegas, ocupa um patamar semelhante (ambos com 22,9%), indicando que, embora as redes sociais liderem, a interação cotidiana entre os agentes na universidade ainda se mantém relevante. O papel dos docentes na mediação das políticas institucionais é notável, mas os dados o colocam em pé de igualdade com a influência dos próprios pares. Situação semelhante já foi observada em estudos sobre a implantação de programas de estágio, nos quais, independentemente das estratégias institucionais, a difusão prática das oportunidades acaba dependendo de iniciativas locais e de interação cotidiana entre os membros da comunidade acadêmica (Colombo; Ballão, 2014; Lima; Marinho Filho, 2019).

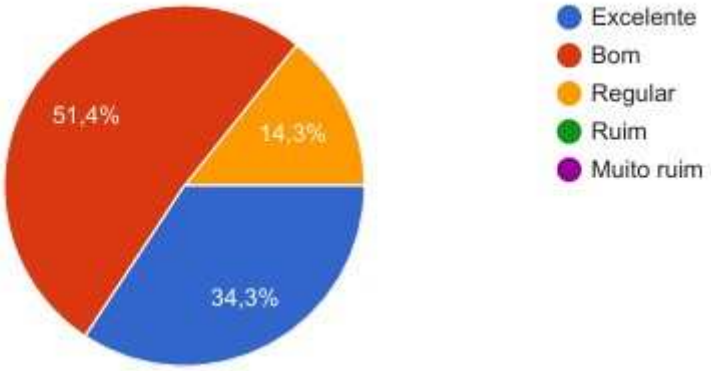
Por outro lado, o baixo índice de divulgação via site institucional (canal menos citado) levanta reflexões sobre a necessidade de aprimorar os canais digitais de comunicação. Considerando que o Programa de Estágio Interno se insere em um contexto de políticas educacionais mais amplas voltadas à integração entre teoria e prática, a ineficácia do site oficial pode representar uma limitação no alcance democrático das oportunidades oferecidas (Anacleto, 2015).

A legislação vigente reforça a obrigatoriedade de garantir igualdade de condições e acesso às experiências de estágio (Brasil, 2008), o que implica também pensar em mecanismos confiáveis de divulgação. Dessa forma, uma presença mais efetiva e atualizada do Programa no site oficial poderia contribuir para maior transparência e visibilidade, alinhando-se à função social da universidade e garantindo que todos os estudantes,

independentemente de estarem conectados nas redes sociais ou de terem vínculos pessoais com docentes ou colegas, tenham acesso equitativo às informações.

Em relação à figura 2, os dados coletados revelaram que a maioria dos estudantes avaliou o processo de ingresso no Programa de Estágio Interno de forma positiva. Aproximadamente 51,4% classificou a experiência como “bom”, enquanto 34,3% indicaram percepção excelente e 14,3% consideraram regular. Observa-se, portanto, uma predominância de avaliações satisfatórias, embora uma parcela significativa dos participantes tenha demonstrado percepção de limitações, sobretudo relacionadas à clareza e à efetividade dos critérios adotados.

Figura 2 – Como você avalia o processo de seleção para o Programa de Estágio Interno?



Fonte: o autor.

A análise das respostas sobre a avaliação do processo seletivo do Programa de Estágio Interno revela uma alta satisfação. Observa-se que 51,4% dos envolvidos consideraram o processo "Bom" e 34,3% o avaliaram como "Excelente", o que resulta numa notável aprovação de 85,7%. Apenas, 14,3% qualificaram o processo como "Regular", com percentagens muito pequenas, quase inexistentes, que designaram avaliações negativas ("Ruim" ou "Muito ruim"). Esses resultados indicam que o processo seletivo é principalmente percebido positivamente, sinalizando que ele cumpre seu papel em atrair e selecionar estagiários de forma justa e eficiente.

A importância de um processo seletivo bem definido e claro é largamente aceita na literatura de gestão de pessoas e educação. Para Pimenta e Lima (2017), um processo seletivo bem feito é crucial para o sucesso do programa de estágio, pois alinha as expectativas dos estudantes com as necessidades da instituição e os objetivos pedagógicos. Uma seleção percebida como justa e transparente, segundo Tardif (2014), não só melhora a experiência

inicial do candidato, mas também colabora indiretamente para a construção de sua identidade profissional, mostrando a seriedade e o rigor do programa.

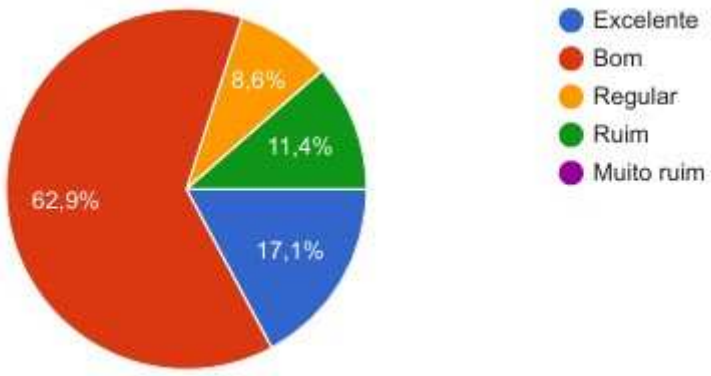
No cenário do estágio, a clareza e objetividade no processo seletivo são cruciais para motivar e engajar o estudante. Conforme Nóvoa (2020), a falta de transparência em fases críticas do recrutamento pode prejudicar o senso de pertencimento e a credibilidade do programa. Por outro lado, um processo bem-planejado, informativo e acessível, como mostram resultados, atua como atrativo e molda expectativas realistas sobre a experiência.

Os dados qualitativos confirmam essas descobertas quantitativas. Uma participante disse que o edital mostrava clareza sobre as etapas e critérios, dando segurança para participar (Participante P09). Outro relatou que apesar da competição, o tratamento e informações tornaram a experiência agradável (Participante P27). Essas declarações reforçam a importância de um processo seletivo acolhedor e informativo, indo além da simples seleção.

A Lei do Estágio, Lei n.º 788/2008, indica indiretamente que a entrada no estágio, inclusive a seleção, precise estar alinhada com os objetivos da educação. Um processo de seleção bem pensado, como os resultados mostram, estimula o desenvolvimento de organização e comunicação, e ainda fortalece a primeira experiência profissional do aluno (Pimenta & Anastasiou, 2019; Carvalho & Almeida, 2020).

Portanto, os dados não apenas demonstram contentamento com a seleção para o Programa de Estágio Interno, mas também enfatizam a importância de manter práticas que garantam clareza, transparência e a sensação de justiça. O alto índice de aprovação na seleção, de fato, funciona como um alicerce vital para o sucesso geral do programa de estágio, pois representa o primeiro contato do aluno com o ambiente formal e as expectativas do programa.

Figura 3 – Como você avalia a etapa referente ao uso de CRA na seleção para o Programa de Estágio Interno?



Fonte: o autor.

A avaliação da etapa de seleção baseada no Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) evidencia percepções divergentes entre os participantes sobre os critérios de ingresso no Programa de Estágio Interno. De acordo com os dados do gráfico, a maior parte dos estudantes classificou o uso do CRA como “bom” (62,9%), seguida por “regular” (8,6%) e “excelente” (17,1%), enquanto uma minoria expressou avaliações negativas. Esses resultados indicam uma aceitação majoritária do critério, mas também revelam que uma parcela significativa dos participantes manifesta reservas quanto à centralidade atribuída ao desempenho acadêmico no processo seletivo.

A adoção do CRA como critério de seleção é prática comum nas instituições de ensino superior brasileiras, pois busca valorizar o esforço acadêmico e a trajetória de desempenho dos estudantes (Pimenta & Lima, 2017). Entretanto, essa abordagem não está isenta de críticas. Segundo Tardif (2014), indicadores quantitativos como médias e coeficientes, embora úteis para aferir desempenho, não captam integralmente as competências desenvolvidas ao longo do processo formativo, tampouco refletem aspectos essenciais à prática profissional, como habilidades socioemocionais, criatividade e capacidade de trabalho em equipe.

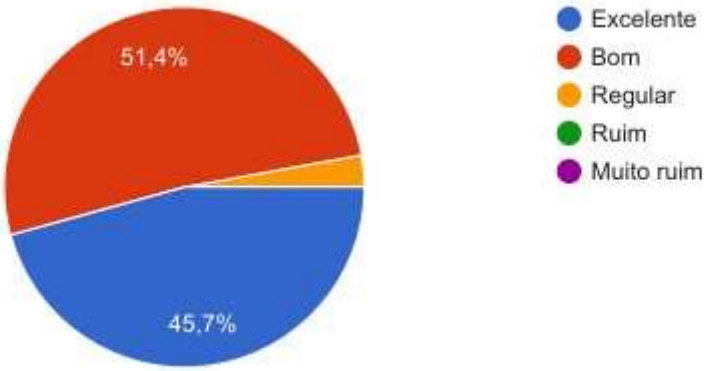
Na mesma linha, Nóvoa (2020) argumenta que a formação universitária deve superar a lógica puramente meritocrática e considerar dimensões mais amplas do desenvolvimento discente. Ao depender exclusivamente do CRA, corre-se o risco de privilegiar estudantes que se adaptam melhor ao modelo tradicional de avaliação e excluir aqueles cujos potenciais se manifestam em práticas extracurriculares, projetos de extensão ou engajamento comunitário. A análise qualitativa das respostas reforça essa percepção. Uma participante relatou: “Acredito que o CRA é importante, mas ele não mostra toda a dedicação que a gente tem fora da sala de aula” (Participante P15). Outra acrescentou: “Quem trabalha e estuda pode ter notas mais baixas, mas isso não quer dizer que não seja um bom estagiário” (Participante P41).

Essas reflexões dialogam com a literatura que defende a adoção de critérios múltiplos e integrados para processos seletivos em estágios acadêmicos. Carvalho e Almeida (2020) sugerem que a avaliação do desempenho acadêmico deve ser combinada com a análise de competências socioemocionais, experiências práticas, participação em projetos e cartas de motivação. Tal abordagem favorece um processo mais inclusivo e equitativo, alinhado ao princípio de formação integral defendido pelas diretrizes curriculares nacionais (Brasil, 2018).

No caso do Programa de Estágio Interno da UFCG, os resultados indicam que, embora o CRA seja reconhecido como um parâmetro legítimo, existe demanda por uma revisão dos critérios de seleção, de modo a contemplar dimensões qualitativas da trajetória acadêmica e

profissional dos estudantes. Ao equilibrar indicadores quantitativos com evidências de competências práticas e engajamento, o programa poderá fortalecer seu potencial formativo e garantir maior justiça no acesso às oportunidades.

Figura 4 – Como você avalia a etapa referente ao uso da carta de intenções na seleção para o Programa de Estágio Interno?



Fonte: o autor.

A análise dos dados referentes à utilização da carta de intenções como etapa do processo seletivo evidencia uma avaliação amplamente positiva por parte dos participantes. De acordo com os resultados do gráfico, a maioria considerou essa etapa “boa” (51,4%) ou “excelente” (45,7%), enquanto percentuais menores a classificaram como *regular* ou *ruim*. Esse cenário indica que a carta de intenções é percebida como um instrumento relevante e significativo no processo de seleção, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do perfil e das motivações dos candidatos.

A literatura acadêmica tem destacado a importância de instrumentos qualitativos nos processos seletivos, especialmente aqueles que permitem a expressão subjetiva e reflexiva dos estudantes sobre suas trajetórias e objetivos. Segundo Pimenta e Lima (2017), a formação acadêmica não se restringe ao desempenho mensurável por notas ou índices quantitativos; ela envolve dimensões vocacionais, afetivas e éticas que se revelam em narrativas pessoais. A carta de intenções, nesse contexto, possibilita ao avaliador conhecer a intencionalidade do estudante, sua motivação para participar do estágio, suas expectativas e seu compromisso com a prática formativa.

Tardif (2014) acrescenta que a escrita reflexiva é uma competência essencial na formação profissional, pois envolve a capacidade de analisar criticamente a própria trajetória, estabelecer metas e articular conhecimentos teóricos com experiências práticas. Ao elaborar a carta de intenções, o estudante é convidado a refletir sobre seu percurso acadêmico e

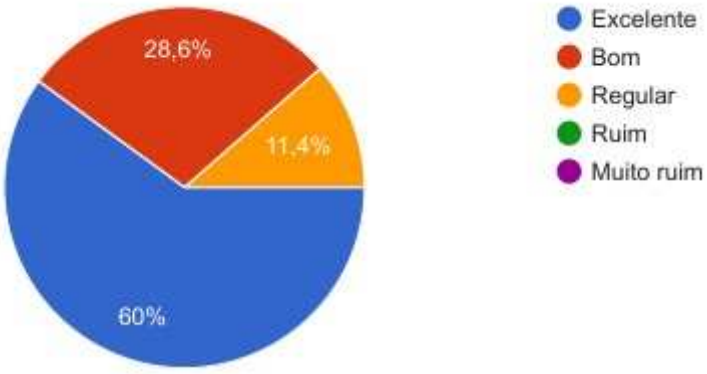
profissional, o que favorece não apenas o processo seletivo, mas também o desenvolvimento de sua identidade profissional.

Os relatos qualitativos obtidos reforçam a relevância dessa etapa. Uma participante afirmou: “A carta de intenções foi um momento de parar e pensar por que eu realmente queria o estágio e o que esperava aprender com ele” (Participante P22). Outra destacou: “Achei importante porque pude mostrar meu interesse e meus objetivos, não apenas minhas notas” (Participante P36). Essas declarações evidenciam que o instrumento permite aos estudantes expressarem dimensões subjetivas muitas vezes invisíveis em critérios quantitativos, como engajamento, maturidade e clareza de propósitos.

Do ponto de vista institucional, a inclusão da carta de intenções contribui para um processo de seleção mais holístico e inclusivo, alinhado ao princípio de formação integral defendido pelas políticas de educação superior (Brasil, 2018). Ao valorizar a dimensão discursiva e reflexiva do candidato, o programa amplia seu potencial de identificar perfis comprometidos com a aprendizagem, a ética profissional e o desenvolvimento pessoal.

Diante desses resultados, recomenda-se a manutenção e o aperfeiçoamento dessa etapa, garantindo critérios claros de avaliação e oferecendo orientações prévias aos candidatos sobre a elaboração do texto. Tal medida pode potencializar ainda mais a carta de intenções como ferramenta pedagógica e avaliativa, tornando o processo seletivo mais coerente com os objetivos formativos do Programa de Estágio Interno da UFCG.

Figura 5 – Como você avalia a etapa de entrevistas do processo de seleção para o Programa de Estágio Interno?



Fonte: o autor.

A análise dos dados referentes à etapa de entrevistas no processo de seleção revela que a maior parte dos participantes avaliou essa fase de maneira positiva. Segundo os resultados,

28,6% dos estudantes classificaram a entrevista como *boa* e 60% como *excelente*, enquanto apenas uma parcela minoritária a considerou *regular* ou *insatisfatória*. Esses dados sugerem que a entrevista tem sido percebida como um componente relevante e significativo do processo seletivo, com potencial formativo e avaliativo que vai além da simples aferição de conhecimentos.

A literatura especializada destaca a entrevista como um dos instrumentos mais eficazes para identificar competências, motivações e potencialidades dos candidatos, especialmente em contextos educacionais e profissionais. Segundo Pimenta e Lima (2017), esse tipo de interação promove uma aproximação entre avaliadores e candidatos, permitindo que sejam exploradas dimensões subjetivas importantes para o desempenho no estágio, como comunicação, pensamento crítico, postura ética e capacidade de resolução de problemas. Além disso, possibilita avaliar habilidades socioemocionais que não são captadas por indicadores quantitativos ou por documentos escritos, como CRA ou carta de intenções (Tardif, 2014).

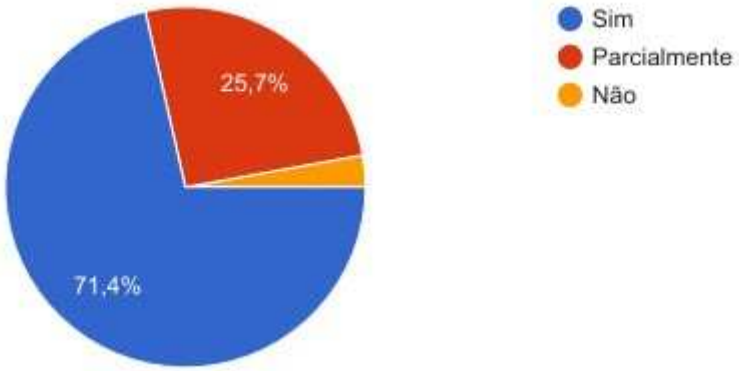
Outro aspecto relevante é a função pedagógica da entrevista no processo formativo. Para Nóvoa (2020), a entrevista constitui um espaço de diálogo no qual o estudante é convidado a refletir sobre sua trajetória acadêmica e profissional, articular objetivos e reconhecer suas potencialidades e fragilidades. Esse processo reflexivo é fundamental na construção da identidade profissional e na transição do espaço acadêmico para o mundo do trabalho.

Os relatos qualitativos colhidos na pesquisa corroboram essa importância. Uma participante afirmou: “A entrevista foi um momento em que pude mostrar quem eu sou além das notas, falar sobre meus objetivos e experiências” (Participante P18). Outra destacou: “Me senti valorizada ao ser ouvida e ao poder explicar o que me motiva a participar do programa” (Participante P33). Esses depoimentos demonstram que, para muitos estudantes, a entrevista vai além de uma etapa avaliativa: ela se transforma em um espaço de escuta ativa e reconhecimento subjetivo.

Contudo, alguns participantes também sinalizaram a necessidade de aperfeiçoamentos. Uma parcela menor mencionou que a entrevista poderia ser “mais aprofundada” ou “mais estruturada”, sugerindo a adoção de critérios claros e padronizados de avaliação, além de um roteiro que assegure a equidade no processo seletivo. Essa preocupação está alinhada com as recomendações de Carvalho e Almeida (2020), que defendem entrevistas guiadas por critérios previamente definidos e aplicados de forma uniforme para todos os candidatos, garantindo transparência e justiça na seleção.

Diante disso, a etapa de entrevistas mostra-se como um instrumento essencial para a avaliação integral dos estudantes, possibilitando a análise de competências técnicas e socioemocionais e oferecendo um espaço para a construção de narrativas pessoais significativas. Sua manutenção no processo seletivo é, portanto, recomendada, desde que acompanhada de estratégias de aprimoramento que assegurem objetividade e consistência avaliativa, fortalecendo ainda mais o potencial formativo do Programa de Estágio Interno da UFCG.

Figura 6 – Você se sentiu preparado para realizar as atividades exigidas durante o estágio?



Fonte: o autor.

A análise dos resultados obtidos nessa questão evidencia que a maior parte dos participantes se sentiu preparada para desempenhar as atividades exigidas durante o estágio, revelando a efetividade do processo formativo proporcionado pela graduação e pelo próprio Programa de Estágio Interno. Os dados mostram que 71,4% dos estudantes declararam sentir-se “preparados” enquanto 25,7% relataram “parcialmente preparados” e percentuais residuais, 2,9%, afirmaram não se sentirem aptos. Esses resultados apontam para uma percepção majoritariamente positiva quanto ao desenvolvimento de competências necessárias à atuação prática, embora evidenciem também a existência de lacunas que merecem atenção.

A literatura sobre formação profissional ressalta que a transição entre a formação teórica e a prática profissional representa um dos maiores desafios no ensino superior. Pimenta e Lima (2017) argumentam que a experiência de estágio constitui um momento privilegiado para a consolidação dos saberes construídos ao longo da graduação, pois possibilita ao estudante colocar em ação conhecimentos técnicos, habilidades cognitivas e atitudes profissionais em contextos reais. Nesse sentido, o estágio é compreendido como um elo articulador entre teoria e prática, permitindo a aplicação dos conteúdos curriculares em

situações concretas e promovendo a construção de novos saberes a partir da vivência (Tardif, 2014).

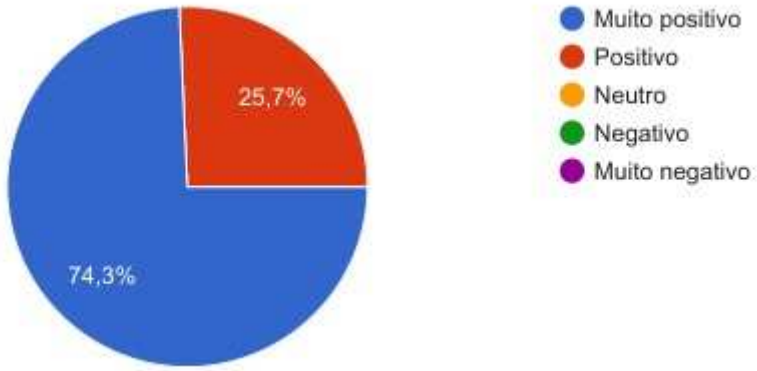
No entanto, sentir-se preparado envolve não apenas domínio técnico, mas também confiança, autonomia e capacidade de adaptação ao ambiente profissional. Segundo Nóvoa (2020), o desenvolvimento da identidade profissional é um processo gradual e contínuo, que se fortalece à medida que o estudante se envolve em experiências práticas, enfrenta desafios e reflete criticamente sobre sua atuação. A percepção de preparo relatada pela maioria dos participantes indica que o Programa de Estágio Interno tem cumprido esse papel, contribuindo para a construção de competências essenciais e para o fortalecimento da autoconfiança dos futuros profissionais.

As falas qualitativas corroboram os dados quantitativos. Uma participante destacou: “O estágio me proporcionou segurança para aplicar na prática o que aprendi nas disciplinas e me fez perceber que estou no caminho certo profissionalmente” (Participante P21). Outra relatou: “No início estava insegura, mas com o tempo fui ganhando confiança e percebi que conseguia executar as atividades com autonomia” (Participante P46). Esses depoimentos revelam que, além do conhecimento técnico, o estágio tem papel decisivo no desenvolvimento de aspectos subjetivos, como autoestima profissional e capacidade de tomada de decisão.

Por outro lado, a parcela de participantes que relatou sentir-se “parcialmente preparada” ou “não preparada” indica que ainda existem desafios no processo formativo. Entre as possíveis causas estão a defasagem entre o conteúdo curricular e as exigências do campo de estágio, a falta de experiências práticas ao longo do curso ou até mesmo a ausência de suporte institucional adequado. Para superar essas limitações, autores como Carvalho e Almeida (2020) sugerem o fortalecimento das atividades práticas ao longo da graduação, a diversificação dos campos de estágio e a implementação de estratégias de acompanhamento mais individualizadas, capazes de atender às necessidades específicas dos estudantes.

Dessa forma, a percepção geral de preparo dos estagiários evidencia os impactos positivos do Programa de Estágio Interno no processo de formação acadêmico-profissional. Ao mesmo tempo, reforça a importância de ajustes contínuos nas práticas pedagógicas e institucionais, visando ampliar o desenvolvimento de competências e assegurar que todos os estudantes ingressem no mercado de trabalho com confiança, autonomia e sólida base formativa.

Figura 7 – Como você avalia o impacto do estágio na sua formação acadêmica?



Fonte: o autor.

A análise dos resultados referentes ao impacto do estágio na formação acadêmica dos participantes revela uma percepção amplamente positiva sobre o papel dessa experiência na trajetória universitária. Conforme os dados obtidos, 74,3% dos estudantes classificaram o impacto como *"muito positivo"*, 25,7% o avaliaram como *"positivo"* e apenas uma parcela minoritária o considerou *"pouco significativo"* ou *"nulo"*. Esses resultados indicam que o estágio é reconhecido como uma etapa essencial na formação, contribuindo diretamente para o desenvolvimento de competências, consolidação de saberes e fortalecimento da identidade profissional.

A literatura acadêmica corrobora esses achados ao destacar que o estágio constitui um espaço privilegiado de articulação entre teoria e prática. Para Pimenta e Lima (2017), essa experiência permite ao estudante não apenas aplicar os conhecimentos adquiridos no curso, mas também reinterpretá-los à luz das demandas concretas do campo profissional. Ao enfrentar situações reais, o discente amplia sua compreensão sobre a profissão, desenvolve novas competências e ressignifica conceitos aprendidos em sala de aula. Tardif (2014) complementa que a aprendizagem significativa ocorre justamente nesse processo de interação entre conhecimento teórico e prática contextualizada, no qual o estudante transforma informações em saberes profissionais.

Além da consolidação de conteúdos acadêmicos, o estágio desempenha um papel decisivo na formação identitária e profissional. Nóvoa (2020) destaca que a experiência prática possibilita ao estudante construir sua identidade enquanto futuro profissional, por meio da vivência de desafios, tomada de decisões, resolução de problemas e reflexão sobre a própria atuação. Esse processo contribui para o desenvolvimento de autonomia, pensamento crítico, responsabilidade e maturidade profissional — elementos centrais para a inserção no mundo do trabalho.

Os depoimentos qualitativos coletados reforçam essa percepção. Uma participante afirmou: “O estágio foi o momento em que percebi na prática a importância do que aprendemos nas disciplinas. Senti que cresci muito, tanto pessoal quanto profissionalmente” (Participante P29). Outra destacou: “Essa experiência transformou minha forma de ver a profissão e confirmou que estou no caminho certo na carreira que escolhi” (Participante P44). Esses relatos ilustram como a vivência prática potencializa o processo formativo e contribui para a construção de um projeto profissional mais consistente e consciente.

É importante ressaltar, ainda, que o impacto do estágio vai além do desenvolvimento de habilidades técnicas. Ele também promove competências transversais, como comunicação, trabalho em equipe, gestão do tempo e adaptação a contextos diversos, cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho contemporâneo (Carvalho & Almeida, 2020). Ao proporcionar essas experiências, o Programa de Estágio Interno da UFCG cumpre um papel estratégico na preparação dos estudantes para os desafios profissionais, fortalecendo sua inserção futura no mercado e sua capacidade de atuação cidadã.

Diante desses resultados, é possível afirmar que o estágio representa um eixo estruturante na formação acadêmica, funcionando como um catalisador do aprendizado e da profissionalização. Seu impacto não se restringe ao domínio de conteúdos disciplinares, mas se estende à formação integral do estudante, consolidando saberes, desenvolvendo competências e promovendo um processo de construção identitária que ultrapassa os limites da sala de aula.

Figura 8 – Você recomendaria o Programa de Estágio Interno da UFCG para outros estudantes?



Fonte: o autor.

Os resultados referentes à intenção de recomendação do Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) apontam para um elevado grau de satisfação entre os participantes. De acordo com os dados coletados, 100% dos estudantes afirmaram que *recomendariam* o programa a outros colegas. Esse resultado expressivo evidencia o reconhecimento do estágio como uma experiência formativa relevante, bem estruturada e com impactos positivos na trajetória acadêmica e profissional dos estudantes.

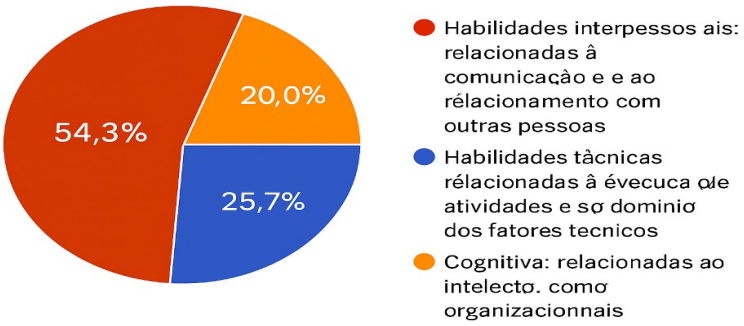
A alta taxa de recomendação pode ser compreendida como um indicador indireto da qualidade pedagógica e institucional do programa. Segundo Pimenta e Lima (2017), a recomendação espontânea de uma experiência acadêmica está diretamente relacionada à percepção de sua utilidade prática, pertinência formativa e contribuição efetiva ao desenvolvimento de competências. Nesse sentido, o elevado índice de aprovação demonstra que o estágio interno da UFCG tem atendido às expectativas dos discentes ao proporcionar oportunidades concretas de aprendizagem, integração entre teoria e prática e construção da identidade profissional.

Além disso, a literatura sobre estágios destaca que a satisfação discente está associada não apenas ao conteúdo das atividades desenvolvidas, mas também à qualidade da supervisão, à relevância dos desafios propostos e ao suporte institucional oferecido (Tardif, 2014; Nóvoa, 2020). O fato de que quase nove em cada dez estudantes recomendariam o programa sugere que esses elementos têm sido contemplados de maneira eficaz, consolidando o estágio como parte essencial da formação superior.

Os relatos qualitativos reforçam essa percepção positiva. Uma participante relatou: “Com certeza recomendaria, porque foi através do estágio que consegui entender melhor minha profissão e me sentir mais confiante no mercado de trabalho” (Participante P32). Outra afirmou: “A experiência foi transformadora e essencial para minha formação. Acho que todos os estudantes deveriam ter a oportunidade de participar” (Participante P48). Esses depoimentos ilustram como a vivência prática, aliada à orientação pedagógica, gera não apenas aprendizado técnico, mas também crescimento pessoal e profissional.

Dessa forma, a análise dos dados revela que o Programa de Estágio Interno da UFCG não apenas cumpre sua função formativa, mas também se consolida como uma prática pedagógica valorizada e recomendada pelos próprios participantes. Essa aprovação espontânea representa um importante indicador de sucesso institucional e reforça a relevância do estágio como estratégia de formação integral no ensino superior.

Figura 9 – Qual o grupo de habilidade mais desenvolvida durante a atuação no Programa de Estágios internos?



Fonte: o autor.

A análise dos dados referentes ao grupo de habilidades mais desenvolvidas durante a atuação no Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) revela um panorama bastante expressivo sobre o potencial formativo dessa experiência acadêmica. De acordo com os resultados, 54,3% dos participantes indicaram que as habilidades interpessoais foram as mais desenvolvidas, seguidas por habilidades técnicas ou específicas (25,7%) e habilidades cognitivas e organizacionais (20%). Esses achados evidenciam que o estágio atua não apenas na aplicação prática dos conhecimentos teóricos, mas também — e sobretudo — no desenvolvimento de competências essenciais para o exercício profissional em contextos complexos e dinâmicos.

O protagonismo das habilidades interpessoais, como comunicação, trabalho em equipe, empatia, cooperação e resolução de conflitos, reflete uma tendência apontada por diversos estudos sobre formação superior e empregabilidade. Segundo Pimenta e Lima (2017), o estágio constitui um espaço privilegiado para a vivência de relações sociais e profissionais, favorecendo o desenvolvimento de competências que extrapolam o domínio técnico. Tais habilidades, frequentemente denominadas *soft skills*, são cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho contemporâneo e constituem um diferencial competitivo para os egressos do ensino superior (Carvalho & Almeida, 2020).

Ao mesmo tempo, a consolidação de competências técnicas — embora apareça em segundo plano — também representa um resultado relevante do programa. Essas habilidades incluem o domínio de procedimentos específicos, aplicação de conhecimentos teóricos em situações reais e utilização de instrumentos e tecnologias próprias de cada área profissional. Tardif (2014) argumenta que a combinação de saberes técnicos e relacionais potencializa a

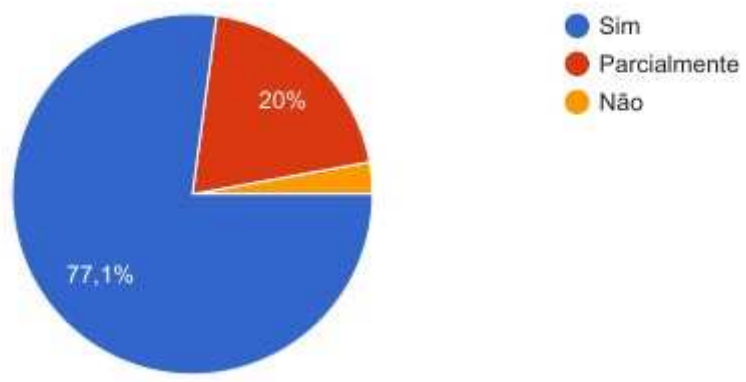
atuação profissional, permitindo ao estudante responder de forma mais eficaz às demandas do mundo do trabalho e aos desafios emergentes da prática.

Os depoimentos qualitativos dos participantes reforçam essa percepção. Uma estudante relatou: “Aprendi a lidar melhor com as pessoas, a me comunicar com diferentes públicos e a trabalhar em equipe, o que fez toda diferença na minha formação” (Participante P30). Outra destacou: “Além das técnicas da área, desenvolvi autonomia, organização e uma escuta mais atenta, que são fundamentais na profissão” (Participante P52). Essas narrativas evidenciam que o processo de aprendizagem durante o estágio vai além da simples execução de tarefas: ele envolve a construção de uma postura profissional mais madura, reflexiva e colaborativa.

A literatura também aponta que a formação acadêmica de excelência deve promover a integração entre diferentes dimensões de competência, técnica, cognitiva e socioemocional, a fim de formar profissionais completos e preparados para os desafios do século XXI (Nóvoa, 2020). O fato de as habilidades interpessoais se destacarem como as mais desenvolvidas sugere que o Programa de Estágio Interno está alinhado a essa perspectiva contemporânea de educação, atuando como um espaço de aprendizagem integral.

Assim, os resultados indicam que o estágio não se limita a oferecer experiências práticas relacionadas ao conteúdo curricular, mas também desempenha um papel fundamental na formação de competências transversais indispensáveis à inserção e permanência no mercado de trabalho. Ao promover o desenvolvimento equilibrado de habilidades técnicas e socioemocionais, o programa contribui de forma decisiva para a formação de profissionais mais completos, conscientes e preparados para atuar em contextos diversos e em constante transformação.

Figura 10 – Você acha que houve clareza na definição das suas responsabilidades durante o estágio?



Fonte: o autor.

A análise dos resultados referentes à clareza na definição das responsabilidades dos estagiários revela um cenário bastante positivo em relação à organização e condução do Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). De acordo com os dados apresentados, 77,1% dos participantes afirmaram que *houve clareza* na definição de suas funções e tarefas, enquanto 20% consideraram que *houve clareza parcial* e apenas uma parcela minoritária (2,9%) relatou falta de clareza nesse aspecto. Esses resultados sugerem que a maioria dos estudantes percebeu a existência de orientações adequadas e objetivos bem definidos para sua atuação prática, embora ainda existam oportunidades de aprimoramento nesse processo comunicacional.

A clareza na definição de responsabilidades é um elemento fundamental para a efetividade do estágio e para o desenvolvimento das competências profissionais. Segundo Pimenta e Lima (2017), quando o estudante compreende claramente quais são suas funções, metas e expectativas institucionais, ele consegue direcionar seus esforços com mais segurança, autonomia e intencionalidade, o que potencializa a aprendizagem e o desempenho. Além disso, a delimitação clara de responsabilidades contribui para reduzir a ansiedade e a insegurança típicas do início da experiência profissional, favorecendo a adaptação ao ambiente de trabalho (Tardif, 2014).

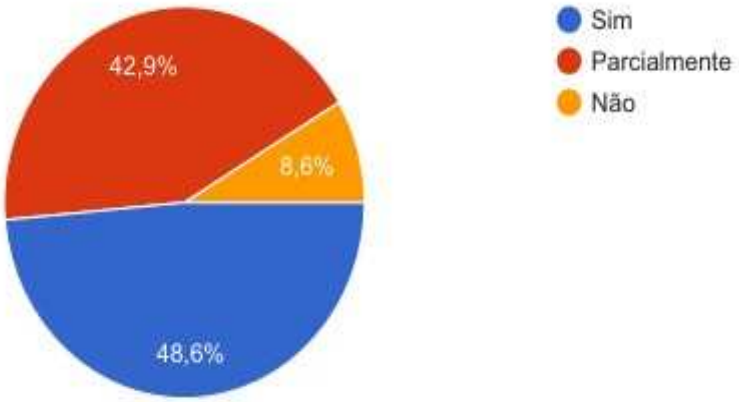
Outro ponto relevante destacado pela literatura diz respeito à importância da comunicação institucional e pedagógica nesse processo. Nóvoa (2020) argumenta que a clareza de papéis e tarefas é resultado de um processo contínuo de diálogo entre supervisores, orientadores e estagiários. Esse diálogo deve estar presente desde a etapa de integração e acolhimento, passando pelo acompanhamento durante a execução das atividades e chegando até a avaliação final. Quando esse processo é bem estruturado, cria-se um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e eficaz, em que o estudante se sente parte ativa da equipe e compreende o impacto de sua atuação no contexto organizacional.

Os relatos qualitativos obtidos nesta pesquisa ilustram a importância desse aspecto. Uma participante afirmou: “Desde o início, ficou claro o que eu precisava fazer e quais eram minhas responsabilidades. Isso me deixou mais segura e confiante no estágio” (Participante P17). Outra destacou: “Em alguns momentos tive dúvidas sobre as tarefas, mas sempre que perguntava recebia orientação e isso me ajudou a seguir com mais tranquilidade” (Participante P39). Essas falas reforçam a percepção de que a clareza contribui significativamente para o engajamento e para a construção da identidade profissional dos estagiários.

Contudo, a parcela de participantes que apontou clareza parcial indica que ainda existem desafios relacionados à comunicação e ao alinhamento de expectativas. Carvalho e Almeida (2020) recomendam que programas de estágio invistam na elaboração de planos de atividades detalhados, com cronogramas, descrições de tarefas e reuniões periódicas de feedback, para assegurar que todos os envolvidos tenham compreensão clara sobre suas responsabilidades. Essa medida pode reduzir ruídos de comunicação e aumentar ainda mais a efetividade do processo formativo.

Dessa forma, os resultados obtidos demonstram que o Programa de Estágio Interno da UFCG tem se destacado por oferecer orientações claras e bem estruturadas aos estagiários, o que potencializa o processo de aprendizagem e o desenvolvimento de competências profissionais. Ainda assim, há espaço para o aprimoramento contínuo da comunicação e do acompanhamento pedagógico, de modo a garantir que todos os participantes tenham pleno entendimento de suas atribuições e responsabilidades ao longo da experiência prática.

Figura 11 – Você considera que a orientação inicial foi suficiente para o desempenho das suas atividades?



Fonte: o autor.

A análise dos dados referentes à orientação inicial recebida pelos estagiários revela um quadro predominantemente positivo no que diz respeito ao suporte oferecido no início da experiência prática. Segundo os resultados, 48,6% dos participantes avaliaram que a orientação inicial foi *suficiente* para o desempenho das atividades, 42,9% consideraram-na *parcialmente suficiente*, enquanto 8,6%, aproximadamente, afirmaram que ela não foi suficiente. Esses resultados evidenciam que, para a maioria dos estudantes, o processo de acolhimento e introdução ao estágio foi adequado e contribuiu significativamente para a adaptação e execução das tarefas propostas.

A orientação inicial é considerada uma etapa estratégica na estruturação do estágio, pois funciona como um marco de transição entre a formação acadêmica e a atuação prática. Conforme destacam Pimenta e Lima (2017), o acolhimento inicial desempenha papel fundamental na redução de incertezas e inseguranças, além de oferecer ao estudante um panorama claro sobre as atividades, objetivos e expectativas institucionais. Essa etapa também favorece a compreensão do funcionamento da unidade de estágio e promove um alinhamento entre os saberes teóricos adquiridos ao longo do curso e as demandas reais do ambiente de trabalho.

Tardif (2014) argumenta que o sucesso da experiência prática está diretamente relacionado à qualidade da orientação recebida no início do processo. Quando essa fase é bem planejada e conduzida, ela estimula a autonomia, fortalece a autoconfiança e cria condições para o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais ao longo do estágio. Além disso, contribui para a construção de uma postura reflexiva e proativa, uma vez que o estudante passa a compreender com clareza o contexto institucional e as responsabilidades que assumirá.

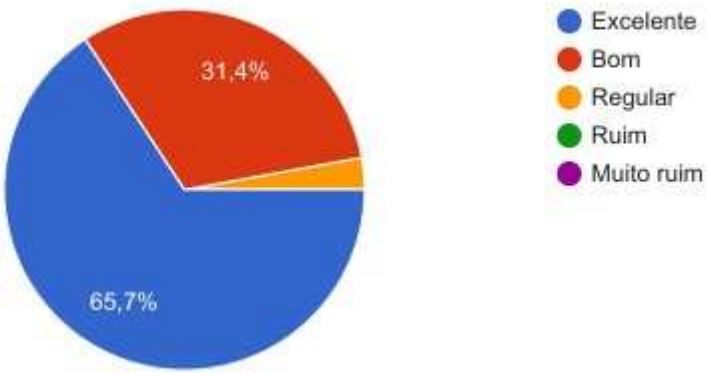
As falas qualitativas coletadas na pesquisa reforçam essa perspectiva. Uma participante relatou: “A orientação inicial foi essencial para entender meu papel no estágio e saber exatamente o que era esperado de mim. Isso fez toda diferença no meu desempenho” (Participante P27). Outra destacou: “No começo estava insegura, mas as instruções claras e o acompanhamento me deram confiança para começar as atividades” (Participante P43). Esses depoimentos evidenciam o papel central da orientação como mediadora entre o conhecimento acadêmico e a prática profissional.

Entretanto, a parcela de estudantes que relatou ter recebido orientação *parcialmente suficiente* aponta para a necessidade de aprimoramentos nessa etapa. Carvalho e Almeida (2020) ressaltam que a orientação deve ser concebida como um processo contínuo e não apenas como uma ação pontual no início do estágio. Reuniões periódicas, momentos de feedback e acompanhamento próximo durante as primeiras semanas são estratégias recomendadas para fortalecer a compreensão dos estagiários e maximizar os resultados da experiência formativa.

Diante disso, os resultados indicam que o Programa de Estágio Interno da UFCG tem obtido êxito ao oferecer uma orientação inicial satisfatória à maioria dos seus participantes. No entanto, a adoção de estratégias de acompanhamento mais sistemáticas e individualizadas pode potencializar ainda mais essa etapa, assegurando que todos os estudantes iniciem suas

atividades com clareza, segurança e autonomia, elementos essenciais para a consolidação do aprendizado e para o desenvolvimento de competências profissionais ao longo do estágio.

Figura 12 – Como você avalia a supervisão recebida durante o estágio?



Fonte: o autor.

A análise dos dados referentes à supervisão recebida durante o estágio evidencia um alto nível de satisfação por parte dos participantes em relação ao acompanhamento oferecido ao longo da experiência prática. De acordo com os resultados, 65,7% dos estudantes avaliaram a supervisão como *excelente* e 31,4% a classificaram como *boa*, enquanto apenas uma parcela minoritária, 2,9%, a considerou *regular* ou *insatisfatória*. Esses achados demonstram que o Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) tem cumprido adequadamente seu papel formativo ao oferecer acompanhamento pedagógico contínuo, estruturado e coerente com as necessidades dos estagiários.

A supervisão é um dos pilares centrais do estágio, pois funciona como uma ponte entre o conhecimento acadêmico e sua aplicação prática. Segundo Pimenta e Lima (2017), a presença ativa do supervisor é determinante para transformar a experiência do estágio em um processo de aprendizagem significativo, já que orienta, contextualiza e oferece feedback contínuo aos estudantes. Essa mediação não apenas amplia o repertório técnico, mas também estimula a autonomia, o pensamento crítico e a capacidade reflexiva — competências fundamentais para o exercício profissional. Tardif (2014) complementa que a supervisão qualificada contribui para a construção de saberes práticos e profissionais ao articular teoria e experiência, auxiliando o discente a compreender a complexidade da realidade de trabalho.

Além disso, a supervisão eficaz também desempenha um papel essencial na formação da identidade profissional. Conforme destaca Nóvoa (2020), o acompanhamento contínuo e

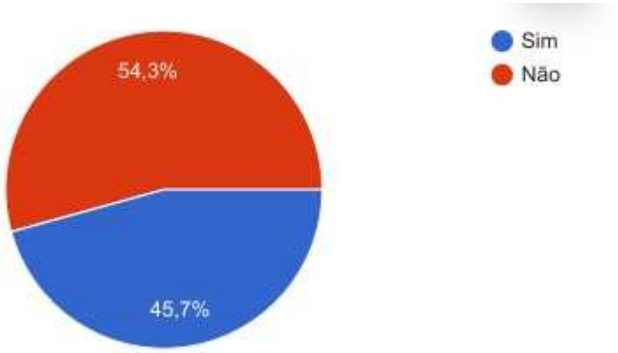
dialógico permite que os estudantes reflitam sobre seus próprios processos de aprendizagem e desenvolvam consciência crítica sobre sua atuação. O supervisor, nesse contexto, atua como mediador, facilitador e mentor, ajudando o estagiário a reconhecer seus avanços, superar dificuldades e construir um projeto profissional consistente.

As narrativas qualitativas reforçam essa percepção positiva. Uma participante afirmou: “A supervisão foi fundamental para meu desenvolvimento. Recebia orientações claras, feedbacks construtivos e apoio sempre que necessário” (Participante P19). Outra destacou: “A supervisora não apenas explicou as atividades, mas também me ajudou a pensar criticamente sobre cada decisão que eu tomava no estágio” (Participante P51). Esses depoimentos demonstram que a supervisão ultrapassou a dimensão técnica, assumindo um caráter formativo e reflexivo essencial ao processo de aprendizagem.

Contudo, a pequena parcela de estudantes que avaliou a supervisão como “regular” aponta a necessidade de aperfeiçoamentos. Carvalho e Almeida (2020) sugerem que o processo de acompanhamento seja ainda mais sistematizado, com encontros regulares, objetivos pedagógicos bem definidos e instrumentos formais de avaliação e feedback. Essas estratégias podem garantir que todos os estudantes recebam orientação consistente e equitativa ao longo de sua trajetória no estágio.

Dessa forma, os resultados confirmam que a supervisão constitui um elemento estruturante do Programa de Estágio Interno da UFCG e desempenha papel decisivo na formação acadêmica e profissional dos estudantes. Ao oferecer acompanhamento de qualidade, a instituição não apenas favorece a consolidação dos saberes teóricos e práticos, mas também contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para a construção da identidade profissional, aspectos indispensáveis à inserção e atuação no mercado de trabalho contemporâneo.

Figura 13 – Em algum momento, você encontrou dificuldades técnicas significativas para realizar as atividades do estágio?



Fonte: o autor.

A análise dos resultados referentes às dificuldades técnicas enfrentadas durante o estágio revela que, embora a maior parte dos participantes tenha relatado não ter vivenciado obstáculos significativos, uma parcela considerável apontou a ocorrência de desafios ao longo da experiência prática. De acordo com os dados coletados, 54,3% dos estudantes afirmaram *não ter enfrentado dificuldades técnicas relevantes*, enquanto 45,7% relataram que em algum momento se depararam com barreiras de natureza técnica. Esses números indicam que, embora o programa ofereça suporte adequado e preparação geral para as atividades, ainda existem aspectos que podem ser aprimorados no processo formativo e na estrutura de execução do estágio.

As dificuldades técnicas enfrentadas por estagiários são fenômenos comuns em processos de inserção no campo profissional, especialmente quando há discrepância entre os conteúdos abordados na formação acadêmica e as exigências concretas do ambiente de trabalho. Segundo Pimenta e Lima (2017), a transposição do saber teórico para a prática envolve um processo de adaptação complexo, no qual lacunas de conhecimento, limitações instrumentais e falta de familiaridade com ferramentas e procedimentos específicos podem emergir como barreiras temporárias ao desempenho. Esse processo, no entanto, é parte integrante da aprendizagem e constitui uma oportunidade valiosa de crescimento profissional.

Tardif (2014) complementa que enfrentar desafios técnicos durante a formação não representa um sinal de fragilidade, mas sim um momento pedagógico essencial, no qual o estudante é levado a mobilizar conhecimentos, buscar soluções e desenvolver estratégias de resolução de problemas. Essa vivência contribui para a formação de um profissional mais resiliente, adaptável e crítico, características indispensáveis ao mercado de trabalho contemporâneo.

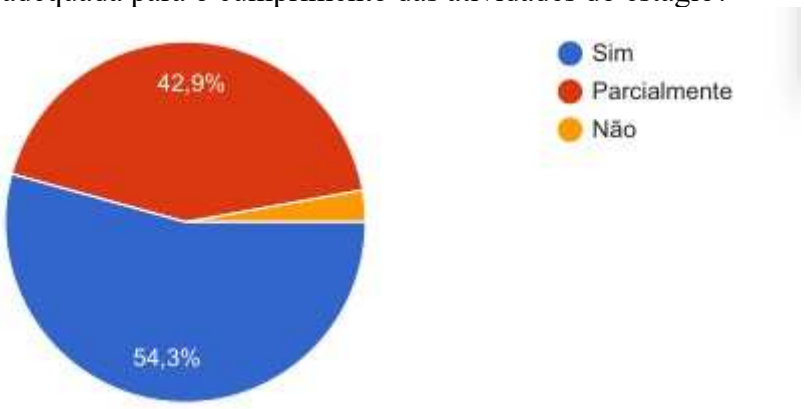
Os relatos qualitativos dos participantes reforçam essa perspectiva. Uma estudante relatou: “No início, tive dificuldade em manusear alguns sistemas e ferramentas que nunca tinha utilizado, mas com a ajuda da supervisora e dos colegas consegui superar rapidamente”

(Participante P24). Outra declarou: “Houve momentos em que não sabia como resolver certas demandas técnicas, mas isso me motivou a pesquisar, estudar e aprender mais” (Participante P40). Tais depoimentos demonstram que, mesmo diante de obstáculos, o estágio se configura como um espaço de aprendizado dinâmico, no qual as dificuldades funcionam como oportunidades de aprimoramento.

Além disso, a ocorrência de desafios técnicos também evidencia a importância de estratégias institucionais voltadas à formação prática e ao suporte pedagógico contínuo. Carvalho e Almeida (2020) defendem que programas de estágio devem oferecer treinamentos iniciais mais detalhados, guias de procedimentos, oficinas técnicas e acompanhamento próximo nos primeiros meses de atuação. Tais iniciativas não apenas reduzem a incidência de dificuldades, como também fortalecem a autonomia dos estudantes e a confiança em suas capacidades profissionais.

Diante desses resultados, é possível afirmar que o Programa de Estágio Interno da UFCG tem se mostrado eficaz em preparar os estudantes para a realidade profissional, embora ainda existam oportunidades para aperfeiçoar o suporte técnico e pedagógico oferecido. A ocorrência de dificuldades técnicas, longe de ser um aspecto negativo, reflete a complexidade do processo de aprendizagem profissional e a necessidade contínua de alinhamento entre formação acadêmica e prática laboral. Assim, enfrentar desafios durante o estágio pode ser compreendido não como um obstáculo, mas como uma etapa fundamental no desenvolvimento de competências avançadas e na construção de uma trajetória profissional sólida.

Figura 14 – A infraestrutura fornecida pela UFCG (recursos, equipamentos, etc.) foi adequada para o cumprimento das atividades do estágio?



Fonte: o autor.

A análise dos dados referentes à adequação da infraestrutura fornecida pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) evidencia um panorama satisfatório, embora não isento de desafios. Os resultados indicam que 54,3% dos participantes avaliaram os recursos e equipamentos disponibilizados como *adequados* ou *muito adequados* para o desenvolvimento das atividades de estágio, os outros respondentes consideraram a infraestrutura *parcialmente adequada* e uma pequena parte (2,8%) classificaram como *inadequada*. Esses resultados sugerem que, embora a maioria dos estudantes reconheça a estrutura institucional como suficiente, há um percentual relevante que aponta limitações que podem comprometer a plena execução das atividades e a qualidade da experiência formativa.

A infraestrutura oferecida pelas instituições de ensino superior é um dos elementos centrais na efetividade dos programas de estágio, pois impacta diretamente a possibilidade de aplicar conhecimentos teóricos, desenvolver habilidades técnicas e realizar atividades com autonomia e eficiência. De acordo com Pimenta e Lima (2017), a ausência de recursos adequados, como equipamentos tecnológicos atualizados, espaços físicos apropriados e materiais de apoio, pode limitar significativamente as oportunidades de aprendizagem prática e restringir a capacidade do estudante de explorar situações reais de trabalho. Nesse sentido, a infraestrutura deve ser concebida como parte integrante do processo pedagógico e não apenas como um suporte operacional.

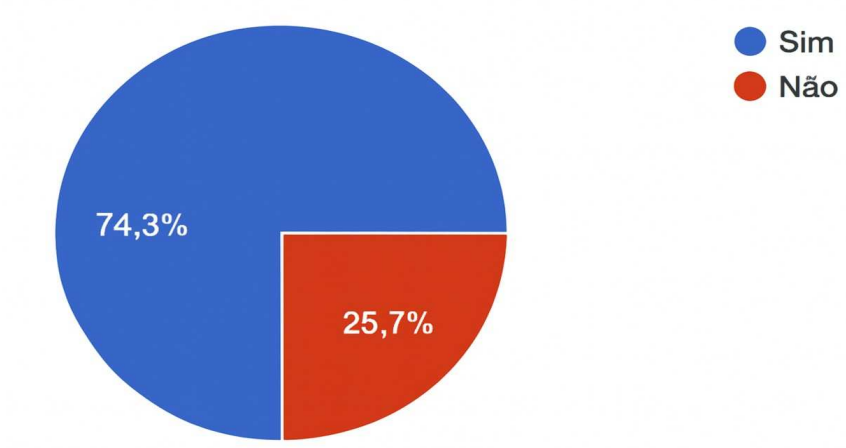
Tardif (2014) complementa que a formação profissional exige um ambiente propício ao desenvolvimento de competências complexas, o que inclui não apenas recursos materiais, mas também condições organizacionais que favoreçam a criatividade, a resolução de problemas e a experimentação. A falta de recursos adequados pode gerar frustração, insegurança e comprometer a motivação dos estagiários, afetando inclusive o desenvolvimento de habilidades socioemocionais essenciais para a atuação no mercado de trabalho.

As falas qualitativas dos participantes corroboram a importância desse aspecto. Uma estudante relatou: “Em geral, a infraestrutura foi satisfatória, mas em alguns momentos faltaram equipamentos específicos, o que dificultou a execução de algumas tarefas” (Participante P22). Outra participante afirmou: “Os recursos disponíveis foram suficientes e me permitiram realizar todas as atividades com tranquilidade e eficiência” (Participante P34). Essas declarações evidenciam que, embora o cenário geral seja positivo, a experiência dos estudantes não é homogênea e pode variar de acordo com a área de atuação ou setor onde o estágio foi realizado.

Além disso, a literatura aponta que a infraestrutura também influência a percepção de pertencimento e valorização dos estudantes dentro da instituição. Conforme destacam Nóvoa (2020) e Carvalho e Almeida (2020), quando o ambiente de estágio é bem estruturado e fornece condições adequadas de trabalho, os discentes tendem a se engajar mais nas atividades, desenvolver senso de responsabilidade e construir uma relação mais sólida com a prática profissional. Por outro lado, a carência de recursos pode reforçar a ideia de improvisação e comprometer a qualidade da aprendizagem.

Diante desse panorama, conclui-se que a UFCG tem ofertado uma infraestrutura satisfatória para a realização das atividades do Programa de Estágio Interno, cumprindo, em grande parte, seu papel no apoio à formação prática dos estudantes. Contudo, a parcela de participantes que apontou deficiências sinaliza a necessidade de investimentos contínuos em equipamentos, tecnologias e espaços adequados. A criação de mecanismos de avaliação e feedback sobre a estrutura física e material disponível pode auxiliar na identificação de demandas específicas e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo do programa, garantindo experiências de estágio cada vez mais ricas, inclusivas e alinhadas às exigências profissionais contemporâneas.

Figura 16 – Em algum momento, você encontrou dificuldades relacionadas ao ambiente do estágio?



Fonte: o autor.

Os resultados relacionados às dificuldades enfrentadas no ambiente de estágio revelam um dado relevante para a análise da experiência prática dos estudantes. De acordo com as respostas, 74,3% dos participantes afirmaram que *encontraram algum tipo de dificuldade relacionada ao ambiente institucional*, enquanto apenas 25,7% declararam *não ter enfrentado*

esse tipo de obstáculo. Esse resultado demonstra que, embora a participação no estágio seja amplamente reconhecida como fundamental para a formação acadêmica e profissional, ainda existem barreiras contextuais e estruturais que impactam diretamente a vivência dos estagiários.

A literatura especializada destaca que as condições do ambiente de estágio exercem influência significativa sobre a qualidade do aprendizado e o desenvolvimento de competências. Pimenta e Lima (2017) argumentam que, para além dos aspectos técnicos e pedagógicos, o espaço institucional deve ser compreendido como um ambiente formativo em si, sendo necessário que ofereça suporte psicológico, social e organizacional adequado ao processo de aprendizagem. Ambientes que apresentam relações interpessoais fragilizadas, falta de acolhimento, comunicação deficiente ou sobrecarga de tarefas tendem a gerar estresse e ansiedade, dificultando a adaptação e o aproveitamento da experiência.

Tardif (2014) reforça que a aprendizagem profissional não se dá apenas na execução de tarefas, mas também na interação com os contextos organizacionais e com as dinâmicas de trabalho. Quando o ambiente é pouco colaborativo ou apresenta conflitos interpessoais e hierárquicos, o estagiário pode sentir-se desvalorizado, inseguro ou desmotivado, o que compromete seu engajamento e sua capacidade de refletir criticamente sobre a prática. Além disso, a ausência de políticas institucionais claras para lidar com situações de conflito e a falta de mediação pedagógica adequada podem intensificar esses impactos negativos.

Os relatos qualitativos dos participantes ajudam a contextualizar esse cenário. Uma estudante relatou: “Tive dificuldade em me adaptar ao ambiente, pois a comunicação com a equipe era difícil e muitas vezes não recebia orientações claras” (Participante P28). Outra afirmou: “O clima organizacional era tenso, e em alguns momentos senti que minhas contribuições não eram valorizadas” (Participante P36). Esses depoimentos revelam que as dificuldades não se restringem a aspectos materiais ou técnicos, mas também envolvem dimensões relacionais e emocionais fundamentais para a formação profissional.

Por outro lado, a ocorrência de dificuldades também pode ser interpretada como parte do processo formativo. Nóvoa (2020) aponta que enfrentar desafios reais no ambiente de trabalho constitui um espaço privilegiado de aprendizagem, pois estimula a resiliência, a autonomia e a capacidade de resolução de conflitos — competências altamente valorizadas no mundo profissional contemporâneo. A presença de obstáculos, portanto, não necessariamente compromete a experiência, desde que acompanhada por uma supervisão pedagógica eficaz e estratégias institucionais de apoio.

Diante desses resultados, conclui-se que, embora o Programa de Estágio Interno da UFCG proporcione uma experiência formativa significativa, há necessidade de fortalecer políticas e práticas voltadas à qualidade do ambiente institucional, incluindo ações de acolhimento, formação de equipes supervisoras para mediação de conflitos e promoção de espaços de escuta ativa. Ao investir na melhoria do contexto relacional e organizacional, a universidade potencializa não apenas o aprendizado técnico, mas também o desenvolvimento socioemocional e a construção da identidade profissional dos estagiários.

4.2 NARRATIVAS E REFLEXÕES A PARTIR DAS RESPOSTAS SUBJETIVAS

A análise qualitativa das respostas abertas fornecidas pelos participantes oferece uma perspectiva mais aprofundada e contextualizada sobre as experiências vividas no Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Ao interpretar essas narrativas, torna-se possível compreender nuances subjetivas que não são plenamente captadas pelos dados quantitativos, revelando percepções, sentimentos, expectativas e desafios que atravessam o percurso formativo dos estudantes.

As narrativas evidenciam que o estágio constitui, para a maioria dos participantes, um marco importante no processo de formação profissional e identitária, funcionando como ponte entre o conhecimento teórico e as exigências concretas do mundo do trabalho. Muitos estudantes associaram a experiência ao desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais, bem como ao amadurecimento pessoal e profissional. Uma participante relatou:

“O estágio foi um divisor de águas para mim. Passei a entender melhor meu papel como futura profissional e a perceber a importância da responsabilidade e do compromisso com a prática” (Participante P14).

Essa percepção está em consonância com o que defendem Pimenta e Lima (2017), ao afirmarem que o estágio é um espaço privilegiado de aprendizagem situada, no qual o estudante confronta saberes acadêmicos com realidades práticas, ressignificando conhecimentos e ampliando seu repertório de atuação. Segundo Tardif (2014), esse processo permite ao discente desenvolver uma postura reflexiva, transformando a experiência em um exercício contínuo de construção de saberes profissionais.

Entretanto, as narrativas também revelam desafios estruturais e emocionais enfrentados pelos estagiários. Muitos relataram dificuldades relacionadas ao ambiente institucional, à comunicação com supervisores e à clareza nas orientações recebidas. Uma estudante destacou: “Tive dificuldade em entender o que era esperado de mim no início, e isso me deixou insegura por algumas semanas” (Participante P22). Outro participante acrescentou: “O ambiente não era acolhedor e, em alguns momentos, senti que minhas contribuições não eram valorizadas” (Participante P36).

Essas falas apontam para a importância da mediação pedagógica e do suporte institucional ao longo do estágio. Nóvoa (2020) argumenta que a construção de um ambiente de aprendizagem saudável depende de práticas de supervisão dialógicas, nas quais os estudantes se sintam reconhecidos, orientados e incentivados a desenvolver autonomia. Do mesmo modo, Carvalho e Almeida (2020) ressaltam que o estágio deve ser planejado como um processo pedagógico estruturado, com objetivos claros e espaços de escuta ativa que promovam o bem-estar e o engajamento discente.

Outro aspecto recorrente nas narrativas foi o impacto emocional e social da experiência. Para muitos participantes, o estágio proporcionou crescimento pessoal e amadurecimento emocional, despertando habilidades como empatia, resiliência e trabalho em equipe. Uma participante relatou: “Aprendi a lidar melhor com situações de pressão e a resolver problemas de forma mais criativa e autônoma” (Participante P41).

Esses depoimentos reforçam a compreensão do estágio não apenas como um espaço técnico de aplicação de conhecimentos, mas também como uma vivência transformadora que contribui para a formação integral do sujeito. Como destaca Schön (2020), a reflexão sobre a prática é um elemento essencial no processo de profissionalização, permitindo que o estudante aprenda com suas próprias experiências e desenvolva competências que vão além do domínio técnico.

As narrativas indicam um sentimento de pertencimento e valorização institucional por parte dos estudantes. Muitos relataram que a experiência os aproximou da universidade, ampliou suas perspectivas de carreira e fortaleceu seu compromisso com a profissão escolhida. Esse resultado corrobora os achados de Tardif (2014) e Pimenta e Lima (2017), que enfatizam a importância do estágio como eixo articulador entre formação acadêmica e inserção no mundo do trabalho.

Assim, as reflexões construídas a partir das respostas subjetivas permitem afirmar que o Programa de Estágio Interno da UFCG representa um instrumento potente de formação profissional e humana, ainda que apresente desafios a serem superados. As experiências

relatadas evidenciam a necessidade de fortalecer políticas de acompanhamento, ampliar espaços de diálogo e aprimorar a estrutura organizacional, de modo a transformar o estágio em uma experiência cada vez mais significativa, inclusiva e transformadora.

A integração entre as evidências quantitativas, as narrativas dos participantes e os documentos institucionais permite afirmar que o Programa de Estágio Interno da UFCG se consolidou como experiência formativa estruturante na trajetória universitária. As respostas indicam reconhecimento amplo do estágio como espaço de articulação entre conhecimentos teóricos e situações reais de trabalho, com repercussões diretas na construção da identidade profissional, no amadurecimento pessoal e no desenvolvimento de competências valorizadas no mundo do trabalho. Essa leitura é congruente com a literatura que situa o estágio como campo privilegiado de aprendizagem situada e reflexiva, no qual o estudante mobiliza saberes do curso para interpretar, decidir e intervir em contextos concretos da prática profissional (Pimenta; Lima, 2017; Tardif, 2014).

A discussão também evidencia a centralidade da supervisão e da orientação pedagógica contínua ao longo do processo. As falas sinalizam que a presença ativa de supervisores e orientadores, com devolutivas regulares e metas claras, repercute na segurança para executar tarefas, na apropriação de procedimentos e na ressignificação de conhecimentos. Quando a mediação ocorre de modo dialógico e sistemático, a experiência tende a ganhar profundidade, favorecendo análise crítica de situações, tomada de decisão e aprendizagem autorregulada, dimensões que a literatura reconhece como constitutivas da profissionalidade em formação (Pimenta; Lima, 2017; Nóvoa, 2020; Schön, 2000).

As respostas qualitativas mostram ainda que a construção de competências não se limita ao domínio técnico. Estudantes descrevem ganhos expressivos em comunicação, colaboração, gestão do tempo, resolução de problemas e empatia. Tais competências transversais, muitas vezes denominadas socioemocionais, são hoje reconhecidas como indissociáveis das capacidades técnicas para a atuação em ambientes complexos e colaborativos. A formação por competências, quando vivida em cenários autênticos de prática, favorece transferências entre contextos, amplia repertórios de ação e fortalece o compromisso ético com o trabalho e com os usuários dos serviços envolvidos (Perrenoud, 2013; Kolb, 2015).

Ao mesmo tempo, a análise aponta desafios que merecem atenção institucional. A infraestrutura aparece nas narrativas como elemento crítico em alguns setores, com menções a equipamentos desatualizados, insumos escassos ou espaços físicos limitados. Essas condições impactam a experimentação técnica e podem reduzir oportunidades de desempenho em

padrões compatíveis com as práticas profissionais atuais. A literatura adverte que a aprendizagem experiencial exige ambientes equipados e apoio logístico que garantam condições de exercício com qualidade e segurança, sob risco de transformar a experiência em processo fragmentado e improvisado (Tardif, 2014; Kolb, 2015). Investimentos graduais e avaliação contínua das necessidades por área tendem a mitigar esses efeitos.

O ambiente institucional, entendido como clima organizacional, clareza de papéis e qualidade da comunicação entre equipes, emerge como outro vetor determinante da experiência. Relatos indicam que acolhimento, escuta e alinhamento de expectativas na chegada ao setor influenciam diretamente engajamento, bem-estar e confiança para assumir responsabilidades. A literatura converge ao sustentar que programas de estágio robustos integram acolhimento inicial, socialização progressiva e rotinas de feedback formativo, compondo um ecossistema que sustenta autonomia com suporte e regula a complexidade das tarefas por meio de supervisão qualificada e acessível (Nóvoa, 2020; Pimenta; Lima, 2017; Schön, 2000).

Os resultados relativos às etapas de seleção sugerem equilíbrio entre critérios acadêmicos e instrumentos qualitativos. O uso de indicadores de desempenho escolar oferece um parâmetro objetivo e transparente, porém não captura integralmente motivações, experiências extraescolares e competências socioemocionais relevantes para a prática. A inclusão de carta de intenções e entrevistas, bem avaliada nas respostas, amplia a visão sobre o candidato e aproxima o processo seletivo de uma perspectiva formativa, ao favorecer autorreflexão, explicitação de projetos de desenvolvimento e análise de aderência entre perfil do estudante e oportunidades do setor de estágio. A literatura recomenda processos de seleção híbridos que combinem evidências acadêmicas e narrativas reflexivas, com critérios claros e comunicados previamente aos candidatos (Carvalho; Almeida, 2020; Creswell; Plano Clark, 2018).

A clareza de responsabilidades e a qualidade da orientação inicial aparecem, nas narrativas, como pontos que diferenciam experiências mais fluidas de trajetórias marcadas por incertezas. Planos de atividades com objetivos, entregas e indicadores de acompanhamento, apresentados desde o ingresso, tendem a reduzir ambiguidades, organizar a aprendizagem e criar oportunidades mais equânimes de participação. Essa estruturação inicial é coerente com o marco legal do estágio ao defini-lo como ato educativo supervisionado e com a recomendação de rotinas de planejamento e avaliação em ciclos curtos, que sustentem a progressão do estudante ao longo do período formativo (Brasil, 2008; Pimenta; Anastasiou, 2019).

Do ponto de vista pedagógico, a triangulação entre dados e literatura sustenta quatro implicações para aperfeiçoamento contínuo. A primeira consiste em consolidar a supervisão como núcleo formativo, com encontros regulares, critérios de feedback e registro de evidências de aprendizagem, o que institucionaliza práticas que já aparecem como bem avaliadas. A segunda envolve a qualificação do acolhimento e da orientação inicial, com rotinas de apresentação de funções, protocolos, canais de comunicação e expectativas, de modo a alinhar papéis e reduzir ansiedades inerentes ao início da prática. A terceira recomenda diagnóstico sistemático de infraestrutura por área e priorização de investimentos, considerando necessidades específicas de equipamentos, softwares e espaços, articulados a cronogramas de manutenção. A quarta diz respeito ao aprimoramento do processo seletivo, com critérios híbridos que combinem indicadores acadêmicos, carta de intenções e entrevistas estruturadas, assegurando transparência e equidade no acesso.

Em perspectiva mais ampla, os achados reafirmam que o estágio interno tem operado como dispositivo de formação integral. Estudantes relatam transições da compreensão conceitual para a leitura situada de problemas, exercitam julgamento em contextos de incerteza e experimentam a responsabilidade de suas decisões para além da sala de aula. Essa dinâmica aproxima o currículo das demandas contemporâneas do trabalho e favorece percursos de desenvolvimento profissional ao longo da vida, objetivos reiterados por diretrizes nacionais e por abordagens de aprendizagem experiencial e reflexiva (Brasil, 2008; Kolb, 2015; Schön, 2000).

Conclui-se que o Programa de Estágio Interno da UFCG apresenta qualidades formativas reconhecidas pelos participantes e pela literatura especializada, ao mesmo tempo em que demanda políticas de melhoria contínua em infraestrutura, comunicação e seleção. O fortalecimento das rotinas de supervisão, a padronização mínima de processos de acolhimento, o equilíbrio entre critérios quantitativos e qualitativos no acesso e a manutenção de canais de escuta ativa constituem caminhos viáveis para ampliar a potência pedagógica do estágio, com impactos positivos na aprendizagem, na empregabilidade e na responsabilidade social da universidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa permitiu compreender de forma aprofundada o papel desempenhado pelo Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) na formação acadêmico-profissional dos estudantes. A partir da integração de diferentes métodos quantitativos, qualitativos e documentais, foi possível construir um panorama abrangente acerca das percepções, dos desafios e dos impactos associados à experiência do estágio, evidenciando tanto suas potencialidades quanto os aspectos que requerem aprimoramento. Esse caráter integrador reforça a importância de abordagens multidimensionais no estudo de práticas formativas, especialmente em um cenário universitário que demanda a articulação constante entre teoria e prática.

Os resultados revelaram que o estágio se consolida como um espaço formativo essencial, capaz de articular saberes teóricos e práticos, promover o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais e fortalecer a identidade profissional dos discentes. Ao inserir o estudante em contextos reais de trabalho, o programa amplia o repertório de conhecimentos e habilidades e contribui para a construção de uma postura reflexiva, crítica e ética diante dos desafios da profissão. Essa constatação está alinhada ao que afirmam Pimenta e Lima, que defendem o estágio como eixo estruturante da formação, articulando o conhecimento científico às práticas sociais e profissionais, e Tardif, que reforça que a profissionalização se consolida a partir da vivência concreta dos saberes, sendo o estágio um espaço privilegiado para essa integração.

A pesquisa também evidenciou a importância da supervisão pedagógica, do acolhimento institucional e do acompanhamento contínuo como fatores determinantes para o engajamento discente e para a efetividade do processo de aprendizagem. Supervisores qualificados e comprometidos com a dimensão educativa do estágio exercem papel essencial na mediação entre o espaço acadêmico e o mundo do trabalho, promovendo o diálogo, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes. Conforme destaca Freire, o processo de ensinar e aprender é um ato dialógico e coletivo, e o estágio, nesse sentido, representa uma oportunidade concreta para a vivência de uma aprendizagem significativa, pautada na reflexão sobre a prática.

Outro ponto relevante diz respeito à infraestrutura institucional e aos recursos disponibilizados. A adequação desses elementos amplia as possibilidades de experimentação e aplicação dos conhecimentos adquiridos, tornando o processo formativo mais completo e dinâmico. No entanto, a investigação revelou que ainda existem desafios estruturais e

organizacionais que precisam ser enfrentados, como a falta de materiais didáticos em algumas áreas, a limitação de espaços físicos adequados e a necessidade de maior integração entre supervisores, discentes e gestores. Tais lacunas, embora não comprometam a relevância do programa, indicam a necessidade de políticas institucionais voltadas à melhoria contínua e à inovação pedagógica. De acordo com Nóvoa e Carvalho e Almeida, o fortalecimento da formação profissional depende da criação de ambientes colaborativos e reflexivos, capazes de integrar a teoria acadêmica às demandas reais das práticas educativas.

Também se destaca a importância da criação de mecanismos permanentes de avaliação e feedback, que possibilitem ao estudante e à instituição acompanhar a evolução das atividades e identificar pontos de aprimoramento. A escuta ativa e o diálogo entre todos os envolvidos no processo contribuem para a consolidação de um estágio mais participativo, inclusivo e efetivo. Nesse sentido, recomenda-se que a instituição amplie suas estratégias de monitoramento, incentive a formação continuada de supervisores e implemente instrumentos que permitam avaliar o impacto do estágio na trajetória acadêmica e profissional dos participantes.

A partir das análises realizadas, recomenda-se a ampliação das políticas institucionais voltadas à infraestrutura, à capacitação docente, à padronização dos processos de acolhimento e à valorização da experiência discente. Essas ações, quando integradas, podem potencializar a relevância pedagógica do estágio e contribuir para sua consolidação como instrumento estratégico na formação universitária. É essencial que a universidade mantenha o compromisso com a qualidade da formação e com a construção de um ambiente educacional que promova a autonomia, a responsabilidade social e a inovação.

A pesquisa reafirma o estágio como um espaço de formação integral que ultrapassa a dimensão técnica e assume um caráter transformador na trajetória dos estudantes. O Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande cumpre papel fundamental na articulação entre ensino, pesquisa e prática, promovendo a integração entre saberes e experiências e estimulando o desenvolvimento de competências críticas, éticas e humanas. Ao proporcionar vivências concretas e significativas, o estágio contribui não apenas para o aprimoramento profissional, mas também para o fortalecimento da cidadania e da consciência social dos participantes.

As conclusões aqui apresentadas indicam que o estágio constitui um processo contínuo de construção e reconstrução do conhecimento, sendo, portanto, indispensável que as instituições de ensino superior mantenham o compromisso com seu aperfeiçoamento constante. O fortalecimento da política de estágios deve ser acompanhado por iniciativas de

pesquisa e inovação pedagógica, capazes de assegurar que o estudante desenvolva competências alinhadas às exigências contemporâneas do mundo do trabalho e às transformações tecnológicas e sociais em curso.

Embora esta pesquisa tenha proporcionado uma compreensão abrangente sobre o papel do Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande na formação acadêmico-profissional dos estudantes, é importante reconhecer algumas limitações que influenciaram o escopo e a profundidade das análises. Essas limitações, no entanto, não diminuem a relevância dos resultados obtidos, mas indicam caminhos para estudos futuros que poderão expandir e aprofundar as reflexões apresentadas. Uma das principais limitações refere-se ao recorte amostral, que concentrou a análise em um grupo específico de participantes vinculados ao programa em determinado período. Esse recorte pode restringir a generalização dos resultados para outros contextos institucionais. Futuras investigações podem ampliar o número de participantes e diversificar as áreas de atuação, buscando compreender de maneira mais ampla os impactos do estágio em diferentes trajetórias acadêmicas e profissionais.

Outra limitação observada relaciona-se ao desenho metodológico adotado. Apesar da abordagem mista ter permitido uma análise abrangente e rica em perspectivas, o aprofundamento qualitativo poderia ser expandido por meio de entrevistas em profundidade, grupos focais e estudos longitudinais. Esses métodos permitiriam acompanhar a evolução da experiência dos estagiários ao longo do tempo, revelando transformações identitárias e profissionais mais detalhadas e contextualizadas.

Aspectos institucionais e administrativos, como políticas de supervisão, práticas avaliativas e mecanismos de gestão, também não foram explorados de maneira exaustiva nesta pesquisa. Estudos futuros poderiam contemplar a perspectiva de supervisores, coordenadores e gestores institucionais, oferecendo uma visão mais ampla sobre o funcionamento do programa e sua relação com as diretrizes curriculares e com as demandas do mercado de trabalho. Seria igualmente relevante investigar a trajetória dos estudantes após a conclusão do estágio, identificando como essa vivência impacta a inserção profissional, o desenvolvimento de competências e a construção de redes de contato.

Por fim, propõe-se que pesquisas posteriores explorem de forma mais aprofundada a dimensão socioemocional do estágio, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades como empatia, resiliência, liderança e resolução de conflitos. A inclusão de instrumentos específicos de avaliação dessas competências poderia ampliar a compreensão

sobre o impacto formativo do estágio e sobre seu papel na formação integral dos futuros profissionais.

Assim, conclui-se que o Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande representa uma experiência formativa significativa e transformadora. O fortalecimento de suas políticas, a ampliação de suas estratégias de acompanhamento e a valorização da escuta discente são caminhos promissores para o aprimoramento contínuo. O estágio, quando bem orientado, não apenas prepara o estudante para o exercício profissional, mas também o forma como sujeito crítico, ético e consciente de seu papel social, contribuindo para o desenvolvimento de uma universidade mais humana, inovadora e comprometida com a transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, Mônica de Oliveira. **O contrato de estágio previsto na Lei n. 11.788/2008:** estudo sobre a possibilidade do reconhecimento do vínculo de emprego nos Tribunais Regionais do Trabalho da Região Sul do Brasil. 2015.

BARON-PUDA, Maria. Improving graduate employability through internship programs. **Regional Barometer. Analyses & Prognoses,** v. 15, n. 1, p. 107-114, 2017.

BISSCHOFF, Zelda S.; MASSYN, Liezel. A conceptual soft skills competency framework for enhancing graduate intern employability. **Higher Education, Skills and Work-based Learning**, v. 15, n. 7, p. 66-81, 2025.

BOLLI, Thomas; CAVES, Katherine; OSWALD-EGG, Maria Esther. Valuable experience: How university internships affect graduates' income. **Research in Higher Education,** v. 62, n. 8, p. 1198-1247, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.** Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11788&ano=2008&ato=40dk3YE5UNRpWTbb3. Acesso em: 10 nov. 2024.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil.** Educação & Sociedade, n. 53, set. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0104-4060.36902. Acesso em: 20 nov. 2024.

COSTA, Claudio Luiz de Oliveira et al. **O Empreendedorismo Corporativo na Atividade de Estágio Interno não Obrigatório da Universidade Federal Fluminense**. Extensão em Foco, v. 26, 2022.

EDITAL. Sei - Ufcg - 2981993 - **EDITAL nº 44/2022.** Disponível em: https://pt.scribd.com/document/617675870/Sei-ufcg-2981993-Edital. Acesso em: 14 nov. 2024.

FALCIONI, Roberto Evair. **A educação profissionalizante com a Lei n. 5.692/71 no Paraná:** o Colégio Estadual Costa Viana de São José dos Pinhais e o Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral de Curitiba. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERRAZ, Fernando Basto. **O estagiário e o risco do vínculo de emprego. Revista Opinião Jurídica (Fortaleza**), v. 5, n. 9, p. 105-118, 2007.

FILHO, Agnaldo Pedro Santos. **Estágio supervisionado e sua importância na formação docente. Revista P@rtes,** 2010. Disponível em: http://www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisionado.asp. Acesso em: 23 nov. 2024.

GASPAR, Andreia Alexandre Dias. **Espelho meu, espelho meu, quem é mais Psicólogo do que eu? Um estudo sobre a influência do estágio curricular na identidade profissional em estudantes de psicologia**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Évora, Évora, 2023.

HILLESHEIM, Jaime. **Estágio profissional e precarização do trabalho.** *Temporalis*, Vitória, ES, v. 16, n. 32, p. 159-181, jul./dez. 2016.

LIMA, Marcelo Ricardo Mello Loureiro; MARINHO FILHO, João Firmino. **Um olhar sobre a aplicação da nova Lei do Estagiário – Lei nº 11.788/08.** RACE - Revista de Administração do Cesmac, v. 5, p. 344-360, 2019.

LIMA, Maria Socorro Lucena. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educacional,** p. 195-205, 2008.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. **Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 29, p. 718-737, 2009.

MARIZ, Anna Carla Almeida; ALMEIDA, Regina Helena Sá. **Os estágios na educação superior e a Lei n. 11.788:** um estudo de caso na área da arquivologia. Ágora, v. 25, n. 50, p. 102-135, jan./jun. 2015.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-15, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/. Acesso em: 16 jun. 2025.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara (Col.). **Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar.** Salvador: SEC/IAT, 2022.

NÓVOA, António. Conhecimento profissional docente e formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270129, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/. Acesso em: 12 jun. 2025.

NÓVOA, António. **Entre a formação e a profissão:** ensaio sobre o modo como nos tornamos professores. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 1, p. 28-49, jan./abr. 2019.

TARDIF, Maurice**.** ***Saberes docentes e formação profissional*.** 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

NEVES ANDRADE, Juliana. **Estágio não obrigatório na graduação: uma análise da efetividade da Lei nº 11.788/2008 como mecanismo de salvaguarda dos direitos estudantis.** Direito UNIFACS – Debate Virtual, n. 294, 2024.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, Adriano Martins. **A importância do estágio**. 2008. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1369. Acesso em: 20 nov. 2024.

PORTAL UFCG. **Abertas inscrições de projetos para o Programa Anual de Estágio Interno na UFCG.** Disponível em: https://portal.ufcg.edu.br/ultimas-noticias/4044-abertas-inscricoes-de-projetos-para-o-programa-anual-de-estagio-interno-na-ufcg.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

RESOLUÇÃO nº 11/2024. **Atualiza o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.**

ROSA, Ermelinda Gonçalves Botelho; VASCONCELOS, Teresa. **Implicações da supervisão de estágios no processo de (auto) formação dos professores cooperantes**. 2010.

SILVA, Bruno Luiz Prado et al. **A importância do programa de estágio para as empresas e estudantes: um estudo dos aspectos da formação profissional no município de Varginha - MG.** SEGET. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/502429.pdf. Acesso em 12/01/2025.

SILVA, Patrícia da Rosa Louzada da; MONTIEL, Fabiana Celente; PINHEIRO, Eraldo dos Santos. **O conceito de terceiro espaço de formação no estágio curricular supervisionado em educação física**. 2022.

STOTZ, Eduardo Navarro. **A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 3, p. 9-30, 2005.

TANDYONOMANU, Danang et al. **Internship Concepts and Assessments: Perspectives from Student, Academic Staff, and Company.** In: International Joined Conference on Social Science (ICSS 2021). Atlantis Press, 2021. p. 185-190.

TEIXEIRA, Bruno Rodrigo; CYRINO, Márcia Cristina de Costa Trindade. **Desenvolvimento da identidade profissional de futuros professores de Matemática no âmbito da orientação de estágio.** Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 29, p. 658-680, 2015.

TEIXEIRA, Larissa Maciel. **O impacto do estágio na formação profissional desenvolvimento do engenheiro de energia.** 2023.

YANG, Jingjuan; LIU, Zhaoxu. **A case study of the correlation between internship selection and graduation intention**. Advances in Developmental and Educational Psychology, v. 2, n. 1, p. 72-80, 2020.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária.** São Paulo: Cortez, 2015.

ANEXO I

QUESTIONÁRIOS

Tema 1: Percepção dos Estudantes sobre o Programa

1. Qual o seu curso?	
2. Como você ficou sabendo sobre o Programa de Estágio Interno da UFCG?	( ) Site da UFCG ( ) Redes sociais ( ) Professores ( ) Colegas ( ) Outro: _____
3. Como você avalia o processo de seleção para o Programa de Estágio Interno?	( ) Excelente ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Muito ruim
4. Como você avalia a etapa referente ao uso de CRA na seleção para o Programa de Estágio Interno?	( ) Excelente ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Muito ruim
5.Como você avalia a etapa referente ao uso da carta de intenções na seleção para o Programa de Estágio Interno?	( ) Excelente ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Muito ruim
6. Como você avalia a etapa de entrevistas do processo de seleção para o Programa de Estágio Interno?	( ) Excelente ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Muito ruim
7. Qual foi o principal motivo para sua inscrição no programa?	( ) Experiência profissional ( ) Aprendizado prático ( ) Auxílio financeiro ( ) Recomendação de professores ( ) Outro: _____

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Tema 2: Percepção quanto à formação

8. Você considera que as atividades do estágio estão alinhadas com seus objetivos acadêmicos e profissionais?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
9. Você se sente preparado para realizar as atividades exigidas durante o estágio?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
10. Como você avalia o impacto do estágio na sua formação acadêmica?	( ) Muito positivo ( ) Positivo ( ) Neutro ( ) Negativo ( ) Muito negativo
11. Você recomendaria o Programa de Estágio Interno da UFCG para outros estudantes?	( ) Sim ( ) Não ( ) Talvez
12. Qual o grupo de habilidade mais desenvolvida durante a atuação no programa de Estágios internos?	( ) Cognitiva: relacionadas ao intelecto, como memória, atenção, linguagem, criatividade e planejamento ( ) Habilidades técnicas: Relacionadas à execução de atividades e ao domínio dos fatores técnicos ( ) Habilidades interpessoais: Relacionadas à comunicação e ao relacionamento com outras pessoas

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Tema 03: Percepção das Falhas na Formação do Estudante e Execução do Programa

13.Você acha que houve clareza na definição das suas responsabilidades durante o estágio?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
14.Você considera que a orientação inicial foi suficiente para o desempenho das suas atividades?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
15. Como você avalia a supervisão recebida durante o estágio?	( ) Excelente ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Muito ruim
16. Em algum momento, você encontrou dificuldades técnicas significativas para realizar as atividades do estágio?	( ) Sim ( ) Não
17. Se sim, você recebeu suporte adequado para resolver essas dificuldades?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
18. A infraestrutura fornecida pela UFCG (recursos, equipamentos, etc.) foi adequada para o cumprimento das atividades do estágio?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
19. Em algum momento, você encontrou dificuldades relacionadas ao ambiente do estágio.	( ) Sim ( ) Não
20. Se sim, você recebeu suporte adequado para resolver essas dificuldades?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
21. Você acha que as atividades do estágio estavam sobrecarregadas em relação à carga horária prevista?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
22. Em sua opinião, houve uma boa integração entre a teoria vista em sala de aula e as atividades práticas realizadas no estágio?	( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Tema 04: Medidas Corretivas para o Programa

23. Quais mudanças você sugere no processo de seleção para torná-lo mais eficaz?	Resposta aberta
24. Quais melhorias poderiam ser feitas na orientação oferecida durante o estágio?	( ) Maior presença dos supervisores ( ) Retornos (Feedbacks) mais frequentes ( ) Reuniões de orientação periódicas ( ) Outro: _____
25. Você acredita que o programa deveria oferecer mais recursos para os estagiários? Se sim, quais?	Resposta aberta
26. Quais ajustes você sugere na carga horária e na distribuição das atividades do estágio?	Resposta aberta
27. Que tipo de treinamento ou capacitação prévia deveria ser oferecida aos estagiários?	( ) Treinamento técnico ( )Capacitação em habilidades interpessoais ( ) Integração com outros setores da instituição ( ) Outro: _____
28. O que poderia ser feito para melhorar a integração entre a formação acadêmica e as atividades do estágio?	( ) Ajustar as atividades do estágio para os conteúdos estudados ( )Melhorar o

	acompanhamento dos orientadores acadêmicos ( ) Abordar mais a parte prática em sala de aula ( ) Outro: _____
29. Você acha que os estagiários deveriam ter mais flexibilidade nos horários de estágio?	( ) Sim ( ) Não ( ) Talvez
30. Quais outras medidas corretivas você sugere para melhorar o Programa de Estágio Interno da UFCG?	Resposta aberta

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

ANEXO II

TERMO DE LIVRE ESCLARECIMENTO (TCLE)

Título da pesquisa: Impacto do Programa de Estágio Interno na Formação Acadêmica dos Estagiários da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Pesquisador responsável: Odair José Pereira de Negreiros

Orientador: Professor Dr. Jardel de Freitas Soares

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada *"Percepções sobre a Formação Acadêmico-Profissional no Programa de Estágio Interno da UFCG: Um Estudo de Abordagem Mista"*. O objetivo desta pesquisa é analisar de que maneira o Programa de Estágio Interno da UFCG influencia a percepção dos alunos sobre sua formação acadêmica, considerando as diretrizes previstas pela Lei 11.788/2008 (Lei de Estágio) e pela Resolução 16/2022.

Como será a participação?

Sua participação se dará por meio do preenchimento de um questionário online, que foi elaborado para coletar informações sobre a sua experiência no estágio interno na UFCG. O questionário é composto por perguntas objetivas e deve levar cerca de 5 (cinco) minutos para ser respondido.

Confidencialidade e uso dos dados

Os dados obtidos através do questionário serão tratados de forma confidencial e anônima. Isso significa que, ao participar da pesquisa, você não será identificado (a) de nenhuma forma. As respostas coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, ou seja, para a análise e compreensão de como o Programa de Estágio Interno impacta a formação dos estagiários da UFCG. Os dados serão armazenados de maneira segura e apenas o pesquisador e o orientador terão acesso a essas informações, garantindo a proteção de sua privacidade.

Sua participação é voluntária

Você tem total liberdade para decidir se deseja ou não participar desta pesquisa. Sua decisão não afetará em nada o seu desempenho acadêmico ou qualquer outra relação com a UFCG. Caso decida participar, você pode interromper sua participação a qualquer momento, sem que isso gere qualquer tipo de prejuízo. Se você optar por não participar, isso também não trará nenhum tipo de consequência negativa.

Esclarecimento de dúvidas

Em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, Odair José Pereira de Negreiros, através do e-mail: *ojpnegre.sc@gmail.com*. Também poderá esclarecer suas dúvidas com o professor orientador, Dr. Jardel de Freitas Soares. Ambos estarão à disposição para fornecer mais detalhes sobre a pesquisa e para garantir que todas as suas dúvidas sejam sanadas.

Consentimento

Ao clicar no botão para iniciar o questionário / assinar abaixo, você estará declarando que leu e compreendeu todas as informações acima e que consente em participar voluntariamente da pesquisa, ciente dos direitos e responsabilidades envolvidos. Caso queira mais esclarecimentos, você poderá solicitá-los a qualquer momento durante o processo.

Data: ___/ ___ / _____

_____

Orientador

_____

Orientando

_____

Aluno

APÊNDICE
RELATÓRIO TÉCNICO

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Universidade Federal de Campina Grande



PERCEPÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA-PROFISSIONAL NO ESTÁGIO INTERNO DA UFCG

PERCEPÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA-PROFISSIONAL NO PROGRAMA DE ESTÁGIO INTERNO DA UFCG: UM ESTUDO DE ABORDAGEM MISTA

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Odair José Pereira de Negreiros ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Dr. Jardel de Freitas Soares, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Resumo 03

Abstract 04

Objetivo 05

Introdução 05

Contexto 07

Discrição da Situação Problema 08

Proposta de Intervenção 09

Considerações Finais 11

Referências 13

Protocolo de recebimento 16

RESUMO

O estágio acadêmico, conforme a Lei n.º 11.788/2008, é crucial na formação de estudantes de nível superior, promovendo a integração entre teoria e prática. O Programa de Estágio Interno da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) proporciona aos alunos a chance de aplicar seus conhecimentos em um contexto real. A pesquisa proposta visa analisar a percepção dos estudantes estagiários sobre o impacto do Programa de Estágio Interno da UFCG na sua formação acadêmico-profissional, seguindo as diretrizes da legislação e da Resolução 16/2022. Os objetivos da pesquisa incluem investigar a contribuição do estágio para a aplicabilidade dos conhecimentos, examinar a percepção dos alunos sobre seu desenvolvimento profissional e avaliar a adequação das atividades realizadas. Além disso, busca identificar as dificuldades enfrentadas pelos estagiários. A metodologia adotada será mista (qualitativa e quantitativa), utilizando questionários para coletar as experiências dos alunos.

Compreender a relação entre estágio e formação acadêmica é essencial para aprimorar as práticas pedagógicas e preparar melhor os estudantes para o mercado de trabalho. O programa é valorizado por seu potencial em fortalecer o aprendizado e promover a imersão em atividades práticas.

Palavras-chave: Estágio acadêmico; formação superior; Programa de Estágio Interno; UFCG; prática profissional, legislação.

A pesquisa proposta visa analisar a percepção dos estudantes estagiários sobre o impacto do Programa de Estágio Interno da UFCG na sua formação acadêmico-profissional, seguindo as diretrizes da legislação e da Resolução 16/2022.

ABSTRACT

Academic internships, according to Law No. 11,788/2008, are crucial in the education of higher education students, promoting the integration between theory and practice. The Internship Program of the Federal University of Campina Grande (UFCG) provides students with the opportunity to apply their knowledge in a real context. The proposed research aims to analyze the perception of intern students about the impact of the UFCG Internship Program on their academic-professional training, following the guidelines of the legislation and Resolution 16/2022. The objectives of the research include investigating the contribution of the internship to the applicability of knowledge, examining students' perception of their professional development, and evaluating the adequacy of the activities carried out. In addition, it seeks to identify the difficulties faced by interns. The methodology adopted will be mixed (qualitative and quantitative), using questionnaires to collect students' experiences. Understanding the relationship between internships and academic training is essential to improve pedagogical practices and better prepare students for the job market. The program is valued for its potential to strengthen learning and promote immersion in practical activities.

Keywords: Academic Internship; Higher Education; Internal Internship Program; UFCG; Professional Practice; Legislation.

The proposed research aims to analyze the perception of intern students about the impact of the UFCG Internship Program on their academic-professional training, following the guidelines of the legislation and Resolution 16/2022.

OBJETIVO

Apresentar sugestões de melhorias para o Programa de Estágio Interno na formação acadêmica e profissional, com foco no desenvolvimento de competências, aplicabilidade do conhecimento e adequação das atividades realizadas.

INTRODUÇÃO

O estágio acadêmico, conforme a Lei n.º 11.788/2008, é crucial na formação de estudantes do ensino superior, articulando teoria e prática. Essa experiência, mais que uma exigência legal, tem caráter formativo, permitindo vivenciar a aplicabilidade dos conhecimentos.

Colombo e Ballão (2014) destacam que a legislação corrigiu práticas exploratórias, reafirmando o papel pedagógico do estágio. Na UFCG, o Programa de Estágio Interno oferece oportunidades de estágio não obrigatório, com bolsa e auxílio-transporte, fortalecendo o vínculo entre aluno e universidade, promovendo aprendizagem e aproximação com projetos acadêmicos e administrativos.

Esta pesquisa analisa as percepções dos estudantes da UFCG sobre os impactos do Programa de Estágio Interno em sua formação acadêmico-profissional, buscando compreender a contribuição para a aplicabilidade de conhecimentos, desenvolvimento de competências e adequação das atividades.

> Mais do que uma exigência legal, o estágio tem caráter formativo, pois, permite que os discentes vivenciem, em situações reais, a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.



Teixeira (2023) ressalta a importância do estágio para a reflexão sobre a carreira. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem mista (quantitativa e qualitativa) com questionários, que permitem coletar dados objetivos e narrativas pessoais, ampliando a compreensão da experiência formativa.

A literatura evidencia a essencialidade do estágio na construção da identidade profissional, desenvolvendo autonomia, responsabilidade e autoestima. Teixeira e Cyrino (2015) destacam a percepção de maior autonomia e responsabilidade do aluno no estágio, favorecendo a inserção profissional futura. A interação entre teoria e prática consolida competências que dificilmente seriam adquiridas apenas em sala de aula.

A dimensão socioemocional do estágio é relevante. Rosa e Vasconcelos (2010) salientam que a supervisão contínua e o acompanhamento adequado são indispensáveis para o papel educativo do estágio, promovendo reflexão crítica e desenvolvimento de competências como comunicação, resolução de problemas, trabalho em equipe e gestão de conflitos, reconhecidas pelo mercado.
Zabalza (2015) aponta que a vivência prática fortalece a formação acadêmica e é decisiva no ingresso ao mercado de trabalho, ampliando a rede de contatos e gerando oportunidades. O Programa de Estágio Interno da UFCG é estratégico, criando um ambiente formativo integrado que alia qualificação técnica, prática e contato com profissionais da universidade.

A pesquisa busca contribuir para o aprimoramento do Programa de Estágio Interno da UFCG, identificando pontos fortes, fragilidades e oportunidades de melhoria. Gaspar (2023) destaca que o estágio é uma prática integradora que prepara o discente para desafios sociais, profissionais e econômicos. O estudo pretende fornecer subsídios para que a universidade reforce suas práticas pedagógicas e políticas institucionais, tornando o estágio interno um espaço de aprendizagem significativo.

CONTEXTO

O estágio é fundamental para a formação universitária, promovendo a conexão entre teoria e prática. Mais que um requisito curricular, é uma chance de aplicar conhecimentos em situações reais, como previsto pela Lei n.º 11.788/2008, que garante seu caráter educativo e formativo.
A literatura ressalta o impacto do estágio na formação integral do estudante, destacando o desenvolvimento de habilidades práticas não adquiridas em sala de aula (Zabalza, 2015). Essa experiência enriquece o aprendizado e prepara o aluno para desafios profissionais.
Vivências práticas durante o estágio ajudam na construção da identidade profissional, ampliando autonomia e autoestima do estudante, além de fortalecer sua compreensão da função social e carreira (Teixeira e Cyrino, 2015).

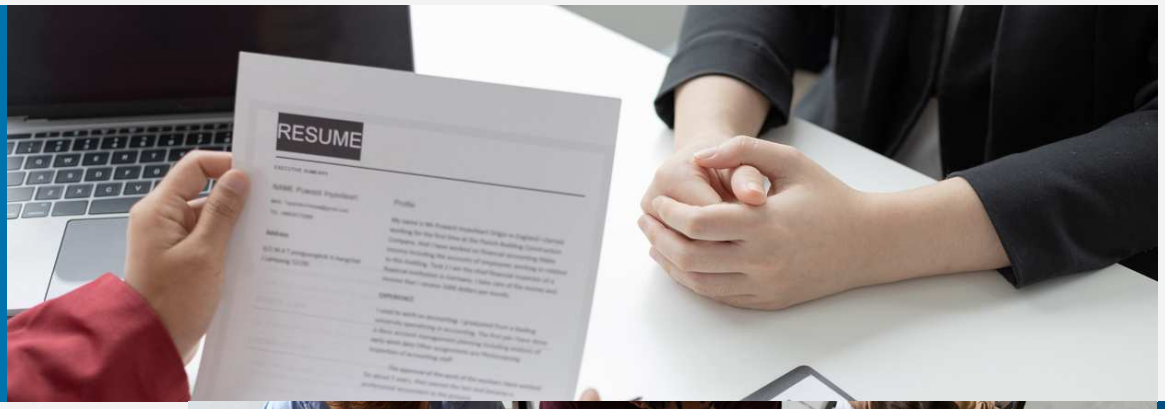
O estágio também expande a rede de contatos profissionais e desenvolve competências interpessoais, estimulando a colaboração e o contato com diversas áreas.
Na UFCG, o Programa de Estágio Interno oferece condições estruturadas desde 2022, com bolsa e auxílio-transporte, favorecendo inclusão e permanência estudantil. Focado em estágios não obrigatórios, permite maior flexibilidade e experiências diversificadas, integrando suas atividades aos projetos pedagógicos dos cursos.
O programa aproxima alunos de projetos institucionais e fortalece o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão. O acompanhamento qualificado incentiva o aprendizado crítico e efetivo (Rosa e Vasconcelos, 2010).
Assim, o estágio interno da UFCG é estratégico para formar profissionais qualificados e conscientes, contribuindo para aprimorar a educação superior brasileira.

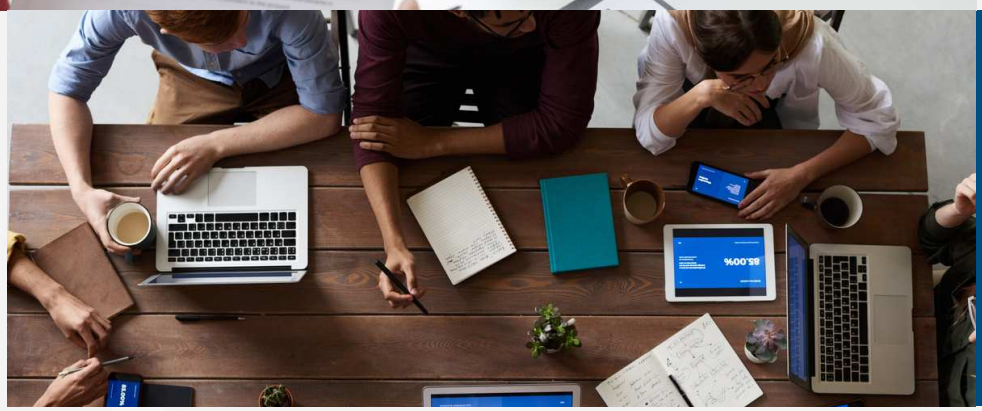
ESTÁGIO INTERNO

O estágio é fundamental para a formação universitária, promovendo a conexão entre teoria e prática. Mais que um requisito curricular, é uma chance de aplicar conhecimentos em situações reais, como previsto pela Lei n.º 11.788/2008, que garante seu caráter educativo e formativo.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O estágio interno da UFCG é estratégico para formar profissionais qualificados e conscientes, contribuindo para aprimorar a educação superior brasileira.





DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

O estágio acadêmico é uma estratégia essencial para aproximar teoria e prática no ensino superior, mas sua efetividade ainda gera dúvidas, sobretudo em programas internos. Na UFCG, o Programa de Estágio Interno busca ampliar a formação dos estudantes em ambiente supervisionado, porém é necessário avaliar se realmente contribui para a formação integral e inserção no mercado de trabalho.

As questões centrais envolvem: impacto na formação acadêmica e profissional, desenvolvimento de competências (como comunicação, resolução de problemas e trabalho em equipe) e adequação das atividades às áreas de formação. Há o risco de o estágio se reduzir a tarefas operacionais, sem caráter pedagógico, o que compromete a autonomia e a identidade profissional.

A percepção dos estagiários é fundamental para verificar se os objetivos institucionais estão sendo alcançados, além de identificar lacunas e propor melhorias. Também é preciso considerar o contexto socioeconômico, já que bolsa e auxílio-transporte podem não ser suficientes para garantir a permanência dos alunos.

Assim, o estudo busca analisar a efetividade do Programa de Estágio Interno da UFCG como ferramenta formativa, verificando se cumpre sua função pedagógica ou se necessita de ajustes para potencializar resultados e consolidar práticas educativas transformadoras.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

APERFEIÇOAMENTO DA SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

O estágio deve ser visto como um espaço de aprendizado, onde a supervisão pedagógica é fundamental para garantir que os estudantes reflitam sobre suas experiências e desenvolvam competências práticas. Rosa e Vasconcelos (2010) enfatizam a importância do acompanhamento contínuo para que o estágio seja formativo e não apenas mecânico.

No Programa de Estágio Interno da UFCG, é crucial fortalecer a supervisão para que seja sistemática e alinhada ao perfil dos estagiários, com supervisores disponíveis e qualificados. Isso contribui para que os estagiários compreendam as exigências profissionais e aprimorem suas habilidades.

A qualificação dos supervisores é essencial, pois a supervisão deve ser uma prática educativa e não apenas administrativa.

Supervisão contínua promove a formação crítica dos estagiários, estimulando análise, autoconfiança e autonomia. Gaspar (2023) ressalta que o estágio deve favorecer a autonomia do discente.

Criar espaços de diálogo entre estagiários e supervisores, como reuniões e rodas de conversa, é importante para compartilhar experiências e alinhar expectativas. A supervisão deve estar integrada aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), assegurando que as atividades do estágio estejam ligadas às competências formativas.

O fortalecimento da supervisão pedagógica impacta não apenas a formação do estudante, mas também a qualidade institucional, contribuindo para a reputação da universidade e o compromisso com a formação integral. Investir em supervisão qualificada é uma estratégia de longo prazo para a formação de profissionais críticos e éticos.



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

VALORIZAÇÃO DO ESTÁGIO COMO POLÍTICA INSTITUCIONAL

O estágio interno na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é uma estratégia institucional que valoriza a formação dos estudantes, integrando ensino e prática profissional. É essencial para o desenvolvimento de competências e a construção da identidade profissional, devendo ser parte integrante dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Para institucionalizar o estágio, é necessário um compromisso coletivo entre as unidades acadêmicas e administrativas, garantindo que a experiência seja planejada e avaliada. O estágio deve ser visto como uma etapa central da formação universitária, não como um apêndice.

Atualmente, há fragilidades na estrutura organizacional do estágio, como a falta de critérios claros para seleção e condições inadequadas de trabalho. Um diagnóstico institucional é necessário para identificar debilidades e propor melhorias, incluindo a padronização de procedimentos.

A articulação entre os setores acadêmico e administrativo é crucial, pois muitas vezes falta clareza sobre os objetivos pedagógicos do estágio. Políticas de formação para supervisores e canais de diálogo podem ajudar a alinhar expectativas.

Uma avaliação contínua do estágio, com relatórios de desempenho e reuniões, é fundamental para a melhoria do programa. Melhorar as condições de trabalho dos estagiários também é vital, garantindo um ambiente propício ao aprendizado.

A consolidação do estágio como política institucional está ligada ao compromisso da UFCG com a formação integral dos alunos, assegurando experiências práticas que sejam intencionalmente formativas e de qualidade.



CONSIDERAÇÃO FINAIS

O estágio é fundamental para a formação universitária, promovendo a conexão entre teoria e prática. Mais que um requisito curricular, é uma chance de aplicar conhecimentos em situações reais, como previsto pela Lei n.º 11.788/2008, que garante seu caráter educativo e formativo.

A literatura ressalta o impacto do estágio na formação integral do estudante, destacando o desenvolvimento de habilidades práticas não adquiridas em sala de aula (Zabalza, 2015). Essa experiência enriquece o aprendizado e prepara o aluno para desafios profissionais.

Vivências práticas durante o estágio ajudam na construção da identidade profissional, ampliando autonomia e autoestima do estudante, além de fortalecer sua compreensão da função social e carreira (Teixeira e Cyrino, 2015).

O estágio também expande a rede de contatos profissionais e desenvolve competências interpessoais, estimulando a colaboração e o contato com diversas áreas.

Na UFCG, o Programa de Estágio Interno oferece condições estruturadas desde 2022, com bolsa e auxílio-transporte, favorecendo inclusão e permanência estudantil. Focado em estágios não obrigatórios, permite maior flexibilidade e experiências diversificadas, integrando suas atividades aos projetos pedagógicos dos cursos.

O programa aproxima alunos de projetos institucionais e fortalece o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão. O acompanhamento qualificado incentiva o aprendizado crítico e efetivo (Rosa e Vasconcelos, 2010).

Assim, o estágio interno da UFCG é estratégico para formar profissionais qualificados e conscientes, contribuindo para aprimorar a educação superior brasileira.

A Supervisão Pedagógica visa aprimorar supervisores e reuniões com estagiários, criando um manual de boas práticas. A Pró-Reitoria de Ensino, a CPE e as Unidades Acadêmicas são responsáveis. A Estrutura Organizacional busca revisar seleção e vagas, além de melhorar as condições de trabalho, sob a Pró-Reitoria de Ensino e a CPE. O Planejamento Institucional sugere a inclusão do acompanhamento crítico em planos de estágio, por Colegiados de Curso e Câmara Superior de Ensino.

No eixo de Avaliação e Acompanhamento, propõe-se criar ferramentas como relatórios e feedback, além de promover o diálogo entre estagiários e supervisores, sob responsabilidade dos Supervisores e da Coordenação de Estágio. Em Inclusão e Permanência, sugere-se revisar bolsas e auxílio-transporte periodicamente, para garantir o apoio e evitar exclusões socioeconômicas, com responsabilidade das Direções de Centro, Unidades Acadêmicas e SEPLAN.

A Integração Ensino-Serviço visa fortalecer a relação entre setores administrativos e cursos via seminários/workshops, com Direções de Centro, Setores Receptores e Colegiados de Cursos. A Acessibilidade recomenda diagnóstico anual da infraestrutura e equipamentos, sob Direção de Centro, PU e outros setores. Por fim, o Desenvolvimento de Competências propõe trilhas formativas para estagiários em habilidades socioemocionais, liderado pela Coordenação de Estágio e PRAC.

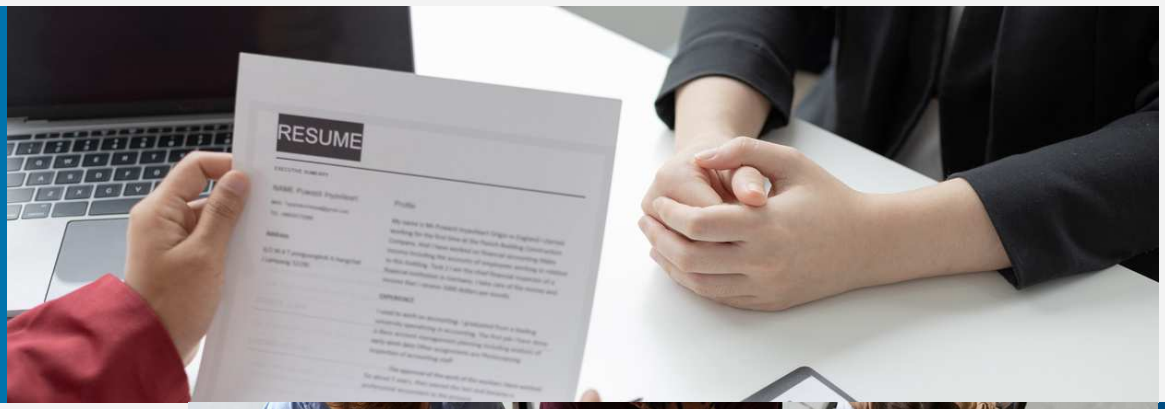
CONSIDERAÇÃO FINAIS

A reformulação do Programa de Estágio Interno da UFCG exige uma reestruturação profunda, focando na escuta dos estudantes e na articulação com os projetos pedagógicos. É vital priorizar aspectos formativos, com supervisão pedagógica consistente, que vai além do controle de atividades, e garantir a formação dos supervisores. A integração do estágio aos PPCs assegura alinhamento com as competências do curso, evitando experiências desconectadas da realidade profissional.

A democratização do acesso é crucial, oferecendo bolsas justas e condições adequadas para todos os estudantes. O programa deve incluir avaliação regular, escutando estagiários e supervisores para entender se os objetivos pedagógicos estão sendo cumpridos. A comunicação entre setores e cursos deve ser fortalecida para criar planos de estágio coerentes.

O estágio deve ser um espaço de experimentação e reflexão, incentivando autonomia dos estudantes. Melhorar o estágio interno fortalece a UFCG como uma universidade pública comprometida com a qualidade do ensino, promovendo interdisciplinaridade e integração entre áreas.

Valorizar o estágio implica reconhecer o estudante como um sujeito ativo, ouvindo suas demandas e contribuindo para uma cultura participativa. Implementar essas propostas reafirma a missão da universidade pública de oferecer formação de excelência e inclusiva, transformando o estágio em um momento formativo significativo e contribuindo para políticas que valorizem a formação como uma política pública.





CONSIDERAÇÃO FINAIS

Cronograma Implementação Gradual

Curto Prazo (6 meses)

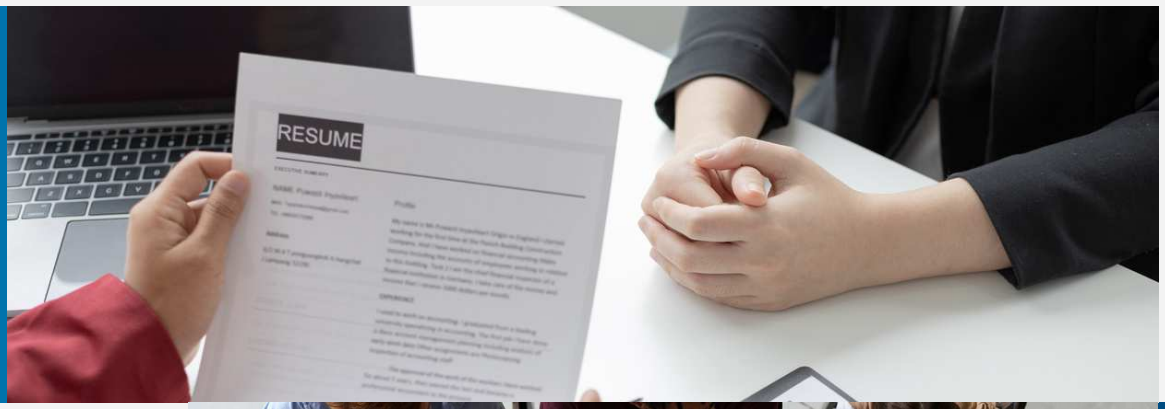
- Elaboração do manual de boas práticas
- Formação inicial de supervisores
- Diagnóstico de infraestrutura
- Revisão de critérios de seleção

Médio Prazo (12 meses)

- Implementação de reuniões periódicas sistemáticas
- Início dos investimentos em infraestrutura
- Revisão de valores de bolsas
- Primeiro ciclo de seminários integradores

Longo Prazo (18-24 meses)

- Avaliação de impacto das ações implementadas
- Consolidação das trilhas formativas
- Institucionalização completa das melhorias





REFERÊNCIAS

ANACLETO, Mônica de Oliveira. O contrato de estágio previsto na Lei n. 11.788/2008: estudo sobre a possibilidade do reconhecimento do vínculo de emprego nos Tribunais Regionais do Trabalho da Região Sul do Brasil. 2015. Monografia (Especialização em Direito e Processo do Trabalho) – Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina, [Florianópolis], 2015.

BARON-PUDA, Maria. Improving graduate employability through internship programs. Regional Barometer: Analyses & Prognoses, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 107-114, 2017.

BISSCHOFF, Zelda S.; MASSYN, Liezel. A conceptual soft skills competency framework for enhancing graduate intern employability. Higher Education, Skills and Work-based Learning, [s. l.], v. 15, n. 7, p. 66-81, 2025.

BOLLI, Thomas; CAVES, Katherine; OSWALD-EGG, Maria Esther. Valuable experience: How university internships affect graduates' income. Research in Higher Education, [s. l.], v. 62, n. 8, p. 1198-1247, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11788&ano=2008&ato=40dk3YE5UNRpWTbb3. Acesso em: 10 nov. 2024.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 53, p. 17-34, set. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.36902. Acesso em: 20 nov. 2024.

COSTA, Claudio Luiz de Oliveira et al. O empreendedorismo corporativo na atividade de estágio interno não obrigatório da Universidade Federal Fluminense. Extensão em Foco, [S. l.], n. 26, e202202, 2022.

FALCIONI, Roberto Evair. A educação profissionalizante com a Lei n. 5.692/71 no Paraná: o Colégio Estadual Costa Viana de São José dos Pinhais e o Colégio Estadual Victor Ferreira do Amaral de Curitiba. 2010. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FERRAZ, Fernando Basto. O estagiário e o risco do vínculo de emprego. Revista Opinião Jurídica, Fortaleza, v. 5, n. 9, p. 105-118, 2007.

FILHO, Agnaldo Pedro Santos. Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente. Revista P@rtes, ago. 2010. Disponível em: http://www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisionado.asp. Acesso em: 23 nov. 2024.

GASPAR, Andreia Alexandre Dias. Espelho meu, espelho meu, quem é mais Psicólogo do que eu? Um estudo sobre a influência do estágio curricular na identidade profissional em estudantes de psicologia. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Évora, Évora, 2023.

HILLESHEIM, Jaime. Os paradoxos das propostas de valorização do estágio profissional. Revista Brasileira de Estágio, [S. l.], n. 10, 2015.

LIMA, Marcelo Ricardo Mello Loureiro; MARINHO FILHO, João Firmino. Um olhar sobre a aplicação da nova lei do estagiário – Lei nº 11.788/08. RACE: Revista de Administração do Cesmac, Maceió, v. 5, p. 344-360, 2019.

LIMA, Maria Socorro Lucena. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009.

REFERÊNCIAS

MARIZ, Anna Carla Almeida; ALMEIDA, Regina Helena Sá de. Os estágios na educação superior e a lei n. 11.788: um estudo de caso na área da arquivologia. Ágora, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 102-135, jan./jun. 2015.

NEVES ANDRADE, Juliana. Estágio não obrigatório na graduação: uma análise da efetividade da Lei nº 11.788/2008 como mecanismo de salvaguarda dos direitos estudantis. Direito UNIFACS – Debate Virtual, Salvador, n. 294, 2024.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, Adriano Martins. A importância do estágio. JurisWay, 17 mar. 2008. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1369. Acesso em: 20 nov. 2024.

ROSA, Ermelinda Gonçalves Botelho; VASCONCELOS, Teresa. Implicações da Supervisão de Estágios no processo de (auto)formação dos professores cooperantes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010, [S. l.]. Atas [...]. [S. l.: s. n.], 2010.

SILVA, Bruno Luiz Prado et al. A importância do programa de estágio para as empresas e estudantes: um estudo dos aspectos da formação profissional no município de Varginha - MG. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGET), 13., 2016, Resende. Anais [...]. Resende: AEDB, 2016. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/502429.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, Patrícia da Rosa Louzada da; MONTIEL, Fabiana Celente; PINHEIRO, Eraldo dos Santos. O conceito de terceiro espaço de formação no estágio curricular supervisionado em educação física. Movimento, Porto Alegre, v. 28, e28001, 2022.

STOTZ, Eduardo Navarro. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 9-30, 2005.

TANDYONOMANU, Danang et al. Internship Concepts and Assessments: Perspectives from Student, Academic Staff, and Company. In: INTERNATIONAL JOINED CONFERENCE ON SOCIAL SCIENCE (ICSS 2021), [S. l.]. Proceedings [...]. [S. l.]: Atlantis Press, 2021. p. 185-190.

TEIXEIRA, Bruno Rodrigo; CYRINO, Márcia Cristina de Costa Trindade. Desenvolvimento da identidade profissional de futuros professores de Matemática no âmbito da orientação de estágio. Bolema: Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, v. 29, n. 52, p. 658-680, ago. 2015.

TEIXEIRA, Larissa Maciel. O impacto do estágio na formação profissional e desenvolvimento do engenheiro de energia. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Energia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). Abertas inscrições de projetos para o Programa Anual de Estágio Interno na UFCG. Campina Grande: UFCG, [2024?]. Disponível em: https://portal.ufcg.edu.br/ultimas-noticias/4044-abertas-inscricoes-de-projetos-para-o-programa-anual-de-estagio-interno-na-ufcg.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). EDITAL Nº 44/2022. Campina Grande: UFCG, 2022. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/617675870/Sei-ufcg-2981993-Edital. Acesso em: 14 nov. 2024.

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). Câmara Superior de Ensino. Resolução nº 11/2024. Atualiza o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Campina Grande: UFCG, 2024.

YANG, Jingjuan; LIU, Zhaoxu. A case study of the correlation between internship selection and graduation intention. Advances in Developmental and Educational Psychology, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 72-80, 2020.

ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2015.

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

À
Coordenação de Pós-graduação em Administração Pública
Universidade Federal de Campina Grande

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado Percepções sobre a formação acadêmica-profissional no programa de estágio interno da UFCG: um estudo de abordagem mista, derivado da dissertação de mestrado Percepções sobre a formação acadêmica-profissional no programa de estágio interno da UFCG: um estudo de abordagem mista, de autoria de Odair José Pereira de Negreiros.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), instituição associada Universidade Federal de Campina Grande.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um Relatório técnico conclusivo e seu propósito é apresentar sugestões de melhorias para o Programa de Estágio Interno na formação acadêmica e profissional, com foco no desenvolvimento de competências, aplicabilidade do conhecimento e adequação das atividades realizadas.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do PROFIAP, por meio do endereço profiapccjsufcg@gmail.com.

Sousa - PB, 28 de outubro de 2025.

Registro de recebimento

Assinatura, nome e cargo (detalhado) do recebedor

Discente: Odair José Pereira de Negreiros, mestre

Orientador: Jardel de Freitas Soares, doutor

Universidade Federal de Campina Grande

28 de outubro de 2025

PROFIAP

MESTRADO PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA